

ELAINE CRISTINA SILVA FONSECA

BACKLASH NA MÍDIA BRASILEIRA?

O discurso da (in)felicidade e a construção do *ethos* da mulher contemporânea pela mídia impressa e digital

Belo Horizonte
Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais
2016

ELAINE CRISTINA SILVA FONSECA

BACKLASH NA MÍDIA BRASILEIRA?

O discurso da (in)felicidade e a construção do *ethos* da mulher contemporânea pela mídia impressa e digital

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos do Texto e do Discurso.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eliana Amarante Mendes

Belo Horizonte

Faculdade de Letras

Universidade Federal de Minas Gerais

2016

F676b

Fonseca, Elaine Cristina Silva.

Backlash na mídia brasileira? [manuscrito] : o discurso da (in)felicidade e a construção do ethos da mulher contemporânea pela mídia impressa e digital / Elaine Cristina Silva Fonseca. – 2016.
126 f., enc.: il., tabs., color.

Orientadora: Eliane Amarante de Mendonça Mendes.

Área de concentração: Estudo do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 105-108.

Anexos: f. 109-126.

1. Faludi, Susan – Backlash – Teses. 2. Retórica – Teses. 3. Mulheres e identidade – Teses. 4. Análise do discurso – Teses. 5. Discurso midiático – Teses. I. Mendes, Eliana Amarante de Mendonça, 1946- II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418

À minha avó Araci
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Nelma, pelos ensinamentos, pela convivência e pelo apoio incondicional em todos os momentos e em todos os meus projetos.

Aos colegas, amigos e parentes que torceram por mim, pelo carinho e pelas palavras de incentivo. Às minhas amigas, Danielle, Gláucia, Gleice, Lívia, Josiane, Marina, Nathália e Vanessa, pelo bom humor, apoio, ajuda e compreensão nos melhores e piores momentos.

À professora Eliana Amarante Mendonça, por ter aceitado a orientação desse trabalho e por tê-lo orientado com tanto carinho, confiança, inteligência e generosidade.

A todos os professores e colegas do POSLIN. Aprendi muito com todos eles em cada aula, cada debate, várias conversas.

À CAPES, pela bolsa de estudos, que foi de grande importância para a realização e dedicação a esse trabalho.

A todas as mulheres, anônimas ou (re)conhecidas, cujas histórias, lutas e exemplos pude conhecer um pouco mais através da pesquisa para essa dissertação.

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre”

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Tendo em vista a importância da mídia na emissão e na difusão de diferentes opiniões sobre os comportamentos em nossa sociedade, a proposta deste trabalho é, através de uma análise retórico-argumentativa, investigar a forma como as mulheres contemporâneas vêm sendo retratadas pela mídia atual., O objetivo específico é a identificação e a análise de matérias divulgadas nas revistas *Época* e *Veja*, em suas versões impressas e nos seus *sites* eletrônicos, entre os anos de 2009 e 2012, que tratem de uma suposta infelicidade, sentida por vários sujeitos do sexo feminino, e que possa ser relacionada ao conceito de *backlash*, tratado pela jornalista norte-americana Susan Faludi em seu livro *Backlash: a guerra não declarada contra mulheres*. Para a autora, o *backlash* pode ser definido como uma reação contrária à emancipação feminina, através de um discurso que atribuiria a infelicidade e sentimentos de insatisfação das mulheres aos avanços e conquistas obtidos nas últimas décadas. Em nosso trajeto, também procuraremos apresentar um breve panorama histórico acerca das mulheres ocidentais, objetivando uma maior compreensão a respeito dos papéis tradicionalmente atribuídos a elas em diversas épocas, o que acreditamos que enriquecerá nossa análise. Inserido na área dos estudos do discurso e do texto, nosso trabalho terá como suporte teórico, para a análise das reportagens, algumas noções advindas dos estudos da argumentação, tais como as três provas retóricas – *ethos*, *pathos* e *logos* – e algumas conceituações como doxa, auditório, lugar-comum e estereótipo.

Palavras-chave: mulher; *backlash*; discurso; retórica

RESUMÉ

En considérant l'importance des médias pour l'émission et pour la diffusion de différentes opinions sur les comportements dans notre société, le but de ce travail est d'étudier, par une analyse rhétorique-argumentative, la forme sous laquelle les femmes contemporaines sont représentées par les médias actuels. L'objectif spécifique de cette recherche est l'identification et l'analyse de reportages diffusés dans les magazines *Época* et *Veja*, dans leurs versions papier et sur leurs sites électroniques, entre 2009 et 2012, abordant un malheur supposé, ressenti par plusieurs sujets du sexe féminin, et qui pourrait avoir un rapport avec le concept de *backlash*, traité par la journaliste américaine Susan Faludi dans son livre *Backlash : La guerre froide contre les femmes*. Selon l'auteur, le *backlash* peut être défini comme une réaction contraire à l'émancipation de la femme, par un discours qui attribuerait le malheur et les sentiments d'insatisfaction des femmes aux avancées et conquêtes obtenues au cours de ces dernières décennies. Durant ce parcours, nous présenterons également un bref panorama historique concernant les femmes occidentales, pour une meilleure compréhension des rôles qui leur sont traditionnellement attribués à diverses époques, afin d'enrichir notre analyse. Inséré dans le champ des études du discours et du texte, notre travail aura comme support théorique, pour l'analyse des reportages, quelques notions issues des études de l'argumentation, comme les trois éléments rhétoriques – *ethos*, *pathos* et *logos* – et les concepts de doxa, d'auditoire, de lieu commun et de stéréotype.

Mots-clés : femme, *backlash*, discours, rhétorique

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I: MULHERES: NA HISTÓRIA, NA MÍDIA, NO <i>BACKLASH</i>	13
1. POR UMA HISTÓRIA DAS MULHERES	14
2. PANORAMA DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO OCIDENTE	17
2.1. IDADE ANTIGA.....	18
2.2. IDADE MÉDIA	25
2.3. IDADE MODERNA.....	31
2.4. IDADE CONTEMPORÂNEA	36
2.5. BREVE PANORAMA DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL.....	42
3. MULHERES, MÍDIA E <i>BACKLASH</i>	49
PARTE II: SUPORTE TEÓRICO: ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO	55
1. ARGUMENTAÇÃO E RETÓRICA.....	56
1.1. MEIOS DE PERSUASÃO	60
1.1.1. LOGOS.....	60
1.1.2. ETHOS	62
1.1.3. PATHOS	66
1.2. A “NOVA RETÓRICA”: QUESTÕES RELATIVAS AO LOCUTOR, AO AUDITÓRIO, À DOXA, AOS LUGARES-COMUNS E À ESTEREOTIPAGEM	69
PARTE III: ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	72
1. APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	73
2. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	75
2.1. POR QUE AS MULHERES SÃO TÃO TRISTES?.....	75
2.2. O PARADOXO DA TRISTEZA.....	87
2.3. A TIME E A REVOLUÇÃO SILENCIOSA DAS MULHERES TRISTES	93
2.4. PENSE EM ALGUÉM INFELIZ: É UMA MULHER	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
ANEXOS	109

INTRODUÇÃO

A ideia para a realização deste trabalho surgiu a partir da nossa leitura de uma reportagem publicada pela revista *Época* no mês de outubro do ano de 2009 e de algumas críticas dirigidas a ela.

A reportagem, que trazia como título a pergunta “Por que as mulheres são tão tristes?”, chamava a atenção por atribuir às mulheres contemporâneas uma sensação de infelicidade que, segundo o veículo, poderia estar diretamente relacionada às mudanças e conquistas feministas que ocorreram, principalmente, nas últimas décadas.

Algumas pessoas acabaram por relacionar a reportagem ao livro *Mística Feminina*, de Betty Friedan. A obra, lançada na década de 1960, falava em “problema sem nome”, também uma suposta sensação de infelicidade experimentada por várias mulheres, mas, no caso, donas-de-casa norte-americanas, que não trabalhavam fora, ao contrário das mulheres brasileiras retratadas na reportagem da revista *Época*. “Se antes as mulheres se sentiam infelizes em casa, estariam infelizes agora no mercado de trabalho?” – se questionaram.

Já outras pessoas, imediatamente relacionaram a reportagem ao conceito de *backlash*, defendido pela jornalista norte-americana Susan Faludi em seu livro “*Backlash*, uma guerra não declarada contra as mulheres”, lançado na década de 1990. Em seu livro, ganhador de um prêmio Pulitzer de jornalismo, Faludi identifica e denuncia todo um discurso conservador, de mensagens antifeministas em diferenciados tipos de mídias.

Nossa leitura atenta e curiosa do livro de Susan Faludi acabou por suscitar algumas questões, às quais tentaremos responder ao longo desta dissertação: A reportagem da revista *Época* poderia ser realmente relacionada ao conceito de *backlash*, desenvolvido por Faludi? Em caso afirmativo, seria somente um caso isolado ou haveria outras reportagens de mesmo teor publicadas exatamente na mesma época? Poderia o *backlash* ser mesmo um “fenômeno” ocorrido não somente nos Estados Unidos, mas também no Brasil, país atualmente influenciado pelos costumes e novidades norte-americanos?... E como estudante de Análise do Discurso, surgiram duas questões primordiais: Poderia o conceito de *backlash*, tal como desenvolvido por Faludi, ser utilizado em um trabalho acadêmico da área dos estudos do texto e do discurso? Poderia a Análise do Discurso, que sempre se mostra tão eficiente na análise dos mais variados discursos midiáticos, servir como respaldo teórico na análise de reportagens, a fim de se tentar relacioná-las ou não ao conceito de *backlash*?

Para a realização do trabalho, foi utilizada uma metodologia de pesquisa quantitativa e qualitativa. Pesquisamos as edições das revistas semanais *Época* e *Veja* entre os anos de 2009 e 2012, em busca de mais matérias jornalísticas que falassem especificamente a respeito das mulheres e seus sentimentos de infelicidade, ocasionados por questões relativas à vida contemporânea e que poderiam ser relacionados ao conceito de *backlash*, que será discutido ao fim da primeira parte. A escolha das duas revistas se deu por serem, no período estudado, duas das revistas mais lidas do país e por possuírem, portanto, um certo poderio na veiculação e divulgação de idéias, bem como por serem formadoras de opinião. Foram encontradas quatro matérias jornalísticas - duas reportagens e duas colunas - três delas na revista *Época* e uma na revista *Veja*.

O objetivo específico de nosso trabalho é investigarmos o modo como as mulheres vêm sendo retratadas por parte da mídia brasileira através da análise de algumas matérias selecionadas que dizem respeito à vida das mulheres contemporâneas em grandes veículos impressos e digitais, pretendendo também levantar alguns questionamentos em relação a uma possível reação contrária à emancipação feminina por parte da mídia brasileira, através de um discurso que atribuiria a infelicidade e os sentimentos de insatisfação das mulheres aos avanços e conquistas obtidos nas últimas décadas.

Inserido na área dos estudos do discurso e do texto, nosso trabalho também tem como objetivo oferecer alguma contribuição à Análise do Discurso, através da utilização de algumas noções provenientes dos estudos da argumentação, tais como os conceitos de *ethos*, *pathos* e *logos*, conforme definidas por Aristóteles, Cícero, Charaudeau, Reboul e Ruth Amossy, buscando, dessa forma, comprovar a eficácia desses conceitos e teorias na realização de uma análise discursiva.

Na primeira parte desta dissertação, optamos por apresentar um breve panorama histórico a respeito das mulheres ocidentais, ressaltando os modos de vida, o cotidiano, as dificuldades, as lutas, as reivindicações, as concessões e as conquistas obtidas ao longo do tempo; e também a forma como a mídia retratou, negou e deu voz às mulheres ao longo dos tempos. Fizemos essa opção por uma abordagem histórica, levando em conta a importância do contexto sócio-histórico em qualquer análise discursiva e por considerarmos que, somente tentando compreender a forma como certas questões sociais e culturais desenrolaram, poderíamos ter uma compreensão maior acerca dos papéis sociais exercidos pelo sujeito do sexo feminino e toda e qualquer questão relativa a esses. Afinal, nada melhor para se compreender o presente do que se debruçar sobre o passado e sobre os acontecimentos históricos que se tornaram determinantes para o estabelecimento de uma época

contemporânea tal como a conhecemos. Obviamente, por uma questão de tempo e também para não nos afastarmos do objetivo principal de nosso trabalho, trata-se de um pequeno recorte e não podemos ter a pretensão de contar toda a história do sujeito feminino na história em trinta e poucas páginas.

Já na segunda parte, efetuamos uma revisão bibliográfica dos estudos da argumentação, dos meios de persuasão - *ethos, pathos e logos* – e de conceitos como auditório, *doxa*, estereótipo e lugar-comum.

E finalmente, na terceira parte e nas considerações finais desse trabalho, efetuamos uma análise discursiva das quatro matérias jornalísticas já citadas acima, utilizando como suporte teórico os estudos da argumentação e também as questões históricas e sociais abordadas sob o ponto de vista de autoras como Faludi, Perrot e Del Priore, desenvolvidos na segunda e na primeira parte da dissertação, respectivamente.

PARTE I
MULHERES: NA HISTÓRIA, NA MÍDIA E NO *BACKLASH*

1. POR UMA HISTÓRIA DAS MULHERES

Segundo Del Priore (1994), desde o estabelecimento da História enquanto disciplina científica, ocorrido no século XIX, o espaço reservado às mulheres vem permeado de estereótipos e de uma negação de qualquer importância histórica. As exceções ficavam praticamente por conta das discussões sobre o matriarcado trazidas pela antropologia; a teoria marxista de Engels sobre a subordinação da mulher através da origem da família e do surgimento da propriedade privada e, principalmente, da crítica feminista.

Somente a partir dos anos de 1970 é que se passou a falar a respeito de uma “história das mulheres”, resgatando figuras anônimas e (re)conhecidas em suas épocas, através da pesquisa em variados documentos antigos: processos, leis, atas de batismo, certidões de casamentos, relatos, transcrições, diários, cartas, testamentos, fotografias, pinturas, crônicas de viagens, relatórios médicos, manifestos, manuscritos, jornais, revistas, biografias, autobiografias, livros de memórias, entre outros.

Para Perrot (2007), o aumento massivo do número de mulheres em universidades e o engajamento de várias delas em movimentos de lutas pelos direitos femininos representaram fatores fundamentais no estabelecimento de uma disciplina que investigasse a história sob um viés feminino. A própria historiadora Michelle Perrot iniciou seus estudos na Sorbonne e, tendo em vista o histórico de greves dos operários franceses e seu engajamento em movimentos feministas, passou a se interessar por uma história do sujeito feminino que, até então, ou simplesmente não era discutida ou era bastante escassa.

Além da França, esse tipo de estudo ganhou terreno em vários outros países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Holanda, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Quebec, Índia, Japão e América Latina, com destaque para o Brasil e os estudos iniciados por Mary Del Priore.

Apesar dessa expansão, Perrot (2007) destaca a dificuldade da criação de um panorama histórico das mulheres, atribuindo-a a alguns fatores como o “silenciamento” feminino em épocas mais antigas e o “apagamento de vestígios” históricos.

Segundo a autora, esse silenciamento, essa “invisibilidade” feminina se deve muito ao fato de o discurso histórico ter se dedicado, durante muito tempo, somente ao espaço público, visto como espaço exclusivamente masculino ao longo de muitos séculos. As próprias mulheres também deixaram poucos relatos escritos, em muitos casos devido ao acesso tardio

à educação e à escrita, em outros, por terem suas opiniões e emoções tidas como algo de menor importância.

No entanto, Perrot destaca que, nos discursos filosófico, literário e religioso, ao contrário do discurso histórico, sempre se falou muito a respeito das mulheres, mas, geralmente, em um tom de voz masculino, normativo, crítico e prescritivo. Por meio da maioria desses discursos, não conhecemos o ponto de vista das mulheres, seus feitos, sofrimentos e realizações, mas somente as opiniões e representações dos homens a respeito delas. “Das mulheres muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer” (2007, p. 22).

Sobre a destruição ou o apagamento de vestígios, Perrot destaca o descaso na administração de arquivos públicos e particulares, principalmente em se tratando de “pessoas comuns”. A autora também cita a autodestruição de documentos femininos pelas próprias mulheres ao julgá-los desinteressantes, insignificantes ou mesmo vergonhosos:

Convencidas de sua insignificância, estendendo a sua vida passada o sentimento de pudor que lhes havia sido inculcado, muitas mulheres, no ocaso de sua existência, destruíam – ou destroem – seus papéis pessoais. Queimar papéis, na intimidade do quarto, era um gesto clássico da mulher idosa (PERROT, 2007, p. 22).

A própria tradição de muitos países de que a mulher “herde”, através do casamento, o sobrenome do marido, também pode significar um apagamento de vestígios femininos quando dificulta ou mesmo impossibilita o processo de reconstituição de linhagens femininas. Perrot (2007) cita como exemplo o trabalho do demógrafo Jacques Dupâquier, que desistiu de incluir as mulheres em sua busca pela genealogia das famílias francesas, por conta da ininterrupta mobilidade feminina entre as famílias.

Perrot (2007) também destaca a utilização, em várias línguas, dos artigos e palavras masculinos como neutros e daí o fato de termos muitas estatísticas e dados históricos “assexuados”. Dessa forma, quando é citada alguma greve mista, por exemplo, falamos em “trabalhadores”, discorremos sobre a luta “deles”. Misturadas aos homens, torna-se difícil em muitos casos mensurar ou perceber a participação feminina em vários momentos históricos.

Entretanto, a autora ressalta que, mesmo com o silenciamento de mulheres ao longo de séculos ou o apagamento de vários vestígios femininos, existem ainda muitas fontes que falam delas, ou mesmo emanam delas diretamente, em bibliotecas e em arquivos públicos ou

privados; e é através dessas fontes que podemos começar a reconstituir essa história “dos arquivos de mulheres para uma história das mulheres” (2007, p. 31)

2. PANORAMA DA HISTÓRIA DAS MULHERES DO OCIDENTE

Passamos agora a fazer uma revisão histórica a respeito dos tratamentos dados às mulheres do ocidente através dos tempos.

2.1. IDADE ANTIGA

Segundo Perrot (2007), o relato da história começou a ser constituído já pelos primeiros historiadores gregos, exatamente naquele lugar que foi considerado o berço de nossa civilização ocidental. Tratava-se dos relatos de guerras, de reinos e de vidas de homens ilustres, todos sempre dizendo respeito ao espaço público, do qual as mulheres estavam alijadas.

Na Grécia antiga, com exceção das espartanas, e principalmente em Atenas, as mulheres não eram consideradas “cidadãs”, mas filhas, esposas ou mães dos cidadãos. O estatuto de “não-cidadãs” das mulheres se equiparava ao estatuto dos escravos e dos estrangeiros, não possuindo direitos políticos e não podendo participar da vida pública nas assembleias e no senado.

As possibilidades de as mulheres da época participarem da vida social da *polis* se davam através das grandes festas e ritos religiosos em honra dos deuses e deusas. Na cidade de Atenas, dos cerca de trinta festivais religiosos celebrados todos os anos, quase metade implicava uma participação feminina. Entretanto, na maior parte do tempo, elas se encerravam em suas casas, o *oikos*.

A partir dos sete anos de idade, as meninas gregas passavam a ser preparadas para o casamento, sendo esse considerado como a última etapa de todo um processo de “domesticação”. As meninas não recebiam qualquer educação formal, ao contrário dos meninos, que aos sete anos poderiam começar a frequentar escolas particulares ou públicas ou serem educados por tutores, dependendo do nível social e da cidade grega na qual vivessem.

Com o casamento, que poderia ocorrer a partir dos quatorze anos de idade, a jovem deixava o *oikos* de seu pai para viver no *oikos* de seu marido. Sua posição social na cidade, antes definida pela posição de seu pai, passava a ser definida pela posição social de seu marido. Uma diferença de quinze a vinte anos era comum entre os noivos, uma vez que se considerava ideal que o homem se casasse no fim de sua juventude e a mulher no início da sua.

Curiosamente, o rito utilizado na entrada de um novo escravo na casa, era o mesmo utilizado para receber a recém-casada. Conduzida para junto da lareira, a jovem esposa recebia os *tragêmata*, espécie de coroa composta por frutos secos como nozes, tâmaras e figos. No entanto, a mulher grega só passaria a ser considerada uma mulher completa não a

partir de seu casamento e da mudança para novo *oikos*, mas a partir do nascimento de seu primeiro filho ou filha.

As esposas dos chefes de família exerciam certa autoridade sobre as outras mulheres do *oikos*, sendo essas suas filhas, parentes ou servas. No cotidiano das mulheres gregas, eram comuns os laços de amizade entre mulheres de *oikos* vizinhos. Outra figura importante nessa teia de solidariedade entre mulheres era a figura da parteira, indo de casa em casa auxiliar nos partos, no tratamento de doenças, na lavagem dos mortos e nos funerais. Muitas vezes também atuavam no favorecimento de casamentos ou na facilitação de encontros fortuitos. Por vezes, também auxiliavam nas práticas de aborto ou mesmo no tráfico de crianças indesejadas: “Simultaneamente indispensáveis e detentoras de um saber que, para além das suas artes, as tornam temíveis, na imaginação popular aparentam-se as feiticeiras e compartilham da desconfiança que as práticas destas últimas provocam” (Zaidman, 1990, p. 454).

A vida no *oikos* transcorria entre as atividades domésticas, o cuidado com as crianças, os sacrifícios oferecidos junto à lareira familiar (que só poderiam ser conduzidos pelos chefes de família), as libações e as orações, essas sim podendo ser praticadas pelas mulheres.

Uma vez que a mão-de-obra na antiguidade era, quase em sua totalidade, proveniente da escravidão, cabia aos escravos e escravas toda a atividade agrícola, base econômica da época (ao lado das atividades navais e comerciais), e os demais serviços braçais. As mulheres escravas poderiam ser destinadas tanto aos serviços domésticos quanto ao cultivo e colheita de produtos agrícolas. A prática da escravidão era considerada tão comum no mundo grego antigo, que mesmo as famílias de classes sociais mais baixas possuíam pelo menos um escravo ou escrava. As atividades intelectuais eram destinadas somente aos homens livres, cidadãos gregos, principalmente aos provenientes de famílias mais abastadas.

A tecelagem, por sua vez, era uma atividade tida como tradicionalmente feminina, sendo exercida frequentemente pelas mulheres livres de todas as classes sociais. Como ressalta Zaidman, “a tecelagem parece definir a esposa perfeita, laboriosamente ocupada, na companhia das servas e das outras mulheres da casa, em volta do tear, das gavetas e dos cestos de lã” (Zaidman, 1990, p. 431).

As únicas mulheres que participavam da vida pública da *polis* eram as sacerdotisas. Eleitas pelo voto masculino ou escolhidas através de sorteio, tal como os sacerdotes, eram figuras fundamentais em certos rituais sagrados da época, participando de sacrifícios ou sendo celebrantes de algumas festas, sempre em honra aos deuses e deusas.

As sacerdotisas viviam no interior dos santuários e poderiam desfrutar de alguns privilégios sociais, como o de serem convidadas de honra em teatros e estádios nos quais as mulheres comuns nem poderiam comparecer. Em alguns casos, poderiam administrar os fundos das “casas sagradas”. Segundo Zaidman “pode dizer-se que a única ocasião em que as mulheres gregas são tratadas como cidadãs é no quadro religioso, dentro dos limites da realização de determinados rituais” (ZAIDMAN, 1990, p. 458).

Uma possibilidade de se obter ainda um maior prestígio era quando a sacerdotisa passava a ser considerada uma profetiza. Profetas e profetizas eram aqueles que se valiam da adivinhação do futuro inspirados por um deus ou deusa, de acordo com as crenças da época.

Instalada no trípode sagrado, em contato com a terra, no *àdyton* (lugar interdito) do templo, ao abrigo dos olhares, a profetiza faz ouvir a sua voz. As suas palavras, recolhidas pelos sacerdotes, são transcritas e levadas por esses ao conhecimento dos consulentes (ZAIDMAN, 1990, p. 460).

Podemos assim considerar que, se por um lado, as mulheres gregas estavam excluídas das assembleias e do senado, por outro, a intensa vida religiosa da *polis* oferecia oportunidades de alguma integração social, fosse através da participação das meninas e mulheres nos festivais religiosos, fosse através das atividades sagradas exercidas pelas sacerdotisas e profetizas.

Ainda na chamada Idade Antiga, com o progressivo domínio e expansão do Império Romano por toda a região que banhava o mar Mediterrâneo, o modo de vida como o experienciado pela antiga civilização grega passou por algumas transformações. De acordo com Rousselle:

Na medida em que a sociedade reconhecia a supremacia romana, os que desejavam entrar na comunidade dos vencedores eram levados a adotar as suas leis. A unificação dos povos do Mediterrâneo romano no direito romano, no princípio do século III, e depois nas regras estabelecidas pela Igreja cristã (regras que não foram todas integradas no direito dos reinos orientais ou do Império Bizantino), transformou a vida das mulheres da zona que contribuiu para formar a civilização ocidental (ROUSSELLE, 1990, p. 368).

Com o tempo, as mulheres adquiriram alguns direitos fundamentais como o de receber legados e heranças. Mas, no geral, continuavam sendo vistas como “não-cidadãs” ou cidadãs de segunda classe e não eram sequer consideradas nos primeiros recenseamentos da república

romana que, progressivamente, passou a contabilizar somente as mulheres que fossem herdeiras, para que essas também pudessem pagar tributo aos exércitos.

Como destaca Rousselle (1990, p. 358), “na antiguidade grega e romana, como aliás entre os judeus, as mulheres estavam destinadas ao casamento e à maternidade” No Império Romano era comum que as jovens se casassem muito cedo, a partir dos doze anos. Há registros de casamentos de meninas pré-púberes, de dez, onze anos de idade. No entanto, pelo direito romano, o casamento só seria considerado legal a partir dos doze anos da esposa.

A castidade dessas jovens esposas logo passou a ser uma fixação, sendo os lençóis manchados de sangue, após a primeira relação sexual com o marido, uma prova da virgindade e do caráter da jovem noiva. Um ritual de verificação manual antes das núpcias, também era comum por volta do século IV. Segundo a autora “a história da virgindade de Maria e a posterior instauração de uma crença na virgindade provada infiltraram-se num mundo grego e romano onde a questão ainda se não tinha posto” (ROUSSELLE, 1990, p. 362).

É um tanto difícil precisar a média de filhos por mulher na antiguidade. Mesmo levando em consideração que uma mulher saudável poderia engravidar entre os 13 e os 50 anos, temos que levar em conta a baixa expectativa de vida e as precárias condições da época, na qual, a cada cinco partos, uma mulher morria. “As condições gerais da vida biológica das mulheres, do seu destino materno, eram tais que os riscos mortais das gravidezes múltiplas ou os dos abortos constituíam o horizonte normal da vida feminina” (ROUSSELLE, 1990, p. 367).

Pelas leis romanas, as famílias das altas classes eram obrigadas ao casamento e à fecundidade, devendo alcançar o número mínimo de três filhos para que tivessem o direito a legados e heranças. Como aponta a autora, “as leis de Augusto tinham proibido que os homens solteiros entre os vinte e os sessenta anos e as mulheres celibatárias (mesmo viúvas ou divorciadas) entre os dezoito e os cinquenta anos recebessem legados” (ROUSSELLE, 1990, p. 374). Dessa forma, aos vinte anos, a mulher que vivia sob o jugo do Império deveria já estar casada e ter ao menos um filho ou filha, sendo o mesmo exigido do homem ao completar vinte e cinco anos de idade. As mulheres viúvas também deveriam se casar novamente após o prazo de um ano e as divorciadas após seis meses.

Uma vez que gerassem os três filhos necessários, era comum que se tentasse uma limitação no número de filhos de um casal, sobretudo nas classes mais abastadas. Essa tentativa de limitação das famílias na Antiguidade se dava através das tentativas de contracepção, da prática do aborto e da prática da continência, seguida principalmente por

mulheres da aristocracia, que passavam a se abster de relações sexuais após darem a luz aos três filhos ou filhas exigidos pela lei romana.

Também era comum que famílias das classes mais pobres, se muito numerosas, vendessem seus filhos e filhas. O abandono de crianças, infelizmente, também não era incomum. Outra prática comum era a da “exposição”, que consistia em dar as crianças a outras famílias para que essas fossem criadas ou como filhos e filhas, ou como escravos e escravas.

No mundo dos escravos, os nascimentos eram controlados pelo proprietário ou proprietária de escravos. As mulheres escravas continuavam a ser destinadas aos serviços domésticos, aos serviços de cultivo e colheita ou mesmo nas construções civis, dependendo de seu porte físico. Como cada povo velava para que os membros de sua sociedade não caíssem na escravidão: era proibido que um romano possuísse escravos e escravas romanas, um grego, escravos e escravas gregas e um judeu, escravos e escravas judeus. A prática da escravidão estava tão difundida e vista com tanta naturalidade no mundo antigo que persistiu mesmo com o surgimento dos colonos, camponeses livres que não possuíam terras ou meios de produção próprios.

Além das práticas sociais já citadas, outra prática bastante comum nas regiões indexadas pelo Império Romano era a do concubinato. Em um mundo onde a expectativa de vida das mulheres era, em média, de trinta anos e no qual cerca de 5 a 10% das mulheres morriam em decorrência do parto ou de suas sequelas, a prática do concubinato era vista não somente como uma forma de maior satisfação sexual dos maridos, mas também como uma proteção para as mulheres das classes mais abastadas. Rousselle (1990, p. 382) destaca que eram as concubinas que, muitas vezes, suportavam o peso das gravidezes múltiplas e também o peso dos abortos se o amo não queria ter mais filhos ou se não as queria ver grávidas.

As concubinas, em grande parte, eram mulheres escravas, mulheres recém-libertas ou mulheres livres das classes sociais mais baixas. De acordo com Rousselle (1990, p. 382), em muitos casos, eram as próprias esposas da aristocracia romana que escolhiam as concubinas ou escravas que viriam a se relacionar com seus maridos. Rousselle ressalta que essas práticas eram comuns em todo o Império e cita, como exemplo, a África romana, na qual certas esposas “tornavam-se continentes e forneciam concubinas aos maridos” (p. 383). Os filhos das concubinas poderiam ser considerados legítimos, desde que legalmente reconhecidos pelo pai e desde que esse não fosse casado legalmente.

Entre os judeus, não havia a prática do concubinato, mas a da poligamia e era comum que tivessem uma primeira esposa destinada a lhes dar herdeiros e uma segunda esposa destinada ao sexo, com o objetivo único do prazer, fazendo uso constante de práticas conceptivas e abortivas.

No século IV, quando o imperador Constantino se converteu ao cristianismo e decretou a religião cristã como a oficial do Império, a instituição da família passou por algumas alterações. O primeiro interdito se deu em relação ao incesto e a união com tias, sobrinhas e primas passou a ser, então, efetivamente proibida. A poligamia, exercida principalmente por judeus e por povos do norte da África, também passou a ser alvo de sanções. Mas, segundo Rousselle (1990), foi a supressão do concubinato legal a maior das transformações na instituição familiar da época.

À igreja católica interessava um crescimento populacional maior, mas sob controle: filhos legítimos criados por uma família católica que seriam os futuros mantenedores e difusores de sua fé.

Uma vez que se passou a exigir a fidelidade masculina (ainda que não com o mesmo rigor e sanções da exigência feminina) e com a supressão do concubinato, as mulheres da aristocracia passam pela experiência do aumento de suas famílias, das múltiplas gravidezes e dos problemas oriundos dessas. No entanto, o desejo sexual feminino da esposa continuava a não ser bem visto, pois acreditavam que as mulheres que “se afeiçoavam aos prazeres amorosos”, ainda que com o próprio marido, seriam mais suscetíveis ao adultério. “Há uma contradição entre a vontade de ver nascer filhos legítimos numerosos, e de exaltar o valor do casamento na procriação, e a vontade de punir as manifestações de desejo nas esposas” (ROUSSELLE, 1990, p. 385).

A prática do aborto também passou a ser condenada veemente por autores cristãos, uma vez que interessava ao estado e à igreja o aumento da população e que se acreditava que se uma esposa quisesse abortar é porque seu filho ou filha seria fruto de um adultério.

Quanto ao divórcio, as mulheres poderiam ser repudiadas por seus maridos e perder seus direitos a heranças se cometessem os crimes de aborto, adultério ou homicídio. Já quanto ao divórcio por iniciativa da esposa, a partir dali, a mulher que o fizesse, tornando a se casar, seria imediatamente excomungada e ignorada por sua comunidade, ocorrendo o mesmo às mulheres abandonadas por seus maridos.

Através da verificação de todas essas leis e costumes, podemos considerar que desde a sociedade grega, passando pela expansão do Império Romano, a criação do direito romano e

chegando à época do Império Romano cristão, o estatuto e papel social das mulheres pouco mudou.

2.2. IDADE MÉDIA

No século V, com o esfacelamento do Império Romano do Ocidente, a invasão e o estabelecimento das tribos germânicas nas regiões até então dominadas pelo Império, ocorre certa miscelânea entre as práticas germânicas e as leis romanas.

Segundo Wemple (1993), nas regiões hoje conhecidas como Itália, Espanha e França, o direito romano prevaleceu, ainda que de uma forma mais simplificada. Já nas outras regiões, os costumes germânicos prevaleceram, ainda que gradualmente passassem por uma incorporação dos costumes romanos.

Nessa época, as mulheres já exerciam um papel fundamental na conversão de milhares de fiéis e na expansão do cristianismo. Segundo a autora, as mulheres convertiam seus maridos, batizavam e criavam seus filhos de acordo com os preceitos do cristianismo e até construía igrejas e fundações monásticas, principalmente quando provenientes de famílias de posses, ainda que seu papel na religião e nos mosteiros fosse constantemente limitado pelas instituições católicas. “As rainhas muitas vezes fundavam mosteiros e igrejas nas suas próprias terras. Faziam também com que alguns dos seus favoritos fossem nomeados bispos, alargando assim seu próprio poder” (WEMPLE, 1993, p. 232).

Para aquelas que viviam sob as leis romanas ou germânicas, a junção de ambos os costumes às ideias da “nova religião” resultaram em um fortalecimento da autoridade do marido sobre sua esposa. A exceção ficava por conta das germânicas visigóticas que poderiam, por exemplo, gerir os próprios bens, servirem de testemunhas, representarem a si mesmas em tribunais e escolher seus próprios maridos se tivessem mais de vinte anos.

No entanto, as mulheres solteiras e viúvas poderiam desfrutar de uma maior liberdade econômica. Após a morte do marido, a viúva poderia administrar os próprios bens e os dos filhos e filhas, enquanto esses fossem menores. Já a mulher solteira teria o controle de seus bens a partir dos vinte e cinco anos.

Ocorre que, na época, as mulheres continuavam se casando muito jovens, por volta dos quinze anos, então, na prática, eram poucas as mulheres que não viviam sob a tutela de seu pai, de seu marido ou do parente mais próximo do sexo masculino.

Nos sistemas germânicos, a poligamia e o concubinato eram admitidos, tendo por exceção o código visigótico. Os homens poderiam ter relações sexuais com suas escravas e mesmo assumir seus filhos e filhas como herdeiros, se fosse de sua vontade. Wemple diz que

essas práticas acabavam se tornando formas de ascensão feminina na Alta Idade Média. No entanto, não podemos perder de vista que essas práticas eram algumas das poucas que possibilitavam alguma ascensão ou melhores condições de vida para mulheres das classes sociais mais baixas ou para aquelas nascidas ou tornadas escravas, em uma época na qual praticamente todo o poder social se concentrava em indivíduos do sexo masculino.

Quanto ao divórcio, esse era permitido ao homem, de acordo com os princípios da lei romana. Na lei germânica, era mais fácil que o homem obtivesse o divórcio alegando motivos banais ou mesmo a esterilidade de sua mulher. Quanto às mulheres, a situação já não era a mesma. Segundo a autora, “uma mulher tinha de manter-se fiel e obediente ao seu marido mesmo que este fosse bêbado, jogador, a maltratasse ou fosse adúltero” (p. 235). Segundo o código burgúndio, o mais simples dos códigos germânicos, a mulher deveria ser sufocada na lama se tentasse se divorciar de seu marido. Pela lei romana, a mulher poderia recorrer ao divórcio somente se o marido cometesse crimes muito graves como o homicídio e, pelo código visigótico, se o marido fosse acusado de pederastia ou de ter obrigado a esposa a ter relações sexuais com outro homem.

Somente a partir do século X, com o crescimento cada vez maior e fortalecimento da religião católica e seus ensinamentos, a proibição católica à dissolução de casamentos passa, de fato, a ser incorporada, sendo poucos os casos de divórcios registrados a partir dali.

Nessa época, as mulheres da aristocracia experimentavam um substancial aumento em sua autoridade real. Por um decreto do imperador Carlos Magno, elas passariam a ser responsáveis pela supervisão do palácio, dos domínios régios e passariam a representar os reis durante suas ausências. Nas classes sociais mais baixas, já era comum que as mulheres fossem responsáveis pela administração de suas casas, principalmente quando os homens saíam em guerra.

Nessa época, todo o território que anteriormente constituía o Império Romano do Ocidente estava distribuído em diversos reinos que se subdividiam na medida em que eram distribuídos entre os herdeiros. Os reinos eram formados pelas cidades e pelos campos que, por sua vez, estavam divididos em feudos, que eram governados pelos senhores feudais. Destacaram-se algumas poucas mulheres nessa posição, como a viscondessa de Narbona, que após a morte de seu pai foi senhora de feudo durante cinquenta anos, tomando as decisões relativas à administração e defesa de suas terras.

Estima-se que, nesse período, nove décimos da população eram de camponeses. Cabia aos vassallos e as suas esposas, que viviam nos feudos, a responsabilidade pelo cultivo e colheita das plantações.

Além dessas atividades, as esposas eram responsáveis pelas tarefas domésticas e pela criação e educação dos filhos até os sete anos, quando muitos seriam enviados ou aos mosteiros ou à corte de algum senhor feudal, e também de suas filhas, que permaneciam em casa até que se casassem, por volta dos quinze anos de idade.

A escravidão, apesar de muito menos numerosa que no Império Romano, ainda existia, sobretudo nas regiões da Escandinávia e da Islândia e nas penínsulas Ibérica e Itálica. As mulheres escravas costumavam ser destinadas aos serviços domésticos e muitas vezes à prostituição.

Nessa época, a expectativa de vida das mulheres era, em média, trinta e seis anos de idade. A maior mortalidade feminina e a menor expectativa de vida, em relação aos homens, podem ser explicadas pela função biológica das mulheres. Segundo Wemple, o fato pode ser atribuído à insuficiência nos cuidados com a saúde e à carência de ferro na dieta alimentar da época, agravados pela menstruação, por problemas ginecológicos e pelos partos.

De acordo com Wemple, no século X, um número crescente de mulheres casadas surge como castelãs, senhoras de propriedades feudais, proprietárias de igrejas, participantes em assembleias seculares e eclesiásticas, detentoras do poder de comando militar e do respectivo direito de justiça. Sendo a terra a única fonte de poder da época, as mulheres herdavam as terras de suas famílias ou de seus maridos, ou como já citado, exerciam a autoridade quando seus maridos estavam em guerra ou eram chamados para algum serviço na corte real.

Além dessas mulheres que se destacavam devido a algum poderio econômico, algumas mulheres também se destacavam por possuírem um elevado capital cultural. Entretanto, era uma possibilidade reservadas apenas às nobres ou religiosas.

O desenvolvimento dos mosteiros possibilitava mais que um encontro com uma vocação religiosa. Em muitos casos, possibilitava a fuga de casamentos indesejados e também o acesso a toda uma cultura filosófica e literária da qual a maior parte da população medieval estava excluída. Muitas freiras se tornaram autoras escrevendo artigos, poemas, relatos e biografias de santas e de rainhas, que seriam preservados em bibliotecas durante séculos. Hrotsvita de Gandersheim foi um desses exemplos, uma cónega alemã que viveu no século X e chegou a publicar peças e poemas, tanto seculares quanto religiosos.

Segundo Opitz (1993, p.354), ainda que seja difícil encontrar registros escritos pelas próprias mulheres até os primeiros séculos da Idade Média, a situação se altera a partir do século XIII, quando um número maior de pessoas, principalmente as mulheres das classes mais abastadas, passam a ter mais acesso à escrita e à participação nos acontecimentos sociais e intelectuais. Segundo a autora: as mulheres começam a “influir na representação escrita e na organização da vida medieval, não só de forma direta, mas também em maior número e com maior difusão social do que nos séculos anteriores, na qualidade de ouvintes, de leitoras e de mecenas, mas também na de testadoras, de viúvas e de tutoras”.

No entanto, a hegemonia dos domínios culturais, políticos e sociais ainda era masculina, sobretudo dos representantes do clero e da aristocracia. “Os seus desejos e ideias só podem frequentemente ser descortinados por detrás do véu da tutela e da regulamentação impostas pelos seus pais, maridos e confessores, sendo os seus atos ainda limitados pelas normas da sociedade e pelo controle social” (OPITZ, 1993, p. 354).

Segundo Opitz, a baixa Idade Média foi marcada por catástrofes, epidemias e conflitos – como a peste, a Guerra dos Cem anos e grandes revoltas dos camponeses –, crises econômicas, culturais e fanatismo religioso. Estima-se que, nessa época, a população europeia tenha diminuído em cerca de um terço. Não podemos também nos esquecer da devastadora caça às bruxas da qual as mulheres foram as maiores vítimas no final da Idade Média.

A instituição do matrimônio também passou por algumas alterações em relação às práticas de poligamia e concubinato, no período da baixa Idade Média. Segundo Opitz, “a ideia de uma relação monogâmica, instituída por Deus e indissolúvel, baseada em concepções e valores teológicos e eclesiais, foi sendo progressivamente aceite pela sociedade laica que anteriormente cultivava outras práticas” (OPITZ, 1993, p. 361).

A submissão exigida das esposas era muitas vezes traduzida através da violência física. Segundo a autora, existia uma convicção em todos os círculos sociais de que os maridos tinham um direito absoluto sobre suas esposas, o que lhes autorizava a infligirem castigos corporais. No entanto, para a autora, o fato de casos de violência por parte do marido serem frequentemente levados aos tribunais pelas próprias mulheres ou por seus parentes, é uma prova da tentativa de resistência e de que “não se deixavam prender tão docilmente no jugo do casamento como os teólogos e os moralistas laicos desejavam” (p. 368).

Por volta do século XII, novas formas de organização do trabalho possibilitaram o desenvolvimento das cidades e a substituição gradual da antiga economia feudal e servil por uma economia baseada no crescimento das empresas familiares urbanas e, mais tarde,

também das empresas familiares rurais. Em outras palavras, uma economia mercantil. As mulheres, que já constituíam grande parte da mão de obra tanto nos campos quanto nas cidades, foram fundamentais nas novas relações de trabalho que surgiram a partir dali. Segundo a autora, a economia familiar era “fundada no casal que trabalha em comum e nas formas de trabalho assalariado a ela ligadas” (OPITZ, 1993, p. 392).

Segundo Optiz, a tutela que os maridos exerciam sobre suas esposas recuou consideravelmente a partir do reconhecimento da capacidade de muitas para as atividades artesanais e comerciais. De acordo com a autora, “muitas mulheres praticavam o pequeno comércio vendendo mercadorias que elas próprias produziam, que compravam ou que importavam” (p. 395).

O envolvimento feminino com as atividades comerciais também trouxe repercussões em relação à educação das meninas e mulheres. Nos grandes centros mercantis, que passaram a se formar, foram construídas escolas urbanas para meninas uma vez que era necessário que essas soubessem ler, escrever e fazer contas. Era comum que as escolas urbanas fossem fundadas por um casal de professores ou que contratassem professoras esposas de professores. Em Paris, no final do século XIII, já eram contabilizadas vinte e uma mulheres como diretoras de escolas de meninas.

Já as mulheres das classes mais elevadas continuavam a receber alguma educação formal, mas em suas casas através de professores particulares ou de suas próprias mães.

Optiz chama a atenção para o fato de também ser significativa a participação das mulheres na área da medicina e da ginecologia, já nessa época. A autora relata que, em 1321, Francisca, cirurgiã formada na universidade, obteve do duque Carlos da Calábria autorização para exercer sua profissão. No entanto, trata-se de uma das exceções, pois mesmo com a difusão das faculdades de medicina, essas costumavam fechar as portas para a experiência feminina. Era então comum que mulheres fossem acusadas de praticarem medicina sem possuir formação universitária ou sem ter obtido autorização.

O único ramo da medicina que era praticado exclusivamente por mulheres durante a Idade Média era a obstetrícia. Atividades relativas a ela eram exercidas por médicas ou por parteiras, que tiveram sua profissão regulamentada. Segundo a autora, a cesariana aparece em relatos médicos a partir do século XIII, sendo executada principalmente por mulheres.

Além do trabalho nas empresas de suas famílias, na agricultura, no comércio e nas atividades ligadas à saúde e à educação, as mulheres também eram empregadas como assalariadas em fábricas e corporações.

No entanto, a ideia estabelecida de que a renda proveniente do trabalho feminino seria apenas complementar ou de menor importância, acarretava em um menor salário pago às mulheres. Nas obras de Wurzburg, por exemplo, enquanto os trabalhadores recebiam 11,6 *pfennigs*, as mulheres ganhavam, em média, 7,7 *pfennigs*. Essa prática dificultava as chances de mulheres solteiras e viúvas das “classes mais baixas” de viverem suas vidas de forma independente e digna.

A preferência de vários empresários pela mão de obra feminina, considerada mais barata, também desencadeou uma maior tensão entre trabalhadores e trabalhadoras. Muitos homens se viram preteridos ou em concorrência direta com suas próprias esposas, irmãs e filhas ou com as parentes de seus companheiros de trabalho. Segundo a autora, “no final da Idade Média, verifica-se, sobretudo nos regulamentos corporativos, uma crescente hostilidade para com as mulheres, uma repressão e boicote do trabalho feminino independente” (OPITZ, 1993, p. 406). Opitz também destaca que, já no século XIII e princípios do século XIV, se tinham publicado regulamentos que limitavam ou até proibiam o trabalho feminino.

Quanto às mulheres que trabalhavam por conta própria, fora das fábricas e corporações, essas passaram a ser denunciadas aos conselhos das cidades por exercerem suas atividades sem regulamentação. Segundo a autora, “geralmente eram os tecelões corporativos que denegriam as suas concorrentes femininas no conselho e as coagiam ao pagamento das quotizações corporativas ou ao abandono do seu ofício” (p. 404). Devido aos ganhos mínimos que, muitas vezes, mal dava para o próprio sustento, muitas mulheres não tinham recursos para pagarem as taxas das corporações, se vendo forçadas a transferirem suas oficinas para fora das cidades ou a encontrarem outras formas de subsistência.

A autora ressalta que não foi sem resistência feminina que esses regulamentos foram encarados. Há vários registros de queixas femininas nos conselhos das cidades acerca dos direitos que lhes eram gradualmente retirados.

Podemos considerar que a Idade Média nos mostra, entre outras coisas, que as tentativas femininas de uma maior independência econômica e social, se chocavam, quase sempre, com os entraves machistas de toda a estrutura filosófica, política e econômica da época.

2.3. IDADE MODERNA

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, o crescimento demográfico acirrou ainda mais a luta pela subsistência. Apesar das regulamentações e do corporativismo masculino no mundo do trabalho, as mulheres das classes mais desfavorecidas, que constituíam a grande maioria da população, continuavam trabalhando, fossem solteiras, casadas ou viúvas. No entanto, a total independência financeira feminina, além de rara, não era bem vista. Por mais que as mulheres trabalhassem, a visão predominante continuava sendo a da família sustentada primordialmente pelo pai ou pelo marido, sendo a renda feminina considerada como algo complementar.

Segundo Hufton, após o crescimento demográfico, a miséria que atingiu várias regiões trouxe algumas alterações à instituição do matrimônio. A média de idade com que as pessoas se casavam subiu e, em certas épocas, chegou a 25% a porcentagem de mulheres que nunca chegou a se casar, o que ainda não havia se visto no mundo ocidental até então. Segundo o autor,

No século XVII, as mulheres inglesas casavam com a idade média de 26 anos (...) e no final do século XVIII situava-se ligeiramente acima dos 23 anos. Em França, uma média de 22 anos no começo do século XVII foi subindo gradualmente até chegar aos 26,5 nas vésperas da Revolução. (HUFTON, 1990, p. 42)

Com os casamentos mais tardios, a taxa de filhos por casal também diminuiu.

Os baixos salários, o desemprego e a escassez de recursos dificultavam o pagamento do dote feminino à família do noivo e também dificultavam para que o jovem casal pudesse ter condições de adquirir uma propriedade e de sustentar a si mesmos e aos filhos e filhas que viriam. Como exemplo, o autor destaca a situação na Holanda, na qual “a prosperidade predominante no século XVII favoreceu casamentos mais precoces, enquanto que a situação mais difícil da agricultura e a depressão industrial verificadas na segunda metade do século XVIII conduziram a casamentos mais tardios e a um aumento do celibato definitivo” (p. 43).

Nessa época, por volta dos seis, sete anos de idade, as crianças já auxiliavam nos serviços realizados por suas famílias. Por volta dos doze anos de idade, era comum que as meninas que viviam no campo deixassem suas casas para trabalhar nas cidades. Muitas delas trabalhariam por cerca de dez a doze anos, tendo como um dos principais objetivos o acúmulo

do dote. Após esse período, aquelas que ainda não haviam se casado nas cidades, costumavam regressar para sua vila ou aldeia natal.

O trabalho feminino mais encontrado nas cidades era o de criada, de forma que além do salário, as jovens poderiam contar com alojamento e alimentação razoáveis. Hufton (1990, p.31) mostra que essa abundância de mão de obra feminina vinda dos campos acabava resultando em um aumento no status social de muitas famílias que viviam nas cidades, já que “ter criadas era um dos primeiros luxos que mesmo uma família modesta se podia permitir” Além do trabalho como criada doméstica, as mulheres também poderiam se empregar nos comércios, nas pequenas empresas familiares e nas fábricas.

O trabalho feminino foi fundamental no desenvolvimento e expansão das indústrias, sobretudo as indústrias têxteis europeias, apesar de pouco ou nada valorizado. As condições de trabalho, principalmente nas fábricas, eram bastante precárias. As jornadas de trabalho eram extensas, chegando muitas vezes à faixa de doze a dezesseis horas por dia. Frequentemente, as próprias oficinas serviam de dormitório para as jovens que dormiam no chão, sob máquinas e teares. Não existia qualquer garantia trabalhista e as funcionárias poderiam ser dispensadas a qualquer momento. A miséria e o desemprego, muitas vezes, encaminhavam-nas para a prostituição.

Muitas vezes, o ofício aprendido e exercido pelas jovens solteiras, mais que o dote, se tornava determinante na questão do matrimônio e do futuro das esposas que trabalhariam ao lado de seus maridos em negócios familiares. Uma operária de uma indústria têxtil, por exemplo, seria considerada uma esposa ideal para um homem que pretendesse abrir uma pequena oficina têxtil ou cuja família já fosse proprietária ou operária de um pequeno negócio do tipo.

Em geral, as mulheres não se casavam com homens que fossem considerados de posição social inferior a sua. Esse fato se devia ao modo de pensar já verificado desde o mundo greco-romano, de que as esposas e suas famílias assumiriam o *status* social de seus maridos. De acordo com Hufton, enquanto os homens de ascendência nobre poderiam casar com mulheres plebeias de famílias enriquecidas, as mulheres da nobreza não poderiam se casar fora de sua casta:

As filhas dos clérigos, dos médicos e dos homens de leis casavam com homens da mesma profissão de seus pais e as ligações profissionais eram desse modo consolidadas. As criadas de lavoura casavam com trabalhadores agrícolas, esperando instalar-se, com as suas economias acumuladas, numa

pequena quinta. No entanto, mesmo que uma rapariga tivesse ido trabalhar como criada para uma cidade, não ficava para ela excluída a possibilidade de voltar à aldeia com as suas magras poupanças, para se instalar como esposa de um pequeno rendeiro (HUFTON, 1990, p. 45-46)

As mulheres que permaneciam nas cidades casavam-se, em sua maioria, com aprendizes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, trabalhadores das minas ou da construção civil ou naval.

Além da participação ativa no desenvolvimento do mundo industrial, a Idade Moderna foi uma época na qual muitas mulheres passaram a participar dos ditos “espaços masculinos”: os campos de batalhas, as assembleias, os tribunais, entre outros. Segundo Davis (1990, p. 230), os feitos de alguém como Joana d'Arc inspiravam outras mulheres a participarem de exércitos e batalhas, ainda que, para isso, tivessem que se disfarçar de homem.

Nessa época, ainda não tinham direito a ter voz em conselhos reais, assembleias e não poderiam exercer cargos como o de juíza ou sequer servirem de testemunhas ou serem chamadas para integrar um júri.

No entanto, no campo político, a sucessão dinástica e a falta de um herdeiro do sexo masculino para assumir o trono, algumas vezes possibilitava que algumas mulheres assumissem o cargo mais alto da hierarquia monárquica como rainha ou regente em reinos como o de França, Espanha, Inglaterra, nos principados germânicos, em Florença, na Rússia e na Suécia.

Na Inglaterra do século XVI, Isabel I sucedeu sua meia-irmã Maria Tudor no trono e empreendeu um reinado que até hoje é estudado no que diz respeito às mudanças religiosas, melhoras econômicas e à expansão externa. Na França, Catarina de Médicis fracassou em seus objetivos de manter a paz entre diferentes facções religiosas e manter a monarquia católica em todo o território francês, mas, segundo Davis (1990, p. 236), “revelou-se perita na utilização de todo o arsenal político a seu alcance” A história nos traz outros exemplos menos ou mais bem sucedidos, como o da rainha Ana que governou a Grã-Bretanha no início do século XVIII, Catarina II da Rússia, Catarina da Suécia, entre outras.

Quanto às “mulheres do povo”, em relação a uma atuação política, essas foram presença constante nos movimentos populares revoltosos da Idade Moderna. Farge (1990) destaca a forte participação feminina em revoltas rurais e urbanas entre os séculos XVI e XVIII, sendo essas de fundo religioso, econômico ou social. Por exemplo, podemos citar o movimento das *recusant women*, movimento de mulheres inglesas católicas que se recusavam

a se submeter ao Anglicanismo, nova religião imposta pelo Estado entre 1560 e 1640. Na Holanda, também foram agentes em levantes antifiscais ocorridos nos anos de 1653, 1672, 1747, 1782 e 1787. Na França, participavam constantemente de motins contra a elevação dos preços dos produtos, sobretudo os alimentícios, como o motim de 14 de Julho de 1725, iniciado por uma discussão entre um comerciante e uma mulher, devido a uma alta abusiva de preços. Muitas vezes também era a prisão de filhos, pais ou maridos, pelos motivos mais torpes, que levava grupos de mulheres a ações de levante contra as figuras políticas e à repressão policial.

No entanto, entre tantos acontecimentos históricos compreendidos no período de tempo que viria a ser conhecido hoje como Idade Moderna, um dos mais terríveis e emblemáticos é a Inquisição. Iniciando-se no século XV e perdurando até o final do século XVII, não se sabe ao certo o número de mulheres e homens mortos pelos tribunais da Inquisição, sendo que alguns historiadores e historiadoras falam em milhares de mortes, outros já falam em milhões. Mas sabe-se que as mulheres foram as maiores vítimas dessa verdadeira chacina. Segundo Salmann (1990, p. 523), várias razões são apresentadas por estudiosos para tentarem entender as causas do ocorrido. Em primeiro lugar, temos que considerar a busca por um “bode expiatório” para várias tragédias coletivas e pessoais da época, como epidemias, mortes precoces, má colheita, miséria e infelicidade, somadas a toda uma tradição de misoginia e desconfiança em relação à mulher, observada desde os tempos antigos.

Salmann também cita a hipótese de Michelet sobre a desconfiança em relação a poderes demoníacos possuídos por mulheres detentoras de conhecimentos do poder de cura das ervas. Se as mulheres não poderiam ser tão sábias quanto os homens, aquele conhecimento só poderia ser obra de alguma figura demoníaca e se as mulheres eram capazes de curar, óbvio que também seriam capazes de fazer o contrário, assim acreditavam os inquisidores e juízes da época. Vale também assinalar o grande número de parteiras e curandeiras acusadas de feitiçaria em um tempo em que a figura do médico ganhava cada vez mais importância. Obviamente, a concorrência dessas mulheres, figuras bastante comuns tanto nos campos quanto nas cidades, não era bem vista.

Mesmo com a desqualificação do crime de feitiçaria, já no fim do século XVII, o estatuto social da mulher não melhorou, principalmente daquelas que não correspondiam aos arquétipos, papéis e comportamentos tradicionalmente esperados de uma mulher. Como aponta Salmann, nos séculos seguintes, a ideia da terrível feiticeira foi substituída

gradualmente pela ideia da mulher adoecida, vítima de suas próprias ilusões de poder ou independência.

A feiticeira desliza insensivelmente do domínio da heresia para o da doença. Ela, que outrora tinha feito um pacto com Satanás, torna-se vítima da sua imaginação. O mito demonológico dá lugar à histeria, cujos contornos nosográficos se aperfeiçoam no século XVIII e, sobretudo, no século XIX (SALMAN, 1990, p. 533)

2.4. IDADE CONTEMPORÂNEA

O início da chamada Idade Contemporânea é marcado, de acordo com a História tradicional, a partir da Revolução Francesa, no ano de 1789. As mulheres estiveram presentes tanto nessa, quanto nas muitas revoluções e levantes vivenciados na época.

Segundo Godineau (1990, p. 23), na Europa moderna “as mulheres desempenhavam tradicionalmente um papel de agitadoras” e foram elas as primeiras a protestarem e marcharem pelas ruas de Versalhes naqueles dias.

No entanto, essa participação feminina sempre esbarrava nos limites da não cidadania das mulheres. Se em um primeiro momento eram delas que partiam, muitas vezes, a revolta e o chamado à revolução, em um segundo ou terceiro momento, se viam excluídas do processo final. Como aponta Godineau, a revolução pressupõe uma estrutura que se organiza e, dessa estrutura, as mulheres eram tradicionalmente rejeitadas: “excluídas do corpo do povo armado (guarda nacional francesa, *vrijcorps* batava, milícia americana), do povo deliberante (assembleias sectoriais, *townships*), das comissões locais e das associações políticas” (p. 25).

Para a autora Elisabeth Sledziewski (1990), não é verdade o que muitas vezes se diz: que as mulheres, enquanto grupo social, nada ganharam com a Revolução Francesa. A autora considera a importância de ter sido essa a primeira revolução social a colocar as condições das mulheres em pauta, ainda que um novo lugar, no fim das contas, não tenha sido, através dela, efetivamente conquistado.

A partir do século XIX, o movimento feminista entra oficialmente em cena. Segundo Kapelli, é impossível e mesmo inútil tentar identificar com precisão um momento ou movimento fundador, devido a multiplicidade das ideologias, das ações e das intenções.

Elas entram em cena assumindo por sua conta a Declaração dos Direitos do Homem e defendendo a causa do seu próprio sexo. Afirmam-se através da dissidência religiosa. O seu estatuto civil é reconhecido graças às alterações da lei. As sufragistas anunciam uma nova identidade política. Quebrando o silêncio em torno da sexualidade, defendem uma nova moral. A sua luta pelo acesso ao mundo profissional lança as bases indispensáveis para a conquista da autonomia econômica (KAPELLI, 1990, p. 541)

A autora destaca que o feminismo do início do século XIX é marcado principalmente por duas correntes diversas: uma que advoga pela igualdade política e social para homens e

mulheres – tendo a escritora Mary Wollstonecraft e John Stuart Mill entre seus principais expoentes – e outra que se baseia em uma perspectiva dualista masculino/feminino colocando em foco as particularidades femininas, sendo a maternidade a principal delas.

Entre os anos de 1820 e 1840, algumas mulheres feministas e alguns grupos feministas são influenciados pelas ideias socialistas que passavam a ser difundidas na Europa, principalmente na França e na Inglaterra. Nessa ótica, a situação feminina passa a ser enxergada sob a perspectiva da dominação masculina e da sujeição feminina que se dariam, sobretudo, através do modelo de casamento burguês.

A difusão dos ideais feministas durante o século XIX ocorre principalmente através de parte da imprensa feminina ou feminista e da criação de associações em prol de lutas por interesses femininos. Era comum que um jornal ou coluna feminista atuasse em conjunto com uma associação. As reivindicações feitas por essas instituições apelavam por vezes ao Estado e por vezes à própria iniciativa popular.

Era assim que Emily Davies, por exemplo, pertencente da associação *Society for Promoting the Employment* argumentava no *Englishwoman's Journal* a favor de uma maior escolarização feminina; Susan Anthony, jornalista do *The Revolution*, se dirigia às operárias nova-iorquinas; Elisabeth Sharples editava seu jornal *Isis* fazendo críticas à tirania da igreja e do parlamento; as saint-simonianas lançavam *La Femme Libre* que discursava sobre a questão do trabalho feminino e a favor do amor livre; e a socialista alemã Clara Zeitkin, editava um jornal voltado à formação política das operárias, entre muitas outras.

Além da imprensa, as associações feministas também se tentavam fazer ouvir através de petições, palestras, passeatas, reuniões, congressos nacionais e internacionais.

Ainda que o direito ao sufrágio feminino fosse o ponto-chave das reivindicações da época, vários outros direitos também eram reivindicados em conjunto ou por uma ou outra associação, dependendo, obviamente, da ideologia seguida por cada uma delas, como o direito das esposas de administrarem os próprios bens, educação e formação profissional de qualidade, o acesso ao ensino superior, salários iguais para homens e mulheres que exercessem a mesma profissão, melhores condições de trabalho, direito ao divórcio, mesmo direito sobre os filhos para pais e mães, modificação do vestuário, educação sexual, fim da dupla moral sexual, controle de natalidade, regulamentação ou proibição da prostituição, melhoria do estatuto da mãe solteira e do filho ilegítimo, etc.

No entanto, o sufrágio feminino seria obtido apenas na segunda década do século XX nos Estados Unidos e na maior parte dos países europeus, com exceção dos países latinos e/ou

daqueles que seguiam ou foram influenciados pelo código civil napoleônico. Na França, as mulheres só obteriam o direito ao voto e a elegibilidade em 1944; na Itália, em 1945 e em Portugal, apenas em 1976. Quanto às outras reivindicações, a maioria delas só seria obtida ao longo do século XX, enquanto algumas ainda são reivindicadas e discutidas até os dias de hoje.

Logo no início do século XX, a primeira grande guerra mundial ocasiona não só consequências nefastas para o meio da Europa, mas também um aumento maciço do trabalho feminino. Enquanto milhões de homens partiam para a guerra, milhões de mulheres assumiram várias atividades laborais em fábricas, indústrias, escritórios, empresas, etc. História essa que também se repetiria cerca de trinta anos mais tarde e em proporções ainda maiores com a eclosão da segunda guerra mundial.

Todavia, como aponta Rose-Marie Lagrave, com o fim de ambas as guerras, as mesmas instituições que antes chamavam as mulheres a cumprirem seu dever de cidadãs no mundo do trabalho (e na indústria da guerra) agora solicitavam que essas retornassem a seus lares e cumprissem seus papéis de esposa, dona de casa e mãe:

Fortalecida com o apoio da Igreja, uma política familiarista toma como alvo privilegiado o trabalho das mulheres, e especialmente o das mulheres casadas. Desse trabalho nasce todo o mal, a ele é imputada a queda da natalidade, a mortalidade infantil, a desagregação do lar, a degenerescência dos costumes e a abdicação dos pais face à educação dos filhos. Trata-se de uma luta cerrada e em dois registros simultâneos. Um radical e repressivo: a proibição pura e simples; o outro educativo e positivo: a revalorização do trabalho doméstico (LAGRAVE, 1990, p. 508)

No entanto, as demandas e aspirações de um mundo capitalista impossibilitaram esse total “regresso ao lar”, principalmente por parte de mulheres das classes baixa e média, cuja renda vinha a ser primordial e também por parte de famílias que aspiravam a uma ascensão social. As próprias empresas, visando o maior lucro possível, também se viam no dilema da recontração masculina no lugar de uma operária que poderia receber 50% do salário de um operário.

Para Lagrave, no lugar de impedir o crescimento do trabalho assalariado feminino, as mensagens dessa política familiarista trouxeram outras consequências, como o deslocamento do trabalho feminino para funções tidas como femininas e também a “feminização” de certas profissões, com sua consequente desvalorização salarial e também social. Podemos considerar como exemplo o caso das professoras primárias e das enfermeiras - profissões que envolvem

atividades tidas como tradicionalmente femininas, como a educação de crianças e o cuidado com doentes – que exatamente no período entre guerras ultrapassaram o número de homens empregados na mesma profissão.

O setor de serviços e o funcionalismo público empregavam um número cada vez maior de mulheres da classe média. Para as mulheres das classes mais baixas, com menos instrução, havia os “empregos não qualificados” no setor industrial, principalmente nas áreas de têxtil, vestuário e de alimentação.

Lagrove (1990, p. 514) destaca que, mesmo as que podiam ou conseguiam aceder ao ensino superior não escapavam da lógica da divisão sexual do mundo do trabalho. Nesse caso, a divisão também se daria tanto em relação às profissões tidas como mais masculinas ou femininas quanto em relação aos cargos e hierarquias contidos em uma mesma profissão. A autora cita como exemplos o caso da França, onde as mulheres poderiam tornar-se advogadas, mas não juízas; e o caso da Espanha e Portugal, onde até 1930 nenhuma mulher lecionava no ensino superior, mesmo com um número cada vez maior de diplomadas.

Entretanto, apesar dos entraves, o aumento constante do número de mulheres no mercado de trabalho formal e/ou nos bancos das universidades não passou por grandes alterações.

A partir de meados da década de 1960 - junto a alguns acontecimentos que culminaram em verdadeiras revoluções culturais, como as manifestações de jovens norte-americanos contra a guerra do Vietnã e manifestações esquerdistas francesas de maio de 68 – os movimentos feministas pareceram ganhar novo fôlego, assim como os movimentos que lutavam contra o preconceito racial e contra o preconceito aos homossexuais.

Nessa época, estouraram greves por melhores condições de trabalho e igualdade de salários para homens e mulheres que exerçam a mesma profissão; proliferaram-se passeatas, campanhas e mobilizações contestando antigos modelos de feminilidade e reivindicando direitos reprodutivos e sociais; livros como *Mística Feminina* de Betty Friedan (1963) e *O Segundo Sexo* de Simone Beauvoir (ainda que escrito em 1949) que discutem a condição feminina tornam-se *best-sellers*, revistas feministas como *Emma* na Alemanha e *MS* nos Estados Unidos atingiam milhões de leitores.

A atuação dos movimentos feministas, ou pró-direitos femininos, muitas vezes se dava através de iniciativas individuais ou coletivas que não esperavam pelo apoio do Estado ou das políticas sociais. Dessa forma, foram criadas clínicas de saúde, escritórios de consulta jurídica e centros de apoio ou abrigos para mulheres vítimas da violência doméstica ou sexual.

Podemos considerar que muitas das manifestações feministas e dos movimentos de libertação das mulheres ajudaram a provocar uma alteração do pensamento de parte da opinião pública acerca do papel e dos direitos femininos. Essa mudança de paradigmas, somada à pressão das manifestações em massa, ocasiona mudanças legislativas em diversos sistemas políticos. É nesse contexto que são votadas, em vários países, leis que promulgam o salário igual para homens e mulheres que exerçam a mesma profissão, leis que estabelecem uma licença-maternidade remunerada, leis que autorizam o divórcio, leis que legalizam o aborto, leis que punem a discriminação sexual, o assédio sexual, a violência doméstica, etc. Claro que as legislações variam de país para país e ainda existem várias discrepâncias, como no caso dos Estados Unidos, que até os dias de hoje não tem a licença-maternidade remunerada em sua constituição.

Mais que trazer reflexões e (re)constituições do que vem a ser o sujeito mulher e também todo esse conjunto de mudanças legislativas, foi uma época propícia para o estabelecimento de novas práticas sociais que eram por vezes consequência e por vezes causa desses fatores.

Outro acontecimento que, sem dúvida, foi determinante nas mudanças sociais observadas no século XX, foi a invenção da pílula anticoncepcional por Gregory Pinkus - cuja pesquisa foi financiada por grupos feministas - que propiciou um maior controle de natalidade por parte das mulheres ocasionando uma diminuição do número médio de filhos por mulher e possibilitando também uma maior liberdade sexual.

Em uma verdadeira revolução de costumes ocorrida principalmente durante as décadas de sessenta e setenta, foram colocados em cheque padrões socialmente construídos e naturalizados há séculos como a virgindade feminina, a monogamia, a maternidade compulsória, a imagem negativa da mulher trabalhadora, a indissolubilidade do casamento, uma maior liberalização no vestir e mesmo no ir e vir das mulheres.

A partir da década de oitenta, os tempos de efervescência juvenil e rápidas mudanças culturais parece ter chegado ao fim, ou pelo menos, desacelerado o seu curso. As manifestações e campanhas reivindicativas, tão comuns nas décadas anteriores, se tornam cada vez mais escassas e várias organizações coletivas são desfeitas. Um período de recessão e desemprego; a eleição de sistemas políticos mais conservadores; o crescimento de religiões neopentecostais; o avanço do capitalismo, de seus valores individualistas e da cultura *yuppie* e até a descoberta do vírus HIV caracterizam a época e, por vezes, são apontados como fatores determinantes para uma certa mudança do contexto.

Segundo Lagrave (1990), apesar de serem grandes conquistas, a existência de diversas leis promulgando a igualdade nas décadas anteriores, por vezes, apenas mascara a realidade dando uma ilusão de falsa equidade alcançada. Enquanto isso, problemas antigos como a já citada “feminização” de várias áreas do mundo do trabalho e sua subsequente desvalorização social e salarial “progridem como uma bola de neve”.

Atualmente, já no início do século XXI, antigas questões sociais ainda persistem e por desconhecimento histórico são muitas vezes vistos como “novos” ou de responsabilidade única de certos avanços e da época contemporânea. Podemos citar como exemplos a insatisfação com o mundo do trabalho, a insatisfação com os relacionamentos afetivos e/ou sexuais, a dupla ou tripla jornada feminina de trabalho, a violência doméstica, urbana ou sexual, a gravidez precoce e/ou não planejada, o preconceito, o desrespeito e a infelicidade, entre inúmeros problemas.

2.5. BREVE PANORAMA DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL

Fazer um panorama da história das mulheres no Brasil nos traz, já nesse início, um importante dilema: quando e como iniciar essa trajetória?

Considerando o percurso traçado nos capítulos anteriores, optamos por iniciar pela chegada dos portugueses ao território brasileiro, mas assumindo o ponto de vista não de uma “descoberta” da Terra de Santa Cruz por parte dos europeus, mas sim o ponto de vista da dominação e do estabelecimento de uma cultura ocidental advinda do antigo mundo greco-romano e da cultura judaico-cristã, somada a uma herança indígena e a fortes elementos culturais dos africanos posteriormente trazidos para cá.

Sobre o modo de vida nos três séculos do período colonial no Brasil, Del Priore (1994) destaca uma dupla moral que permanecia em meio a um forte discurso cristão importado da então metrópole. De um lado, as mulheres da elite, provenientes em sua maioria de famílias portuguesas de posses, mas subordinadas a um discurso de domesticidade, recato, frieza e total submissão; do outro lado, as escravas, as negras forras, as índias, as mestiças e as mulheres brancas de famílias pobres, sobrevivendo como podiam e conseguiam em meio às precárias condições da época. Nas palavras de Del Priore, a igreja cristã iria

[...] dispendeu séculos de peroração para formar, fora das elites, uma mentalidade de continência e castidade para mulheres para quem certas noções como virgindade, casamento e monogamia eram situações de oportunidade e ocasião, em contrapartida à realidade mais forte: a das difíceis condições materiais e insegurança econômica na colônia, que ditava regras e costumes próprios (DEL PRIORE, 1994, p. 16)

A maternidade, na época, era experimentada sob péssimas condições econômicas e de vida pela maioria das mulheres. A dupla jornada já era uma realidade no período colonial, quando as mulheres das classes mais pobres se dividiam entre o pesado serviço doméstico da época e atividades (mal) remuneradas como a lavagem de roupas, a costura, a venda de alimentos e de produtos artesanais.

Muitas dessas mulheres, abandonadas pelos companheiros, ou mesmo viúvas, criavam as crianças sozinhas ou distribuíam os filhos para vizinhas, parentes, amigas ou mesmo outras famílias que tivessem melhores condições financeiras de criá-los. Às escravas, na maioria das vezes, nem era reservada a opção ou a tentativa de criar os próprios filhos.

No ano de 1726 em Salvador e de 1738 no Rio de Janeiro, foram criadas as “rodas dos expostos” nas Santas Casas de Misericórdia. A intenção era a de que mães que não tivessem condições de criar os filhos os deixassem sob a tutela do Estado, que os encaminharia às famílias de agricultores, a fim de que fossem futuros auxiliares no processo de produção agrícola da colônia. No entanto, não era raro que essas crianças terminassem abandonadas ou trabalhando como serviçais nas casas de famílias de posses das cidades.

Segundo Del Priore, a imagem comumente partilhada da extensa família patriarcal da época colonial, com numerosos filhos e marido e mulher ligados pelo matrimônio religioso, não combina com pesquisas e descobertas mais recentes que indicam, em muitos casos, famílias pequenas com poucos membros. Fato esse que pode ser explicado tanto pela altíssima mortalidade da época quanto pela alta mobilidade dos relacionamentos, incluindo a prática corrente do concubinato. No entanto, se eram altas as taxas de mortalidade, também o eram as de natalidade, fato que interessava ao Estado, que aliado ao discurso do “crescei e multiplicai-vos” da igreja católica, pretendia que se criasse um contingente populacional suficiente para povoar a colônia e melhor atender aos interesses econômicos da metrópole.

Apesar de ser uma prática condenada pela igreja, Del Priore destaca o concubinato como uma prática comum, principalmente entre as mulheres das classes mais pobres nos séculos XVII e XVIII, fosse pelas dificuldades financeiras que impossibilitassem o pagamento da cerimônia do casamento ou mesmo do dote; fosse pelo preconceito da Igreja em relação aos inúmeros relacionamentos inter-raciais; ou fosse pela própria natureza não monogâmica de várias relações.

Essa organização familiar típica das camadas populares da época abrigava tanto mulheres e homens solteiros, quanto mulheres solteiras e viúvas que coabitavam com homens casados e, eventualmente, mulheres casadas que saíam de suas casas para viverem com outros homens.

Curiosamente, uma forma recorrente de as mulheres e homens solteiros da época escaparem da perseguição religiosa ao seu relacionamento era o chamado “casamento por juras”, uma forma de coabitar sob o mesmo teto, antes da celebração de seu casamento religioso, em uma espécie de pacto com o clero, afirmando que realmente viriam a se casar um dia. Dessa forma, muitos casais viviam juntos por muitos anos, às vezes até o fim da vida de um deles, sem chegarem de fato ao casamento religioso.

Mas se por um lado a igreja fomentava um discurso que trazia inúmeras limitações, por outro, também era utilizada, muitas vezes, como forma de resistência e auxílio no

combate às injúrias ou injustiças. Não era raro que os tribunais eclesiásticos fossem procurados por esposas maltratadas, traídas ou mesmo abandonadas. Além disso, as mulheres pertencentes à elite poderiam mesmo recorrer ao governador, que poderia infringir a seus maridos alguma penalidade como, por exemplo, o recrutamento.

Quanto à prática da prostituição, essa era vista pela Igreja como uma espécie de “mal necessário”, um crime menor se comparado ao adultério ou à sodomia, uma vez que auxiliaria na preservação da virgindade das jovens donzelas que, idealmente, não seriam tão assediadas pelos rapazes solteiros. Na visão clerical, também auxiliaria na manutenção dos casamentos. “A prostituição, embora aparentemente transgressora, constituía-se numa prática a serviço da ordem sócio-espiritual no mundo moderno” (DEL PRIORE, 1994, p. 22).

Segundo Del Priore, não era incomum que senhores e senhoras explorassem sexualmente suas escravas. Muitas vezes, em decorrência talvez da própria miséria, mães ou pais exploravam as próprias filhas. Já as “casas de alcouce”, ou “zungus”, ou ainda “casas de posses” são descritas por Del Priore como espaços por excelência das meretrizes, onde também se vendiam bebidas e comidas e ocorriam jogos, batuques e saraus.

No entanto, para a Igreja, não existiam diferenças entre prostitutas ou qualquer mulher que infringisse as regras do que seria o comportamento feminino tido como ideal. Mulheres separadas, “amasiadas”, solteiras ou mesmo casadas poderiam ser acusadas aos tribunais eclesiásticos de prostituição, ainda que não exercessem o ofício, por comportamento considerado adúltero, promíscuo ou lascivo.

Quanto ao acesso ao ensino e à educação, até o ano de 1827, quando uma nova legislação autorizou a abertura das primeiras escolas públicas femininas no Brasil, estava restrito a um pequeno número de mulheres, majoritariamente das classes mais altas, que eram educadas nos conventos, nas casas de professoras particulares ou por suas próprias mães, se essas fossem alfabetizadas.

Segundo Duarte (2003), coube a esse pequeno grupo de mulheres enfrentar uma cultura que não considerava relevante que uma mulher soubesse ler e escrever e também estender seus conhecimentos a um número cada vez maior de mulheres através das mais variadas iniciativas, como a abertura de escolas, a publicação de livros e de textos na imprensa oficial e a abertura dos primeiros jornais dirigidos por mulheres, já em meados do século XIX.

Obviamente, essas mulheres não eram bem vistas em uma sociedade escravista, conservadora e patriarcal que ainda esperava das mulheres uma atitude de passividade e

dependência, mesmo se tratando daquelas que não tinham com quem contar, a não ser com elas próprias.

Mas se no século XIX ocorreram grandes mudanças na estrutura social, como o fim do colonialismo e posteriormente a abolição da escravatura e o princípio da república, também ocorreu um primeiro momento mais organizado e forte de lutas pela ampliação dos direitos femininos.

Nesse período, Duarte destaca a atuação de Nísia Floresta (1810-1885), escritora nascida no Rio Grande do Norte, que “teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada “grande” imprensa” (DUARTE, 2003, p. 153). Inspirada principalmente pelos trabalhos da inglesa Mary Wollstonecraft e da francesa Olympe de Gouges, Nísia Floresta escreveu aquele que, hoje, é considerado o texto fundador do feminismo brasileiro, *Direitos das Mulheres e injustiças dos homens*, livro de 1832 que reivindica o direito à instrução, ao trabalho, respeito e reconhecimento pela capacidade e inteligência femininas.

Duarte (2003) também destaca a importância da atuação de muitas mulheres no período, dentre as quais podemos citar Joana Manso, responsável pelo lançamento do *Jornal das senhoras*, no Rio de Janeiro de 1852; Júlia de Albuquerque, editora-chefe de *O belo sexo*, também no Rio de Janeiro, em 1862; Francisca Senhorinha Diniz, diretora de *O sexo feminino*, que chegou a ser lançado em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1870 e 1890; Elisa Diniz Machado Coelho, fundadora do Colégio Santa Isabel para moças e Josefina Álvares, diretora do jornal *A família*, em São Paulo e no Rio de Janeiro, uma das primeiras mulheres a defender publicamente o direito ao voto feminino em seu jornal, em sua peça de teatro *O voto feminino* e em uma viagem que fez por vários estados do país, divulgando suas ideias a favor do sufrágio.

No entanto, a campanha pelo sufrágio feminino no Brasil apenas veio a ganhar corpo no início do século XX. Como assinala Duarte:

O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias (DUARTE, 2003, p. 160)

Na liderança da campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, Duarte ressalta a atuação de Bertha Lutz (1894-1976) e Maria Lacerda de

Moura (1887-1945), fundadoras de associações feministas que promoviam discursos em audiências parlamentares e publicações de textos que defendiam o sufrágio e denunciavam a desigualdade social feminina.

Após enfrentarem toda uma reação antifeminista por parte da mídia e dos políticos que ridicularizavam mulheres e homens que apoiassem a causa, em 1927, o estado do Rio Grande do Norte, terra natal de Nísia Floresta, foi o primeiro estado brasileiro a conceder o direito de voto às mulheres. No restante do país, apenas em 1932, Getúlio cederia à campanha nacional pelo sufrágio estendendo o direito de voto às mulheres. Direito esse que ainda excluía os homens e mulheres analfabetos. No entanto, Vargas logo suspenderia as eleições e as mulheres, juntamente aos homens, só poderiam voltar a exercer o direito ao voto no ano de 1945.

Além do direito ao voto, essa primeira metade do século XX foi palco de profundas mudanças comportamentais em grande parte da sociedade brasileira, tanto no público quanto no privado. As mulheres passam a ocupar cada vez mais o espaço público quando a sociedade assiste a um aumento gradual da participação feminina no mercado formal, devido, principalmente, a necessidades econômicas e ao advento industrial.

Del Priore (2005) destaca que, nessa época, também ocorre uma maior libertação do corpo, as roupas passam a ser mais leves e variadas, as atividades físicas passam a ser incentivadas e o banho de mar vira moda.

A instituição do casamento também passa por algumas alterações. Apesar do Romantismo ter experimentado seu auge no século XIX, a ideia de um casamento ligado a sentimentos amorosos e não apenas a interesses econômicos e sociais, somente passa a fazer parte da cultura brasileira, gradualmente, a partir do século XX. No entanto, antigas prerrogativas ainda prevaleciam, como uma maior liberdade sexual masculina e a exigência da virgindade feminina. Como Del Priore destaca, o Código Civil da época ainda "previa a nulidade de casamento quando constatada pelo marido a não virgindade da noiva" (DEL PRIORE, 2005, p. 260). Mesmo os chamados crimes passionais, se cometidos pelos homens, ainda eram justificados em nome de uma defesa da honra masculina.

A aprovação do desquite na década de 1940, não impediu que mulheres separadas continuassem sendo mal vistas ou que pudessem perder a guarda dos filhos diante de qualquer comportamento julgado como avançado demais para a época.

A partir das décadas de 1960 e, principalmente, de 1970, inicia-se aquela que Blay (*apud* Duarte 2003) denomina como a terceira onda feminista no Brasil e que Duarte aponta

como “a mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal” (DUARTE, 2003, p. 165).

Além da luta empreendida nos Estados Unidos e em vários países europeus contra a discriminação feminina, no Brasil, e em outros países da América Latina, muitas mulheres também lutavam contra ditaduras militares, perda de direitos políticos e da liberdade de expressão. No Brasil, o fim desse período ditatorial somente teria fim em meados da década de 1980.

Apesar da censura empreendida pela ditadura militar, foi uma importante época de reflexões e tentativas de mudanças em relação a uma sexualidade mais livre, aos relacionamentos, ao planejamento familiar, à criação dos filhos, ao trabalho, à educação formal, à divisão de tarefas domésticas e à própria liberdade de ir e vir. Discussões e algumas modificações comportamentais foram propiciadas pela nova “tecnologia anticoncepcional” e pela divulgação de ideias feministas que se deram nessas décadas e também nas seguintes através de jornais, revistas, livros, criação de núcleos de estudos acadêmicos e da organização de palestras, seminários e congressos. Também cabe ressaltar o avanço feminino cada vez maior no mercado de trabalho formal, nas universidades e na política, ainda que até hoje a atuação nesse último campo possa ser considerada ainda “discreta”, beirando apenas 10% dos cargos políticos existentes.

Segundo Pitanguy e Barsted (2011, p. 16), nas últimas décadas, tivemos alguns progressos nas esferas pública e privada propiciados, principalmente, pela mobilização nacional e internacional em prol de políticas públicas de enfrentamento de desigualdades de gênero.

Entre vários exemplos, podemos citar a criação de delegacias especializadas em violências contra a mulher e a participação do Brasil em convenções pela ampliação dos direitos femininos, quando o código civil brasileiro deixa de atribuir ao homem, a “chefia” do matrimônio, ainda no início da década de 1980.

Podemos destacar também a importância de programas governamentais que possibilitaram a redução da pobreza de grande parte da população feminina e a criação da Lei Maria da Penha, já no início do século XXI.

Já a criação da ONU Mulher, no ano de 2010, representou uma vitória em relação à visibilidade pelas lutas em prol dos direitos femininos em diferentes países, incluindo o Brasil.

Atualmente, mesmo levando em conta esses avanços, antigos problemas ainda persistem, podendo-se citar, entre eles: violência doméstica, violência sexual, feminicídio (no Brasil, a cada dez mulheres assassinadas, sete são mortas por seus companheiros ou ex-companheiros), assédio sexual, violência obstétrica, naturalização ou banalização da violência contra a mulher, jornada dupla ou tripla de trabalho, maior responsabilização (e culpabilização) nos cuidados com filhos e família, etc.

3. AS MULHERES, A MÍDIA E O *BACKLASH*

Como podemos verificar nos capítulos anteriores, o século XX foi marcado por profundas transformações sociais, culturais e econômicas nos países do ocidente.

Segundo Hall (1999) o feminismo, como movimento social e crítica teórica, auxiliou na conquista e na consolidação de várias dessas mudanças e foi um dos movimentos que teve mais impacto na transição de um sujeito moderno para o sujeito pós-moderno. Segundo o autor “ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.” (HALL, 1999, p. 45). No entanto, após tantas transformações, muitas militantes, teóricas ou simplesmente simpatizantes da causa, talvez não contassem com uma forte reação contrária aos ideais da emancipação feminina. Reação essa que foi identificada e denominada como *backlash*, em Faludi (1990).

Na década de 1990, a jornalista Susan Faludi, ganhadora de um prêmio Pulitzer, lança nos Estados Unidos um polêmico livro denominado *Backlash - O Contra-Ataque na Guerra não Declarada contra as Mulheres*, onde, amparada por uma ampla pesquisa, denuncia todo um discurso conservador, de mensagens antifeministas em diferenciados tipos de mídias.

Segundo Faludi, o *backlash* contra os direitos das mulheres é algo que sempre ocorreu em momentos e lugares distintos em nossa história. Como exemplo, a autora cita as antigas leis que regulamentavam o direito à propriedade e herança na Roma Antiga e a queima em massa de mulheres acusadas de bruxaria nos tribunais da Inquisição, nas Idades Média e Moderna. Nas duas épocas citadas, podemos considerar que uma “reação contrária” veio logo em momentos nos quais o sujeito feminino conseguia obter alguma melhora econômica e/ou social. Na Roma Antiga, as mulheres adquiriram o direito a legados e heranças, o que significava algum avanço, mas junto a esse direito logo vieram variadas imposições e restrições. Nas Idades Média e Moderna, a caça às bruxas ocorre em uma época na qual cada vez mais mulheres conseguiam alguma independência financeira ou mesmo obter algum prestígio social através de saberes de cura que eram passados tradicionalmente de mãe para filha.

Levando em consideração as ideias, que podem muitas vezes ser chamadas de misóginas, de muitos filósofos e teóricos das épocas antiga, medieval, moderna e mesmo contemporânea a respeito do sexo feminino e sua circulação nas mídias de cada época,

podemos enxergá-las como sendo ao mesmo tempo constituídas e constituidoras da ideologia ocidental. Assim temos grandes sábios como Aristóteles, na Grécia Antiga, propagando que “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades (...). Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural” (ARISTÓTELES, *apud* Beauvoir, 1970). Ou ainda Tomás de Aquino, na época medieval, declarando que a mulher é um homem incompleto, um ser ocasional, ou ainda “um animal que não é nem firme nem estável” (TOMÁS DE AQUINO, *apud* Beauvoir, 1970).

No entanto, em seu estudo, Faludi se direciona mais para a identificação do *backlash* na época contemporânea, que advém principalmente dos meios de comunicação de massa surgidos durante a era vitoriana e que, segundo a autora, “se revelaram mais eficazes na contenção das aspirações femininas do que qualquer lei coercitiva ou castigo” (FALUDI, 2001, p. 67).

Faludi (2001) considera que a luta pela ampliação dos direitos das mulheres na sociedade contemporânea ganhou força em quatro diferentes momentos da história: em meados do século XIX e nos anos de 1920, 1940 e 1970. A autora destaca que todos esses momentos de luta sempre provocaram um *backlash* de força quase similar e de direção contrária, e sempre propagado pelas mídias dominantes de cada época.

Segundo Faludi, o surgimento do movimento feminista e as convenções internacionais em prol dos direitos femininos de meados do século XIX foram “esmagados”, no final daquele século, por uma forte contra-reação cultural:

As mulheres tiveram que se curvar diante de uma barragem de advertências praticamente iguais às de hoje, proferidas pelos mentores culturais da época, os acadêmicos das grandes universidades, os líderes religiosos, os especialistas médicos e os papas da imprensa. [...] Um estudo sobre o casamento apareceu em 1895, afirmando que só 28% das mulheres formadas iriam conseguir casar. Elas também encaravam uma suposta epidemia de infertilidade – induzida, desta vez, por um conflito entre ‘cérebro e útero’, conforme a definição que um professor de Harvard deu em 1873 num livro que teve estrondoso sucesso. E as mulheres vitorianas que trabalhavam também foram acusadas de sofrer de um prematuro ‘esgotamento do sistema nervoso feminino’ – perdendo a sua feminilidade em troca de um certo ‘hermafroditismo’. Na época, como agora, os vitorianos líderes políticos e religiosos acusaram as mulheres que adiavam a gravidez de detonarem ‘o suicídio da raça’ que arriscava o futuro da América (branca); nas palavras do presidente Theodore Roosevelt, elas eram ‘criminosas contra a raça’ e ‘objeto de desdenhoso desprezo por parte das pessoas saudáveis’. As mulheres casadas que exigiam direitos eram acusadas, na época, como agora, de provocarem ‘uma crise da família’. A imprensa e as igrejas se levantavam contra as feministas dizendo que elas fomentavam os índices de divórcio, e

as legislaturas estaduais votaram mais de cem leis restritivas sobre o divórcio entre 1889 e 1906. A Carolina do Sul simplesmente proibiu o divórcio. E um bando de cruzados ‘pela pureza’, como a contemporânea brigada da Nova Direita, condenara a contracepção e o aborto, definindo-os como ‘obscenos’ e tentando bani-los. Lá pelo fim do século eles conseguiram: o Congresso considerou ilegal a distribuição de anticoncepcionais e a maioria dos estados julgou o aborto criminoso - pela primeira vez na história do país (FALUDI, 2001, p. 67-68)

Já na década de 1920, após a conquista do voto por parte das mulheres norte-americanas, outro *backlash*, de acordo com Faludi, teve início:

A mídia difamava as sufragistas; os editorialistas diziam nas revistas que o feminismo ‘era destrutivo para a felicidade da mulher’; os romances populares atacavam as "mulheres carreiristas"; os clérigos se insurgiam contra ‘os males da revolta feminina’; os pesquisadores acusavam as mulheres de incentivar o divórcio e a infertilidade; e os médicos afirmavam que o controle da natalidade estava provocando ‘um aumento de insanidade, tuberculose, doença de Bright, diabetes e câncer’. As jovens mulheres, informavam os jornalistas, já não aguentavam mais ‘toda aquela lengalenga feminista. (FALUDI, 2001, p. 68-69).

No pós-segunda guerra mundial, após a chamada em massa para que mulheres norte-americanas e europeias assumissem o mercado de trabalho e a exaltação de símbolos midiáticos de mulheres fortes e independentes como o de Rosie, a Rebitadora e até mesmo da Mulher Maravilha, os velhos modelos de feminilidade voltaram a ser exaltados:

Empresários que haviam enaltecido o trabalho das mulheres durante a guerra acusavam agora as trabalhadoras de incompetência ou de ‘mau comportamento’ - e se livravam delas em porcentagens 75% mais altas do que as dos homens. Os costumeiros especialistas encheram as livrarias com as advertências de sempre: a educação e o trabalho estavam despiando a mulher da sua feminilidade e negando-lhe o casamento e a maternidade; as mulheres sofriam de ‘esgotamento e de desequilíbrio mental devido ao trabalho; as mães egoístas’. Um estudo da Universidade de Cornell dizia que as solteiras com formação universitária só tinham 65% de chances de se casarem. A revista *This Week* advertia as leitoras com formação universitária de que ‘as chances de elas se tornarem solteironas eram grandes’. O feminismo era uma ‘grave doença’ que estava transformando as mulheres modernas num desolado ‘sexo perdido’, alertava o guia mais famoso da época. As mulheres com personalidade independente tinham ‘fugido ao controle’ durante a guerra, decretou o sociólogo Willard Waller. Acadêmicos e autoridades do governo concordaram que o aumento da autonomia e da agressividade das mulheres estava provocando um aumento nos índices de delinquência juvenil e divórcio - e só poderia levar a um colapso da família. Especialistas em psicologia infantil, principalmente o Dr. Benjamin Spock, pediam que as mulheres ficassem em casa, e que as universidades

oferecessem novos currículos para formar boas donas-de-casa. Os publicitários inverteram a sua mensagem dos tempos de guerra - a de que a mulher podia trabalhar e gozar da vida familiar - e afirmavam agora que as mulheres deviam optar pelo lar. Como descobriria mais tarde uma pesquisa sobre a imagem da mulher nas revistas de ficção do pós-guerra, a carreira para as mulheres estava sendo apresentada numa ótica mais desencorajadora do que em qualquer outra época desde o começo do século; aqueles pequenos contos representavam 'o mais duro ataque contra a carreira feminina' desde 1905. Nas histórias em quadrinhos, até a Mulher Maravilha do pós-guerra não ia lá muito bem das pernas. (FALUDI, 2001, p. 70-71)

Tal como defende Lagrave ao falar da política familiarista e de seus efeitos, Faludi também conclui que o *backlash* do pós-guerra não “mandou as mulheres de volta pra casa”, mas teve como consequência a desvalorização da trabalhadora do sexo feminino e dos postos ocupados por ela.

O número de mulheres que trabalhavam não se reduziu nos anos 50, mas a proporção das que ficavam confinadas a empregos mal remunerados aumentou, a defasagem salarial ficou mais aguda e a segregação ocupacional aumentou quando o seu número nos escalões mais altos diminuiu da metade em 1930 para 1/3 em 1960. Em outras palavras, o *backlash* dos anos de 1950 não transformou as mulheres em “felizes donas-de-casa em horário integral; apenas as rebaixou à condição de secretárias mal pagas. (FALUDI, 2001, p. 72)

Entretanto, é no *backlash* iniciado por volta da década de 1980, após as transformações já citadas das décadas de 1960 e 1970, que Faludi se aprofunda.

Segundo a autora, o *backlash* iniciado na década de 1980 operava, basicamente, em dois níveis: “convencia as mulheres que seus sentimentos de angústia e insatisfação eram resultado de um certo excesso de independência, enquanto buscava destruir, gradativamente, os mínimos avanços alcançados no trabalho, na política e na forma de pensar” (FALUDI, 2001, p. 01).

Segundo a autora, por trás de toda uma celebração de vitória pela conquista de direitos femininos, o que está fixado em toda parte, “nas bancas de jornais, na telinha da televisão, nos anúncios, nos filmes, nos consultórios médicos e nas publicações acadêmicas”, é que a mulher contemporânea nunca foi tão livre, mas em compensação, nunca se sentiu tão infeliz (p. 09).

Faludi afirma que a principal causa impetrada, principalmente pela mídia, dessa infelicidade generalizada seria exatamente o “excesso de igualdade”. A mensagem transmitida seria a de que

As mulheres estão infelizes justamente devido ao fato de serem livres. As mulheres estão sendo escravizadas pela sua própria liberação. Elas se agarraram ao brilho dourado da independência e deixaram escapular o único anel que realmente lhes interessa. Conseguiram assumir o controle da sua fertilidade, mas só para destruí-la. Perseguiram seus próprios sonhos profissionais - perdendo no caminho a aventura feminina maior. Os movimentos feministas, não nos cansam de apregoar, acabaram por se provar o pior inimigo da mulher. (FALUDI, 2001, p. 09)

Para provar sua tese, Faludi cita várias matérias divulgadas ao longo da década de 1980, entre elas: a reação midiática contra a cientista social Shere Hite, que publicara uma pesquisa feita com 4.500 mulheres acerca da angústia feminina com desigualdades sociais e que, por isso, foi ferozmente atacada, principalmente, em nível pessoal; o apoio dado pela imprensa ao pesquisador Blotnick, que alardeava uma suposta pesquisa feita com mais de 3.000 mulheres que “provava que executivas de sucesso eram propensas a uma vida sem amor, e que sua solidão infeliz poderia até prejudicar a carreira” (p. 27), ainda que mais tarde tenha se descoberto que ele mentira em relação a seu título de psicólogo, seu currículo e método de pesquisa; a extensiva divulgação de uma pesquisa feita pelo sociólogo Bennett acerca da baixa probabilidade de casamento para mulheres de nível universitário com mais de trinta anos (segundo o pesquisador, menos de 20%) baseado em dados recolhidos pelo censo, ainda que posteriormente tenha aparecido outro estudo indicando erros nos cálculos do sociólogo; e variados artigos divulgados em revistas e jornais de grande importância nos Estados Unidos acerca de uma “crescente angústia mental” vivenciada, principalmente, por mulheres solteiras ou sem filhos ou divorciadas ou profissionais de sucesso.

Em relação a todas essas matérias jornalísticas divulgadas na década de 1980, nos Estados Unidos, Faludi indica a fácil divulgação e difusão de pesquisas e ideias que corroborem a ideia da infelicidade da mulher contemporânea e a tendência a se ignorar dados e estudos que os contradigam.

A autora também se questiona sobre o que viria a ser a tal igualdade já alcançada, sempre alardeada pela mídia da época, se mulheres ainda eram maioria na parcela da população norte-americana em situação de pobreza; se o salário da norte-americana que trabalhava ainda era, em média, substancialmente menor que o de um homem que tinha o mesmo cargo e mesma formação; se mulheres ainda eram minoria em cargos de mando e que propiciavam os mais altos salários; se as norte-americanas ainda eram desprovidas dos direitos mais básicos como a falta de licença maternidade regularizada, falta de creches e de

assistência para crianças e se, mesmo trabalhando, em média, ainda eram responsáveis por mais de 70% das atividades domésticas, entre outros fatores (p. 10).

Faludi então conclui que o que poderia estar fomentando a infelicidade da mulher norte-americana seriam exatamente os problemas oriundos dessas desigualdades, aliados a uma antiga resistência social em relação à conquista de direitos femininos (o *backlash*).

No entanto, Faludi chama a atenção para o fato de que o *backlash* não pode ser entendido como uma espécie de conspiração ou ataque coordenado contra as mulheres. Segundo a autora, os divulgadores do *backlash*, muitas vezes, nem estão conscientes acerca desse seu papel, sendo que muitos até se consideram feministas ou a favor da igualdade de direitos.

Não podemos também nos esquecer de que a mídia, várias vezes, também pode exercer um papel positivo em relação à luta por direitos igualitários e combate ao preconceito. Como exemplo, podemos nos lembrar da utilização da mídia para a divulgação de ideais feministas e luta pela emancipação feminina desde meados do século XIX.

Podemos considerar que as mídias, em suas mais variadas formas e nas mais diversas épocas, sempre foram responsáveis pelo registro, pela produção e pela disseminação de informações, opiniões e conhecimento, sendo, portanto, parte fundamental de qualquer cultura, tanto no papel de componente estruturante e fortalecedor, quanto no papel crítico e contestador.

PARTE II
SUPORTE TEÓRICO: ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO

1. ARGUMENTAÇÃO E RETÓRICA

Nos últimos tempos, temos presenciado uma utilização cada vez maior, por analistas do discurso, de categorias provenientes dos estudos da argumentação e da retórica. Para Amossy (2011), a utilização de tais conceitos no âmbito dos estudos analítico-discursivos advém do fato de que, ao descrevermos o funcionamento de um discurso, não podemos deixar de levar em conta a sua dimensão argumentativa, ou seja, a potencialidade de todo discurso de reforçar ou modificar os modos de pensar dos interlocutores, havendo ou não uma intenção argumentativa por parte do sujeito falante.

Segundo Reboul (2004), foram os gregos antigos os inventores da “técnica retórica” e da “teoria retórica”, ainda que a Retórica seja anterior à sua própria história, uma vez que os seres humanos já utilizavam sua capacidade argumentativa antes mesmo de qualquer teorização. A técnica retórica consistia em ensinamentos sobre procedimentos capazes de influenciar e persuadir seu interlocutor ou um auditório. Já a teoria retórica visava à reflexão e compreensão de elementos morais e filosóficos, que estariam envolvidos na utilização de tais técnicas. O autor destaca que foi o filósofo Aristóteles (384 a.C – 322 a.C) o responsável por uma sistematização da retórica como um estudo da argumentação.

A assimilação da retórica, enquanto disciplina, pela cultura ocidental, se deu pela forte influência da cultura grega no mundo antigo e pela adesão dos romanos a vários de seus elementos.

Segundo Reboul (2004), os romanos escreveram alguns dos mais admiráveis tratados de retórica, sendo as obras *Do orador* de Cícero e *Instituição Oratória* de Quintiliano, dos anos de 55 e 93 d. C, respectivamente, as mais importantes.

O ensino da retórica permaneceu por todo o período da existência do Império Romano do Ocidente, mantendo, de acordo com Reboul (2004), métodos semelhantes no Império Romano do Oriente. Segundo alguns estudiosos, o início do declínio da retórica se daria com o fim do Império Romano do Ocidente e com o advento do Cristianismo.

Para Reboul (2004), no entanto, o Cristianismo se tornou o grande depositário da arte da retórica, ainda no fim da Idade Antiga, com o esfacelamento do Império Romano do Ocidente. Embora, na época, houvesse grande rejeição aos autores pagãos, por parte da Igreja, as estratégias retóricas não foram deixadas de lado no processo de conversão de vários fiéis, incluindo os “invasores bárbaros”. Mesmo a Bíblia, considerada a obra mais importante da

cultura cristã, é extremamente retórica em sua estrutura, com a utilização de argumentações, analogias, exemplificações, hipérboles, tal como ocorria nos textos gregos, como relembra Reboul. Por essas razões, o autor discorda que o cristianismo estaria relacionado ao declínio da retórica. O verdadeiro declínio da retórica se daria ao longo dos séculos subsequentes, devido a críticas de vários filósofos em relação à importância e à real capacidade de apreensão de uma técnica retórica.

Segundo Mendes (2010, p. 68-69), o mais importante pensamento contrário à Retórica foi a publicação de uma das maiores obras do mundo moderno, *O discurso do método*, de René Descartes (1637). Com sua declaração de que só aceitaria algo como verdade se este algo se apresentasse a seu julgamento de modo tão convincente que não deixasse dúvidas, Descartes estava fundando a Lógica positivista.

Descartes promove uma confiança no empirismo, insistindo que a observação e a experiência substituem a confiança na disputa escolástica como o principal instrumento para chegar à verdade. Promovendo uma Lógica mais prática do que especulativa, ele fez da indução a principal abordagem para a pesquisa científica acadêmica.

Segundo Conley (1994, p.171-176), o pensamento cartesiano influenciou a Retórica, principalmente quanto a sua noção de método filosófico, com suas quatro regras:

- 1) Nunca aceite nada como verdadeiro que não seja claramente e distintamente verdadeiro; duvide até se convencer por meio de verdades autoevidentes;
- 2) Reduza todos os problemas a seus componentes mais simples;
- 3) Conduza toda inferência geometricamente, por dedução rigorosa, indo do claro e simples ao complexo;
- 4) Reveja e recapitule.

Embora aparentemente simples, o método cartesiano tem implicações importantes: parte da dúvida pessoal e persegue o caminho da dedução de verdades autoevidentes.

Como para Descartes uma proposição só é verdadeira se puder ser derivada geometricamente a partir do que é autoevidente e não é contaminado por contingências, a prova, e não o argumento, torna-se o único conceito válido para a inquirição racional.

Além do mais, uma dada proposição ou tese só pode ser verdadeira ou falsa: se duas pessoas discutem e discordam, pelo menos uma delas está errada. A concepção retórica é diversa: para os retóricos isso nem sempre ocorre; duas pessoas que discordam podem ter posições diversas justificáveis.

A convicção de Descartes quanto à necessidade de prova, levou-o a admitir que seu método não era aplicável a atividades da vida cotidiana e a matéria de fé. Isso implica, para ele, considerar o valor como mera preferência sentimental. Como consequência, a ação humana foi excluída do domínio da verdadeira inquirição racional.

Essas posturas críticas dirigidas à retórica e a defesa de uma postura positivista culminariam com a retirada da retórica, enquanto disciplina, do sistema educacional dos países ocidentais já nos séculos XVII e XVIII.

No entanto, esta seria apenas uma “saída de cena” já que a retórica “sobrevivera” nos discursos literários, jurídicos e políticos. A partir da década de sessenta do século XX, os estudos da argumentação voltam a ser pauta dos estudiosos do discurso. Reboul chama a atenção para o então surgimento de uma “nova retórica”, bastante diferente daquela que a originou. Segundo o autor, o objetivo dessa retórica atual se desloca do campo da produção de discursos para o campo da interpretação de discursos. Outra novidade dessa retórica moderna é o fato de abarcar os novos gêneros surgidos na contemporaneidade, podendo citar como exemplos a publicidade, o cartaz, o cinema, os programas de rádio, de televisão e os gêneros surgidos com o advento da internet.

Para Reboul, essa nova retórica seria uma retórica “estilhaçada”, “fragmentada”, pelo fato de ser atualmente constituída por vários estudos distintos e não mais por um único sistema homogêneo, tal como sistematizado por Aristóteles.

Como exemplo dessa “fragmentação” dos estudos retóricos, Reboul cita a “retórica da imagem”, cujo “pontapé inicial” teria sido dado por Barthes e uma “retórica literária” que incluiria autores como Jean Cohen, Gérard Genette, Henri Morier e o próprio Barthes, e que, segundo Reboul, se concentraria nas figuras da linguagem, deixando de lado várias conceituações tradicionais da retórica.

No contraponto ao que chama de “retórica literária”, o autor aponta a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, segundo ele, inscrita na grande tradição retórica iniciada por Aristóteles. Na definição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*apud* Reboul, 2004), a argumentação seria “uma tentativa de mobilizar os recursos da linguagem para suscitar a adesão dos espíritos à tese proposta ao assentimento”.

Já para Amossy (2006), em uma tentativa de amplificação da definição dessa “nova retórica”, mais que uma questão de adesão dos espíritos a uma tese, a argumentação também pode ser voltada à tentativa de uma modificação nas maneiras de pensar, ver e sentir dos alocutários. Amossy defende que, através dessa ampliação, torna-se possível a análise dos

mais variados tipos de discursos no escopo das Ciências da Linguagem, sem a necessidade de que se recorra a outros saberes como, por exemplo, a Psicologia.

Considerando essa perspectiva, vários estudiosos do discurso têm se utilizado dos mais variados conceitos provenientes das teorias da argumentação, incluindo a tradicional tríade aristotélica composta por *ethos*, *pathos* e *logos*.

No sistema criado por Aristóteles, as três provas da persuasão poderiam ser utilizadas por aquele que é capaz de raciocinar logicamente e também teorizar acerca dos caracteres e das emoções despertadas através do discurso. A seguir, falaremos mais detalhadamente acerca de cada um desses meios de persuasão.

Vejamos, agora, de forma mais detalhada, os três meios de persuasão retóricos, estabelecidos por Aristóteles.

1.1. MEIOS DE PERSUASÃO

1.1.1. LOGOS

Quando estabeleceu os meios de persuasão em três categorias, Aristóteles classificou como *logos* os meios verbais que apelariam à razão, quando o locutor tentaria demonstrar o que é a verdade ou o que pareceria ser verdade. Na definição de Amossy (2011) o *logos* é a argumentação que pretende persuadir pelas vias do argumento e da prova.

Segundo Lima (2006, p. 92) o fato de Aristóteles ter considerado esse distribuído triplo eixo – *ethos*, *pathos* e *logos* – não impediu a retórica de ser centrada no *logos*, uma vez que o filósofo privilegia o raciocínio demonstrativo com o entimema (tipo de raciocínio que recorre à dedução) e o exemplo (tipo de raciocínio que recorre à indução).

Completando diz Mendes, E.A.M (2010, p. 47):

Antes de conceber sua Retórica, Aristóteles já havia se dedicado exhaustivamente à demonstração lógica, à lógica estrita, nos seus seis tratados conhecidos como o *Órganon*. Em dois desses tratados, *Primeiros Analíticos* e *Segundos Analíticos*, tratara da indução e dedução. Assim adequou suas ideias para conceber seu projeto retórico, uma forma também "popular" da demonstração científica, com foco, principalmente, no entimema, um tipo de prova considerado por ele o modo mais importante de persuasão.

Como destaca Amossy (2011, p.132) vários tratados de argumentação inspirados em Aristóteles costumam tentar descrever e/ou classificar as principais categorias de argumentos em conceituações que acabam por variar de um teórico para outro. Como exemplo, a autora cita trabalhos que se centram em esquemas argumentativos ou no estabelecimento de taxonomias de argumentos.

No entanto, para Amossy, é a esse tipo de abordagem que se opõe uma análise argumentativa inscrita na Análise do Discurso e ancorada nas Ciências da Linguagem, que leva em conta muito mais uma análise de como se dá o emprego de argumentos em uma dada situação, considerando, principalmente, o seu contexto sócio-histórico, suas condições de produção, de interação e a utilização dos mais variados recursos linguísticos como conectores, dêiticos, pressuposição, ambiguidade, metáfora, repetição, etc. À essa perspectiva, se uniria a

retomada dos dois outros eixos da retórica clássica, o *ethos* e o *pathos*, segundo a autora, costumeiramente negligenciados pelos estudiosos da argumentação em detrimento de um estudo sempre centralizado no *logos*.

Como destaca Amossy, os três componentes da retórica aristotélica clássica continuam sendo necessários para as estratégias de persuasão, em dosagens e combinações variáveis, por mais que muitos proclamem que, atualmente, o *logos* estaria sendo substituído pelo *ethos* e pelo *pathos* na esfera pública. Nessa perspectiva, no lugar de uma argumentação voltada ao racional, haveria uma prevalência de uma argumentação mais voltada a persuadir pela criação de uma imagem favorável por parte do locutor – ou seja, o *ethos* – e pela suscitação de emoções no auditório – ou seja, o *pathos*. Em tais condições, o auditório seria persuadido mais por uma imagem positiva do locutor e pela experimentação de determinadas emoções suscitadas pelas estratégias discursivas, que pelas vias da reflexão. No entanto, Amossy reafirma a importância dos três eixos e ressalta que cabe ao analista identificar a predominância ou o equilíbrio na utilização de cada componente da tríade em cada *corpus* analisado.

1.1.2. *ETHOS*

Ethos é o apelo que se serve da credibilidade, da autoridade, do caráter ou do background do orador ou de quem ele representa, para levar a audiência a confiar nele e então aceitar seus argumentos (Aristóteles, *Retórica*, 1.2.4; 2.1; 2.12-17).

Assim define Aristóteles o *ethos* em *Retórica*:

Ethos é o apelo que se serve da credibilidade, da autoridade, do caráter ou do *background* do orador ou de quem ele representa, para levar a audiência a confiar nele e então aceitar os argumentos apresentados por ele, para conseguir a benevolência do auditório. (Aristóteles, *Retórica*, 1.2.4;)

O orador que se mostra louvável frente ao auditório dando a impressão de ser inteligente, sábio (*phrónesis*), bondoso, solidário (*éunoia*), honesto e franco (*areté*), ganha sua admiração e respeito. Na opinião de Aristóteles, esse tipo de apelo é o meio mais eficiente de persuasão, pois todo o esquema argumentativo pode falhar se a platéia não confiar no orador. Por outro lado, havendo confiança no orador, argumentos frágeis podem convencer.

Aristóteles defende ainda que “É porém preciso que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador” (Aristóteles, *Retórica*. I.2 , 1356 a).

Platão, difere de Aristóteles, uma vez que entende que o *ethos* não é estabelecido no discurso. Ele mostra, em *Phaedrus*, que o *ethos* de um orador vem grandemente de sua reputação na comunidade e da reputação de sua família.

Ainda quanto ao *ethos*, Cícero se alinha à posição platônica e refuta a ideia do *ethos* aristotélico, defendendo o ponto de vista de que o *ethos* não pode ser estabelecido no discurso, mas que ele deve ser revelado nas ações do homem:

Tem muita força então, para que se vençam as causas que se aprovem o caráter, os costumes, os feitos e a vida dos que defendem as causas e daqueles em favor de quem as defendem. [...] Cativam-se os ânimos pela dignidade do homem, por seus feitos, por sua refutação. (Cícero, *De Oratore*. II, 182)

Também Isócrates defende que o orador já possui o *ethos* antes de se apresentar ao auditório e defende que o orador não pode inventar um falso *ethos* para persuadir a audiência. Em suas palavras:

Além disso, note-se, o homem que deseja persuadir as pessoas não será negligente quanto à questão de caráter. Não, pelo contrário, ele se esforçará, sobretudo para estabelecer um nome mais honrado entre seus concidadãos; pois quem não sabe que as palavras trazem maior convicção quando faladas por homens íntegros e que o argumento que é baseado na vida de um homem é de mais peso do que o que é fornecido por palavras? (Isócrates, *Antidosis*, 1339)

Essa categoria retórica, juntamente à de *pathos*, vem sendo retomada na atualidade e reforça sobretudo os estudos que dizem respeito à argumentação.

No âmbito da Análise do Discurso, principalmente a noção de *ethos* vêm sendo muito explorada, por exemplo, por Charaudeau (2008), Maingueneau (2008) e Amossy (2005). A discussão clássica sobre a natureza do *ethos* também vem sendo resgatada dos clássicos: é hoje recorrente o uso das expressões *ethos* construído e pré-construído (Charaudeau (2008, p.114), *ethos* discursivo e *ethos* prévio (Amossy, 2011).

Na Análise do Discurso de vertente francesa, a construção da imagem dos locutores feita pelos interlocutores, e vice-versa, surge já nas teorias desenvolvidas por Michel Pêcheux na década de 1960, ainda que a noção de *ethos* não seja explicitadamente utilizada. Mais tarde, Dominique Maingueneau utiliza a noção de *ethos* de modo articulado às categorias referentes à sua “cena da enunciação”. Nela, cada locutor poderia escolher de forma mais ou menos livre sua cenografia, em outras palavras, o conjunto de características a serem apresentadas a seus interlocutores.

Atualmente, a AD inscreve o *ethos* no ato da enunciação, isto é, no dizer do locutor. Dessa forma, muitos analistas do discurso consideram que o *ethos* está relacionado ao momento da enunciação, na ação linguageira do sujeito locutor.

Em relação à polêmica clássica sobre a natureza do *ethos*, Charaudeau assim se manifesta:

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao

cruzamento de olhares: do olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apóia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2008, p.115) (grifos nossos)

Ainda quanto ao *ethos*, Charaudeau esclarece que esse não é totalmente consciente, é em parte inconsciente e, além disso, o interlocutor pode construir um *ethos* que não é exatamente o que o locutor deseja para si, como acontece muitas vezes na política.

Na opinião de Amossy (2011) o *ethos* pode ser definido como a imagem de si que o orador constrói em seu discurso. Para a construção dessa imagem, a autora destaca que não é necessário que o locutor fale explicitamente de si ou que descreva suas características. Tudo aquilo que o locutor diz e a forma como escolhe dizer são suficientes para a construção de uma imagem de sua pessoa (AMOSSY, 2005, p. 9).

Amossy também retoma a concepção clássica de *ethos* que os antigos teóricos da argumentação utilizavam para se referir à construção de uma imagem de si que garantisse o sucesso do orador em uma argumentação. Resgata a definição de Aristóteles, segundo a qual o *ethos* residiria no caráter do orador e em sua capacidade de ser visto como alguém que é digno de fé. Em suas reflexões sobre o *ethos*, convoca Roland Barthes que definiu o *ethos* como constituído pelos “traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo” (BARTHES *apud* Amossy, 2005, p. 10).

Amossy, em relação à polêmica clássica quanto à natureza de *ethos*, resgata a posição ciceroniana divergente da aristotélica, mas atualiza essa noção e destaca o encontro entre a Análise do Discurso e a Sociologia ao ressaltar a ligação existente entre o *status* social de um locutor, que legitima ou não a sua fala, e a construção de seu *ethos*.

Para Amossy (2005, p. 122) as noções do *ethos* constituído somente pelo discurso, de acordo com a tradição aristotélica e as noções do *ethos* constituído pelas trocas e posições sociais, oriundas, principalmente, da Sociologia, podem ser complementares e não contrárias ou contraditórias.

Amossy defende, então, a existência de um *ethos* prévio ou pré-discursivo do locutor e a existência de um *ethos* discursivo. Esse *ethos* prévio seria baseado em sua posição em um

dado contexto sócio-histórico e também em possíveis estereótipos, sobre o que falaremos mais adiante. Já o *ethos* discursivo, seria constituído ao longo do discurso, não podendo ser completamente separado da posição social do locutor, confirmando ou modificando o seu *ethos* prévio.

Chamamos a atenção para o fato de que, em nosso trabalho, utilizaremos a noção de *ethos* não somente para nos referirmos a uma construção da imagem de uma pessoa por ela mesma, através de seu próprio discurso, mas também na construção da imagem de uma pessoa através do discurso do outro. Ou seja, em nosso trabalho, buscaremos identificar o *ethos* da mulher contemporânea criado a partir do discurso de importantes mídias impressas e também de eventuais depoimentos feitos por mulheres, em relação à sua própria condição, que possam aparecer nas matérias utilizadas.

1.1.3. *PATHOS*

Aristóteles (*Retórica*, 1.2.5;) define o *pathos*, uma das três provas retóricas por ele concebidas, como o apelo às emoções do auditório. Ainda, segundo o filósofo, o objetivo do orador é fazer aflorar as emoções para criar laços de proximidade ou identificação com o auditório e assim, persuadi-lo a aderir a suas teses.

Assim se expressa Aristóteles sobre o *pathos*:

As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudanças nas pessoas, fazem variar seus julgamentos, e são seguidos de tristeza e prazer, como a cólera, a piedade, o temor e todas as outras paixões análogas, assim como seus contrários. Devem-se distinguir, relativamente a cada uma, três pontos de vista, quero dizer, a respeito da cólera, por exemplo, em que disposições estão as pessoas em cólera, contra quem habitualmente se encolerizam, e por quais motivos. De fato, se conhecêssemos apenas um ou dois desses pontos de vista, mas não todos, seria impossível inspirar a cólera; o mesmo acontece com as outras paixões. (Aristóteles, *Retórica II*,1.2.5).

Ao incorporar a emoção (o *pathos*) como uma das provas essenciais da Retórica, Aristóteles mudou sua concepção inicial de que a Retórica deveria se valer apenas de argumentos lógicos. Essa nova percepção foi fundamentada em sua observação de que as pessoas, para se decidirem a aceitar um argumento, ou tomar uma atitude a favor ou contra esse argumento, são influenciadas por suas emoções. Com isso, segundo Aristóteles, é primordial que o orador conheça as emoções que sensibilizam o outro, utilizando argumentos de natureza patêmica com o objetivo de captar seu auditório.

Por outro lado é relevante afirmar que o auditório também precisa ter competência para distinguir os argumentos de natureza patêmica, utilizando-se de uma reflexão crítica adequada para optar pela adesão ou não a tais argumentos. Isso, no entanto, nem sempre acontece.

Charaudeau (2008) também acredita que nem sempre o interlocutor se sensibilizará com uma determinada emoção, como podemos observar abaixo:

Posso falar do acidente que me aconteceu e cuja lembrança me é dolorosa, mas nada garante que a minha narrativa produzirá o mesmo efeito de dor em meu interlocutor, se este não encontrar algum eco em sua própria experiência. Pode acontecer também de ela não tocar um interlocutor, mas tocar outro (CHARAUDEAU, 2008, p.90)

Para haver sintonia entre locutor e interlocutor, esse teórico conclui que:

[...] o sujeito que fala deve saber escolher universos de crença específicos, tematizá-los de determinada maneira e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele. (CHARAUDEAU, 2008, p.90)

Essas são, então, algumas condições comunicacionais propícias para que a emoção produza o efeito desejado.

É importante ressaltar, ainda, que Souza (2001), resgatando o pensamento de Damásio, acrescenta que a emoção e a razão não são dois pontos opostos na Retórica, ao contrário, são dois pontos que estão imbricados no pensamento retórico.

[...] a emoção é tão indissociável do acto de raciocinar que, quando dele ausente, fica comprometida a racionalidade da própria decisão, a sua adequação ao real. Ora a persuasão visa justamente levar o outro a tomar uma decisão. Logo, não se podendo já falar de modo distintivo da persuasão, ou seja, de persuasão racional, por um lado e de persuasão emotiva, por outro, a sugestão e a sedução surgem como modos particulares de persuadir tão legítimos como quaisquer outros numa retórica de pessoas concretas, olhadas pela totalidade da sua identidade intelectual, psicológica e social (DAMÁSIO, *apud* SOUZA, 2001, p. 121-122)

Outros pesquisadores modernos também consideram a imbricação, na Retórica, das três provas do discurso: *logos*, *ethos* e *pathos*. Dentre eles, destacamos Galinari (2014) com seu artigo “*Logos, ethos e pathos: três lados da mesma moeda*”.

Para esse pesquisador, *ethos* e *pathos* são extensões semântico-discursivas do *logos*. O que o leva a pensar que não podemos compreender o *logos* apenas de maneira “lógico-demonstrativa” (GALINARI, 2014, p.262), pois esse meio de prova abrange, também, as várias formas de linguagem, cujo objetivo principal é fazer influenciar. Constata que tanto o *ethos* quanto o *pathos* são extensões do *logos*, sendo utilizados em contextos específicos, de acordo com a ocasião, a oportunidade.

Essa tentativa de “tocar” o auditório, tentar levá-lo a experimentar certas emoções a fim de torná-lo mais suscetível às ideias apresentadas pelo locutor, é um dos meios de persuasão estudados pelos teóricos da argumentação. Dessa forma, um locutor pode, por exemplo, utilizar histórias tristes a fim de comover seu público, contar anedotas a fim de alegrá-lo e conquistar sua simpatia, externar exemplos de atos sórdidos, corruptos, de

determinada pessoa ou instituição a fim de causar indignação e revolta em relação aos mesmos, etc.

Ainda que haja um certo consenso por parte de vários teóricos em relação a uma centralização da retórica aristotélica no *logos*, não é possível ignorar o fato de que o segundo Livro de *Retórica* é todo dedicada às paixões e às possíveis mudanças que essas podem introjetar no juízo humano.

Segundo Lima (2006, p. 93), as quatorze paixões listadas na obra (cólera, desdém, confiança, calma, terror, vergonha, imprudência, amor, ódio, temor, raiva, cobiça, emulação e indignação) funcionariam como premissas da argumentação.

No entanto, assim como a autora, consideramos que a criação de uma taxonomia das emoções, bem como uma hierarquização das mesmas, não atende a complexidade da análise discursivo-argumentativa de discursos, e, portanto, não pretendemos aqui utilizá-las.

1.2. A “NOVA RETÓRICA”: QUESTÕES RELATIVAS AO LOCUTOR, AO AUDITÓRIO, À *DOXA*, AOS LUGARES-COMUNS E À ESTEREOTIPAGEM

Como já visto no início desse capítulo, o “ressurgimento” da retórica se deu a partir da segunda metade do século XX, através de teóricos que tanto resgatavam e faziam a releitura de conceitos tradicionais quanto introduziam novas ideias e categorias. Perelman foi um desses teóricos que, aliado a Olbrechts-Tyteca, defendia uma “nova retórica” que se baseava não somente na utilização de provas lógicas, mas também reconhecia a importância de outros tipos de provas com vistas à adesão do auditório aos argumentos.

Segundo Perelman (*apud* Amossy, 2005, p. 123) toda argumentação se desenvolve em função de um determinado auditório para o qual o locutor se dirige e para o qual necessita se adaptar.

Amossy, ainda resgatando os clássicos, destaca que, na tentativa de conquistar a adesão de seu auditório, em relação às teses apresentadas, é comum que o locutor recorra aos lugares-comuns, ou *topoi*, aos estereótipos e a uma *doxa* em comum.

O conceito de lugares-comuns (tal como o de *doxa*) foi desenvolvido por Aristóteles e pode ser compreendido como expressões, informações ou argumentos que são amplamente difundidos em determinada comunidade a ponto de serem facilmente reconhecíveis ou tomados como verdades absolutas e inquestionáveis para um grande número de pessoas.

Já os estereótipos, cujo conceito é adotado por várias disciplinas, podem ser entendidos como representações culturais de algum grupo de indivíduos que, de tanto serem divulgadas e repetidas, tornam-se cristalizadas no imaginário coletivo.

Segundo Charaudeau (2008), essa noção é pesquisada pela linguística, pelas ciências sociais, e pela AD, dentre outras.

Nas ciências sociais, em trabalhos da sociologia e psicologia, encontramos o estereótipo como “uma representação coletiva cristalizada”, ou ainda conforme Morfaux (1980) (*apud* Charaudeau & Maingueneau, 2008, p.215), são “imagens pré-concebidas e cristalizadas, abreviadas e fatiadas, das coisas e dos seres que o indivíduo faz sob a influência do meio social”.

Charaudeau & Maingueneau (2008) ilustram o estereótipo com a figura do judeu em 1932, que aparece como “astuto, mercenário, audacioso, cúvido, inteligente”. As

representações sociais, de acordo com a estereotipagem, retratam muitas vezes uma noção prejudicial de certos grupos de indivíduos alicerçada no preconceito.

Para Amossy (2005), a estereotipagem são as representações partilhadas em uma dada comunidade, ou melhor, são as representações culturais de uma *doxa*. São modelos que estão completamente incorporados em uma cultura, mesmo que sejam questionáveis. A estereotipagem é na verdade uma representação da realidade. É uma forma cristalizada de uma realidade. Tal representação se faz através de um pré-construído por uma comunidade, com relação a um indivíduo.

Tanto os lugares-comuns quanto os estereótipos pertencem a *doxas*, ou seja, conjuntos de representações, valores e crenças de um determinado indivíduo ou grupo social. Amossy ressalta que lugares-comuns e estereótipos são reconhecíveis e/ou legitimados para um determinado auditório se apresentados de acordo com uma *doxa* em comum entre locutor e auditório.

Quanto ao auditório, cumpre ressaltar sua importância para a retórica. Segundo Mendes, E.A.M. (2010, p. 121)

Todo discurso retoricamente orientado é composto com o foco naqueles que vão ouvi-lo ou lê-lo. Em outras palavras, a análise retórica sempre leva em conta como uma audiência determina a composição de um texto e como responde a ele. Na retórica Clássica, audiência tinha a ver com as situações ou ocasiões em que os gêneros da oratória eram praticados, ou seja: no gênero judicial, no gênero deliberativo (legislativo) e no gênero epidítico (cerimonial). Posteriormente, foram incorporadas outras audiências, por exemplo, as múltiplas audiências no teatro, as audiências secundárias que a versão impressa de uma fala alcança através do tempo e do espaço em uma obra escrita etc.

Ainda segundo essa autora, para Platão, a preocupação retórica com a audiência contrasta com o discurso filosófico, que prefere orientar-se para a verdade (*alethéia*) mais do que para a *dóxa* (opinião) do público inculto (Platão, *Górgias*).

Em relação ao auditório, Amossy chama a atenção para o fato de que, para Perelman, esse é sempre uma construção imagética feita pelo orador. Em outras palavras, o orador cria para si uma imagem do que venha a ser o seu auditório (muitas vezes baseada em estereótipos e lugares-comuns) e, baseado nessa imagem, faz uso de uma *doxa* que acredita ser aquela que é partilhada por seu auditório.

Podemos então concluir que parte da eficácia de uma determinada argumentação não se relaciona somente com a imagem que o auditório faz do locutor e das características e

legitimidade atribuídas a ele, como vimos anteriormente, mas também da imagem que o locutor faz de seu auditório e da utilização dessa imagem na construção de sua argumentação.

PARTE III
ANÁLISE DO *CORPUS*

1. APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Como já dito anteriormente, a escolha de matérias jornalísticas das revistas *Época* e *Veja* como *corpus* de nosso trabalho se deu pelo fato de serem essas as duas revistas semanais de maior tiragem do país e, portanto, terem grande alcance e capacidade de influência para grande parte da população.

Segundo informações divulgadas pela revista *Veja*, essa possui uma tiragem semanal média de 1.017.723 exemplares e a revista *Época* uma tiragem semanal média de 380.577 exemplares.

Curiosamente, o perfil de leitores das duas revistas é bastante parecido. Em ambas, estima-se que 52% dos leitores são mulheres e 48% são homens. 64% dos leitores da *Época* pertencem às classes AB, enquanto 62% dos leitores da *Veja* pertencem a essas mesmas classes. Em relação à idade, 65% dos leitores da *Veja* e 71% dos leitores da *Época* têm mais de 25 anos. Adotando a terminologia usada nos estudos da retórica e da argumentação, esse público pode ser considerado o auditório a que se dirigem ambas as revistas.

As duas revistas são constituídas, em sua maioria, por reportagens jornalísticas. As reportagens podem ser encontradas nas edições impressas e costumam ser divulgadas, concomitantemente ou posteriormente, em formato digital nos sites eletrônicos das respectivas revistas.

No site eletrônico da revista *Época*, acabamos encontrando duas colunas que continham as características buscadas por nós: textos que versassem sobre a infelicidade feminina e que pudessem ser relacionados ao conceito de *backlash*. Já as duas reportagens jornalísticas foram encontradas tanto em edições impressas quanto em edições digitais nos sites das revistas, sendo uma da revista *Época* e outra da revista *Veja*.

Segundo Charaudeau (2006, p. 221) textos jornalísticos tratam de fenômenos sociais, ou seja, uma série de fatores cujo encadeamento representa uma desordem ou um enigma, no qual o ser humano está implicado. O interesse de nosso trabalho em textos jornalísticos se deu exatamente pela vontade da investigação de como certos “fenômenos sociais” (em nosso caso o *backlash*, ou uma crise de infelicidade feminina) estariam sendo tratados por essa mídia (pretensamente) mais objetiva.

Reportagens, principalmente, se caracterizam pela proposição de questionamentos em relação ao fenômeno tratado, pela objetividade e por uma tentativa de imparcialidade por

parte dos autores da mesma, visando obter maior credibilidade junto ao auditório. No entanto, devemos sempre levar em conta a não existência da total imparcialidade diante de fatos sociais, uma vez que a própria escolha de uma notícia a ser tratada já denota uma escolha em detrimento de outra.

2. ANÁLISE DO CORPUS

A seguir, faremos uma análise das quatro reportagens jornalísticas selecionadas.

2.1. POR QUE AS MULHERES SÃO TÃO TRISTES?

A reportagem “Por que as mulheres são tão tristes?” foi divulgada na edição impressa da revista *Época* e também no site eletrônico da revista a partir de 16 de outubro de 2009. A matéria é assinada pela jornalista Martha Mendonça com a colaboração de Fernanda Colavitti.

O título da reportagem, mesmo sendo constituído por uma pergunta, traz implícita uma afirmação. O título não é uma simples pergunta como, por exemplo, “as mulheres são tristes?”, mas uma interrogação acerca do porquê de as mulheres serem tristes. Ou seja, o título já parte do pressuposto de que as mulheres são tristes e a matéria, então, buscará investigar as razões desse fato apresentado.

Na sequência, em uma espécie de subtítulo, temos um resumo ou uma apresentação do que virá a seguir: “Um estudo americano de 37 anos ilumina um terrível paradoxo: objetivamente, a vida das mulheres jamais foi tão boa. Subjetivamente, nunca foi pior.”

Ao longo da análise da reportagem, verificamos que há um predomínio da utilização do *logos*, ou seja, de uma argumentação que apela à razão do auditório.

Já nesse subtítulo, a citação de um estudo e a utilização de dados numéricos transmitem objetividade e seriedade ao texto. Em outras palavras, a reportagem é fundamentada em uma pesquisa, um estudo americano realizado ao longo de 37 anos, um longo período de tempo em se tratando da realização de uma pesquisa. A menção ao estudo seria então uma prova da veracidade do que está para ser lido na reportagem. Relembrando que, para Aristóteles, o *logos* demonstra aquilo que é verdade ou que parece ser verdade.

Essa utilização de dados numéricos também está presente em toda a reportagem, utilizada em momentos diversos: na caracterização dos personagens (citando idade ou ano de nascimento), na caracterização do estudo no qual a matéria se fundamenta (citando o tempo de duração da pesquisa, o número de pessoas cujas vidas foram acompanhadas através dos

anos), na utilização de estatísticas relativas ao modo de vida de mulheres e homens e ao se referir a algum contexto histórico-social (ano da publicação do livro de Betty Friedan).

Quanto ao estudo no qual se baseia a reportagem, esse é apresentado no segundo parágrafo da reportagem. Segundo ele, há um declínio da satisfação feminina nas últimas três décadas, apesar das melhoras nas condições de vida e na ampliação dos direitos das mulheres. A pesquisa teria sido realizada desde 1972, com 1.500 pessoas, e revelaria um cenário no qual as mulheres estariam mais insatisfeitas a cada ano que passava, sendo que, em comparação com os homens, estariam mais satisfeitas com a vida até por volta dos quarenta anos de idade e, após essa idade, a situação se inverteria.

A indicação do ano de início do estudo e do acompanhamento de um número grande de pessoas ao longo da pesquisa, 1500 pessoas, como já apontado, também busca dar maior veracidade ao estudo.

Em relação ao *backlash* - termo utilizado pela jornalista Susan Faludi para se referir a uma reação contrária à ampliação dos direitos femininos, impetrada principalmente pelas mídias - consideramos que, nesse ponto da reportagem, já surgem alguns pontos na argumentação que se enquadram nas considerações de Faludi.

A reportagem indica, tanto em seu subtítulo quanto na apresentação do estudo no segundo parágrafo, a tal infelicidade paradoxal: as condições de vida das mulheres nunca foram tão boas, no entanto, elas nunca se sentiram tão infelizes.

Nas palavras de Faludi (2001):

Por trás desta celebração da vitória, por trás das afirmações, alegres e continuamente reiteradas, de que a luta pelos direitos femininos foi vencida, a mensagem que salta aos nossos olhos é outra. Você pode ser livre e igual o quanto quiser, ela diz às mulheres, mas nunca se sentiu tão infeliz (p. 09).

No terceiro parágrafo, a autora da reportagem passa a explorar o que viriam a ser as causas da infelicidade feminina, segundo o estudo e também na opinião da “personagem” Cláudia, da qual falaremos mais adiante.

A transcrição de falas de entrevistadas e entrevistados também é um recurso utilizado ao longo de toda a reportagem. Podemos considerar que essas transcrições servem como “ilustrações”, como exemplos do que está sendo discutido pela autora, nos remetendo ao recurso da argumentação por indução retórica, tal como concebida por Aristóteles. O recurso é utilizado nesses segundo e terceiro parágrafos, ao citar as falas dos responsáveis pelo estudo,

Stevenson e Wolfers, e também a fala de um especialista que corrobora com o estudo, citadas abaixo:

A tendência é clara, se manifesta em pesquisas realizadas no mundo inteiro, e vai na direção contrária à que nós poderíamos imaginar”, afirma Marcus Buckingham, especialista em pesquisas e autor de diversos livros sobre macrotendências sociais [...]

A vida das mulheres ficou mais complexa e sua infelicidade atual reflete a necessidade de realização em mais aspectos da vida, se comparados aos das gerações anteriores”, dizem Stevenson e Wolfers. “As mulheres foram para a rua, mas mantiveram a responsabilidade emocional pela casa e pela família.

No fim do terceiro parágrafo, a autora da reportagem comenta acerca das opiniões de Stevenson e Wolfers: “É o pesadelo da dupla jornada, física e emocional, que exaure as mulheres e destrói casamentos”.

No entanto, nos dois próximos parágrafos, a autora contradiz as conclusões do estudo, apresentando uma “realidade estatística” segundo a qual, na média, nos países desenvolvidos, homens e mulheres teriam as mesmas horas de trabalho diário, somando o trabalho pago e o trabalho doméstico, e ainda números que indicariam uma queda no número de horas dedicadas ao serviço doméstico por parte das mulheres e um aumento por parte dos homens. A autora também cita uma pesquisa feita em 25 países, segundo a qual, apenas em Benin e na África do Sul, mulheres trabalhariam mais horas por dia.

A autora da reportagem, no entanto, não menciona que existem outras pesquisas que indicam exatamente o contrário. Segundo, por exemplo, uma pesquisa brasileira realizada pela Fundação Perseu Abramo, no ano de 2010, intitulada “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, as mulheres seriam responsáveis ainda por 91% da realização ou orientação das atividades domésticas. De acordo com as entrevistadas da pesquisa, elas passariam uma média semanal de 17 horas e 44 minutos em atividades domésticas e 10 horas semanais em cuidados com os filhos, enquanto seus parceiros passariam uma média semanal de 3 horas e 16 minutos em atividades domésticas e 2 horas e 34 minutos semanais em cuidados com os filhos.

Como “apoio” para seu argumento quanto à diminuição drástica da “segunda jornada feminina”, a autora utiliza ainda uma citação em que um especialista já mencionado afirma e questiona o seguinte:

“A infelicidade não parece ser uma questão de horas de trabalho ou de atitude. E a desigualdade em relação ao trabalho doméstico está desaparecendo. Onde está a explicação?” Na sequência, após essa pergunta retórica, ou seja, uma pergunta feita não para ser respondida pelo interlocutor, mas como uma indicação de que o locutor tentará responder a sua própria questão, no sexto parágrafo, a autora se volta para outra questão também levantada no mesmo estudo norte-americano a respeito de uma “extrema valorização da beleza e da juventude em nosso tempo” que afetaria mais às mulheres que aos homens.

Vejam os que diz ela:

Enquanto elas aumentam seu nível de estresse com cosméticos e tratamentos estéticos e cirúrgicos, os homens muitas vezes ficam atraentes com a maturidade. Aos 50, quando as mulheres já deixaram para trás a possibilidade de reprodução, homens grisalhos começam novas famílias e viram pais.

Essa opinião é ainda reforçada pela citação de uma colunista britânica, que diz: “Não adianta mostrar fotos de Sofia Loren maravilhosa aos 75 anos. O fato é que as mulheres envelhecem mais rápido que os homens...”

Pesquisando dados do IBGE, verificamos que, no ano de 2012, em 7,9% dos casamentos realizados, as mulheres tinham mais de 50 anos (em comparação aos homens, cuja taxa é de 14,8%), o que indica que muitas pessoas do sexo feminino iniciam novos relacionamentos nessa faixa etária. Ainda que a questão reprodutiva seja pertinente, considerar que o fato de mulheres mais velhas já terem deixado para trás a “possibilidade de reprodução” e que isso poderia ser uma das causas da infelicidade generalizada, vai contra o próprio estudo no qual se fundamenta a matéria, uma vez que fomos informados, ainda no segundo parágrafo, de que “[...] ainda segundo a pesquisa, seria um quadro geral entre as mulheres, sendo elas “casadas e solteiras, com e sem filhos, bem ou mal empregadas, brancas ou negras, pobres e ricas”. Ou seja, se a tal infelicidade generalizada atinge mulheres casadas e solteiras, com ou sem filhos, não faz muito sentido especular, na sequência, que o fato de mulheres não poderem mais ter filhos a partir de certa idade as estaria deixando infelizes.

Porém, se por um lado, a questão da reprodução é um fato, as falas de que mulheres envelheceriam mais rápido que homens não o são. Trata-se apenas de uma crença que pode pertencer à *doxa* de uma determinada pessoa, de um dado grupo social, mas não de outro.

Na segunda página da reportagem, nos sétimos e oitavo parágrafos, a autora traz a opinião de mais dois especialistas acerca do assunto, voltando a utilizar o recurso da citação

de falas, argumentos de autoridade. No sétimo parágrafo, um publicitário que “faz pesquisas periódicas sobre a mulher brasileira” fala sobre a multiplicação de papéis femininos e de um abismo quanto à forma como se vêem e a forma como gostariam de ser: . “Elas querem ser poderosas, criam expectativas de todo tipo, mas ainda veem seu eu real ligado a características historicamente femininas. Isso causa angústia.”

Já no oitavo parágrafo, Diana Corso, uma psicanalista estudiosa do universo feminino e autora do livro *A fada no divã*, fala em um “refluxo” da euforia da emancipação das décadas de 1970 e 1980, na novidade que é a mulher emancipada e no exagero das cobranças delas em relação a si mesmas: “A mulher que emerge desse momento almeja muita coisa: quer ser a melhor mãe, ter uma carreira maravilhosa e um corpo belo e jovem que produza muitos orgasmos”, afirma a psicanalista. E, ainda, “A mulher emancipada ainda é uma novidade social. Como todo novato, exagera na cobrança das realizações. Não se pode estar plenamente satisfeita em tudo.”

O arrefecimento da euforia dos tempos de emancipação, que já mencionamos anteriormente, no primeiro capítulo desse trabalho, é também mencionado pela psicanalista.

Essa questão de a mulher criar altas expectativas, exigindo demais de si mesma, é uma argumentação que está sendo reforçada, pois já vinha sendo desenhada desde a primeira página da entrevista, através de uma tabela, em destaque, intitulada “Grandes Expectativas – A mulher exige demais dela mesma e do mundo” e, logo abaixo, as expectativas em relação à maternidade, casa, trabalho...

Grandes expectativas

A mulher exige demais dela mesma - e do mundo

-  **Maternidade** Quer ter cuidado, atenção e intimidade com os filhos
-  **Casa** Detém a responsabilidade última por organização, compras, refeições e administração das empregadas domésticas
-  **Trabalho** Quer mostrar eficiência e igualar-se aos homens no que diz respeito a salário e dedicação
-  **Marido** Luta por relacionamento emocionalmente equilibrado e divisão das tarefas domésticas
-  **Sexo** Busca a sedução e o prazer, quantidade e qualidade
-  **Beleza** Está tomada pelos ideais de juventude e magreza

Aliada à questão da multiplicação de papéis, a tese acerca de as mulheres exigirem demais de si mesmas (e do mundo), é a terceira a ser apresentada como possível resposta para o problema da infelicidade feminina. Notamos, no entanto, que essa tese é reforçada, mas somente como algo interno, como uma cobrança interna, nunca como algo devido a circunstâncias externas, ou seja, são apenas as mulheres que esperam demais de si mesmas e do mundo? O mundo atual também não espera demais das mulheres? É um tipo de questionamento que não é feito na reportagem...

No nono e no décimo parágrafos temos a apresentação da “personagem” Olga e sua associação com a questão da liberdade de escolha, da qual falaremos mais adiante, ao tratarmos do *ethos*.

No décimo primeiro parágrafo, após apresentar as supostas causas da infelicidade, a autora parece se voltar para uma tentativa de solução das questões. Após o subtítulo “Será que os conservadores, que sempre atacaram o feminismo como antinatural, teriam razão?”, a autora cita o questionamento feito em uma coluna norte-americana, “conhecida por suas posições anti-feministas”, acerca da possibilidade de a emancipação feminina ter beneficiado mais os homens que as mulheres e, “indo mais longe”, levanta a seguinte questão: “mulheres seriam mais felizes se retornassem ao papel tradicional de mãe?”. Segundo a autora, essas são questões que teriam dividido as leitoras do blog 7x7 da revista *Época*, no qual ela também escrevia com frequência.

Como demonstração dessa divisão de opiniões, a autora cita as falas de duas comentaristas que teriam visões diversas sobre o assunto:

“Estou cansada? Culpada pela pouca atenção aos filhos? Sim. Sempre querendo ser a melhor no trabalho e também cuidar da beleza? Sim. Mas ainda assim prefiro a liberdade”, escreveu a leitora Carolina.

Outra leitora, Andréa, pensa diferente:

Ao mesmo tempo que nossos direitos se multiplicaram, como acesso à educação, voto, mercado de trabalho, nossas responsabilidades cresceram exponencialmente. Temos de gerenciar casa, carreira, filhos, marido e ainda ser magras, cultas e sexy. Isso é irreal.

No entanto, essa demonstração não mostra uma diversidade de opiniões tão grande, já que ambas apresentam reclamações em suas falas, ainda que a primeira afirme uma preferência pela liberdade das mulheres atuais.

No décimo segundo parágrafo, ainda reforçando o argumento, a autora refere-se a outros estudos que apontam “um desejo de volta ao lar” por parte das mulheres e cita alguns dados numéricos provenientes dessas pesquisas.

O problema dessa argumentação é que ela parece partir de um pressuposto, de um lugar comum, de que mulheres só teriam começado a trabalhar há pouco tempo, daí essa “volta ao lar”. Como vimos anteriormente no primeiro capítulo desse trabalho, as mulheres das classes mais baixas sempre trabalharam, fosse no mercado formal ou informal. A essas mulheres, que são muitas, não era e não é dada essa “opção”. A luta nos últimos tempos foi, sim, pelo direito ao trabalho, mas, sobretudo, por salários iguais, por respeito no ambiente de trabalho, pela possibilidade de ingresso nas mais diversas carreiras e também por acesso a cargos que possibilitem maior poder aquisitivo. Não podemos perder de vista que, em nossa sociedade, o trabalho, na grande maioria dos casos, não é questão de simples escolha ou de possível fonte de prazer, mas uma questão de necessidade de sobrevivência e de independência.

Outra questão, que pode ser levantada a partir da leitura desse parágrafo, é a seguinte: se a autora afirma que milhões de mulheres estão deixando seus trabalhos e “voltando a seus lares”, nos últimos anos, então por que a infelicidade generalizada das mulheres continuaria aumentando e não diminuindo?

Curiosamente não há indicação de pesquisa que perguntasse o mesmo aos homens: será que caso eles tivessem essa opção, não prefeririam deixar de trabalhar? Não haveria também uma insatisfação generalizada em relação ao mundo do trabalho, não somente por parte das mulheres, mas também por parte dos homens?

Já no último parágrafo, a autora termina a reportagem citando a jornalista americana Leslie Bennets, autora do livro *The Feminine Mistake* (O erro feminino), que, segundo ela, utilizando argumentos, pesquisas e relatos (ou seja, uma argumentação voltada ao *logos*, como vimos nessa análise), defende a importância do trabalho e da independência financeira. Utilizando pela última vez o recurso da citação, transcreve as falas da jornalista: “Se as novas gerações não acreditam que as mães que trabalham são bons modelos, devem rever seu julgamento”, afirma. Ainda, “Ter uma família e trabalhar não dará um resultado perfeito, mas é o melhor que se pode ter”.

A autora da reportagem então conclui que o “caminho da felicidade” pode ser o equilíbrio de papéis sociais, de expectativas e a aceitação da imperfeição humana.

No fim da reportagem, há também uma apresentação de duas tabelas que buscam traduzir em números os níveis de satisfação das mulheres e dos homens entre os anos de 1972 e 2006 e entre as idades de 20 e 90 anos.

Segundo os dados apresentados, o nível de felicidade feminina médio, em 34 anos, teria caído de 2,25 a algo entre 2,20 e 2,15; enquanto o masculino teria aumentado de quase 2,20 para quase 2,25. Já quanto ao nível de felicidade por idade tem-se: para as mulheres uma queda de 2,3 aos vinte anos para cerca de 2,05 aos noventa anos de idade; para os homens um aumento de 2,15 aos vinte anos para quase 2,3 aos noventa anos de idade.

A rápida análise desses dados nos suscita duas questões importantes: haveria mesmo uma diferença significativa entre esses dados? E outra: seria mesmo tão simples medir o nível de felicidade de uma pessoa a partir de dados numéricos?

Passamos agora a rastrear, na reportagem em análise, os outros dois modos de persuasão que compõem a tríade aristotélica.

2.1.1. O *ethos*

Apesar do predomínio da utilização do *logos*, consideramos que a autora também utiliza o recurso do *ethos* em sua reportagem, mas não em relação a si mesma, tentando, por exemplo, criar uma imagem positiva e confiável de sua pessoa, mas buscando criar um *ethos* da mulher contemporânea através dos depoimentos e da descrição da vida de duas mulheres, uma espécie de criação de personagens, recurso comumente utilizado em matérias jornalísticas.

A primeira “personagem” a ser apresentada, já no primeiro parágrafo da reportagem, é Cláudia Valli, uma mulher que trabalha como redatora de televisão, tem 45 anos de idade, mora no Rio de Janeiro, trabalha oito horas por dia, foi casada por duas vezes e mora com os três filhos. A autora ainda acrescenta que Cláudia conta com a ajuda de uma empregada “apenas” duas vezes por semana e uma “ajuda relativa dos ex-maridos”. Mais à frente, informa que Cláudia não tinha um parceiro amoroso havia cinco anos, desde a última separação, e que considerava que um namorado, àquela altura, “seria mais um motivo de estresse”, trazendo a ideia de que tudo que já fora citado até aquele momento (trabalho, filhos,

ex-maridos, empregada duas vezes por semana, filho diabético, falta de tempo, quilos a mais) já seria motivo para estresse.

Na constituição dessa personagem da vida real, a autora utiliza o recurso da descrição do dia-a-dia de Claudia e a transcrição de algumas de suas falas para criar a imagem da mulher extremamente ocupada, sobrecarregada: “raramente dorme mais que quatro horas por noite”, “na mesa de cabeceira da cama, uma pilha de livros comprados e não lidos”, “antes de dar entrevista à *Época*, Cláudia passou no supermercado para comprar pão, leite e banana”; e também da imagem da mulher preocupada com a própria aparência: “na mente, a preocupação com os quilos a mais e a falta de tempo para fazer qualquer tipo de exercício”; “depois de feitas as fotografias, preocupou-se em não parecer mais velha do que é: “Dá para melhorar com *photoshop*?”; e a imagem da mulher que questiona a emancipação feminina: “Cláudia olha sua própria vida e questiona essas conquistas”.

A autora relaciona a insatisfação de Cláudia à questão da emancipação das mulheres em dois momentos: o primeiro momento é já no início do primeiro parágrafo ao informar que Claudia nasceu no mesmo ano em que foi lançado o livro *Mística Feminina* que “alardeava a frustração feminina por ter apenas os papéis de esposa e mãe e foi um marco no movimento pela emancipação das mulheres”. Entretanto, na sequência, a autora informa que atualmente Cláudia questiona essas conquistas. Já o segundo momento é através de uma citação direta da fala de Cláudia: “A emancipação feminina é como um contrato que foi assinado sem ter sido lido direito e que agora precisa ser renegociado”.

Não há, no entanto, uma continuidade na argumentação de Cláudia. Não nos é informado, por exemplo, como seria tal “renegociação” desse contrato, o que poderia acontecer na vida de Claudia para que ela se sentisse não sobrecarregada e mais feliz.

Nos dois parágrafos seguintes, Cláudia é citada por mais duas vezes. Na primeira vez é introduzida a ideia de que a imagem criada pela redatora corresponde à imagem de várias outras mulheres: “longe de ser uma anomalia, a insatisfação de Claudia com a própria vida é a mesma de milhões de outras mulheres mundo afora”. E, na segunda vez e última vez, a insatisfação é relacionada a um estudo que, assim como ela, enxerga no acúmulo de velhas tarefas e “novas responsabilidades” as causas da propalada “melancolia de gênero”.

A segunda “personagem” surge na segunda página da matéria, no nono parágrafo. Olga Torres é apresentada como uma terapeuta corporal paulistana, de trinta e cinco anos de idade, que admite ainda não ter descoberto “os caminhos que a farão feliz” e que ela seria “um bom exemplo das ambiguidades do mundo feminino”. Essas “ambiguidades” são

apresentadas através do relato de que Olga teria se casado aos vinte anos e “preferido” cuidar “apenas” da casa por um período de dez anos; e que, quando sentiu que precisava voltar a trabalhar estudar, e fez isso, o casamento acabou, foi “minado”. Agora, Olga se sentia realizada no trabalho, mas sentia falta de filhos e de uma família, em uma “experiência inversa”.

A explicação para a falta da família é dada por uma citação direta da fala de Olga: “Sei que eu não me contento com pouco. Não quero um homem qualquer, mas alguém que seja companheiro e, desta vez, entenda que minha carreira é fator de realização”.

A autora da reportagem, no entanto, continua o parágrafo informando que Olga “admite” que as mulheres ainda não sabem o que fazer com tantas opções e traz mais uma citação direta de Olga: “A liberdade de escolha traz um peso enorme”.

No entanto, nem a autora, nem Olga, explicitam quais seriam essas “tantas opções”. Se considerarmos o exemplo de Olga, seriam as opções de casar e “preferir” cuidar “apenas” da casa ou a de se realizar no trabalho e sentir falta de uma família? Na fala direta de Olga o que fica claro é o desejo de uma “terceira via”, a realização no trabalho e a existência de um companheiro amoroso que entenda que sua carreira é um fator de realização para ela.

Tanto Claudia quanto Olga pertencem ao público majoritário da revista *Época*: mulheres, acima dos 35 anos, pertencentes à classe média alta (o que pode ser inferido pelas profissões de ambas). Podemos considerar que o público leitor majoritário de uma revista é o auditório principal para o qual ela se dirige. O fato de escolherem duas mulheres com características semelhantes à de seu auditório aumenta as possibilidades da criação de um *ethos* com o qual aquele auditório se identifique. Isso também explica o fato de, por exemplo, a empregada doméstica da casa de Cláudia ser somente mencionada, mas não uma das entrevistadas da reportagem.

Através de Olga, temos uma criação da imagem da mulher que trabalha, sente-se feliz com seu emprego, mas sente falta de filhos e de um relacionamento amoroso. Não é representado, através de Olga, o mesmo cansaço, a sobrecarga de tarefas e a preocupação com a aparência como em Claudia. Em comum, entre elas, há uma insatisfação, ainda que diferenciada, e queixas em relação à vida feminina atual. Claudia se queixa, sobretudo, do acúmulo de tarefas, como se apenas recentemente mulheres tivessem que se desdobrar entre tarefas domésticas, trabalho, cuidado com filhos; e Olga se queixa, não da falta de um parceiro que a compreenda, mas da liberdade de escolha das mulheres, o que nos remete mais

uma vez ao *backlash*, ou seja, atribuir as mazelas femininas ao aumento da liberdade e da independência.

Além dessa utilização de personagens da vida real para a criação do *ethos* da mulher contemporânea, a utilização de citações diretas de especialistas de diversas áreas em relação ao comportamento feminino, junto à apresentação de estatísticas, dados numéricos e informações explicitamente fundamentadas em pesquisas e estudos que, como visto anteriormente, fazem um apelo ao *logos*, também servem para a criação da imagem da mulher contemporânea.

Através de todos esses dados já citados e analisados, temos a criação da imagem da mulher atual como infeliz e insatisfeita, seja com a aparência, seja com as exigências internas, seja com a falta de filhos e de um parceiro amoroso, seja com a falta de um trabalho, seja por causa do trabalho, seja com a multiplicidade de papéis.

2.1.2. O *pathos*

Consideramos que, nessa reportagem, houve um apelo menor ao *pathos*, se comparado aos apelos ao *logos* e ao *ethos* (mas aqui, não se referindo ao *ethos* da autora da reportagem, mas ao *ethos* de seu “objeto de estudo”, ou seja, as mulheres contemporâneas, como já analisado anteriormente). Talvez isso ocorra pelo fato de, tradicionalmente, matérias jornalísticas serem feitas para passar uma impressão de objetividade, seriedade, e não apelarem tanto às emoções de seu auditório, como ocorre atualmente em jornais mais populares e programas policiais, por exemplo.

Consideramos que o apelo ao *pathos*, nesse texto, se dá principalmente pela utilização do recurso da descrição do dia-a-dia das personagens e das opiniões de algumas leitoras e dos especialistas do comportamento acerca dessa mulher contemporânea (recursos que já foram mencionados como provas retóricas que apelam ao *ethos*, e ao *logos*, respectivamente) que podem ou não suscitar certos sentimentos no auditório como a piedade ou a indignação, por exemplo. A suscitação de tais sentimentos pode fazer com que o auditório se torne mais suscetível à concordância com a tese que lhe está sendo apresentada, ou seja, a existência de uma infelicidade feminina generalizada.

As fotos das “personagens” utilizadas na reportagem, podem tanto ser consideradas como provas retóricas *ethóticas*, uma vez que auxiliam na construção da imagem dessas mulheres para o auditório, como provas retóricas que apelem ao *pathos*.

Entretanto, optamos por classificá-las como *pathos* e analisá-las na seção da análise dedicada ao *pathos*, pois nos chamou a atenção a forma como tais imagens buscam retratar o próprio sentimento da infelicidade em ambas as mulheres.

Já no início da reportagem, temos uma fotografia de Cláudia, sentada com o rosto apoiado em uma das mãos e um olhar que pode trazer a ideia de tristeza, solidão, desesperança, infelicidade.

Na segunda página da reportagem, uma fotografia de Olga apoiada em algum objeto, um olhar distante, bastante similar ao de Cláudia.

Ambas são quase a representação física da infelicidade.

No entanto, reconhece-se hoje que as três provas retóricas em questão são “Três faces de uma mesma moeda”, como defendido por Galinari em artigo homônimo, e que é bem provável não se poder defender com absoluta convicção tratar-se, no caso em análise, somente de provas patêmicas.

2.2. O PARADOXO DA TRISTEZA

O “Paradoxo da tristeza” foi uma reportagem publicada em maio de 2010 na “Edição Especial Mulher” da revista *Veja*. A matéria é baseada no mesmo estudo que fundamenta a reportagem da revista *Época*, analisada anteriormente. A reportagem é assinada pelos responsáveis pelo estudo, Betsey Stevenson e Justin Wolfers, e por Dwyer Gunn, editora do *The New York Times*.

A matéria apresenta uma tese semelhante à da reportagem anterior: as condições de vida das mulheres estão melhores, mas a infelicidade feminina aumentou. Paradoxo esse já anunciado no título e no subtítulo da matéria.

O subtítulo, tal como o título da matéria anterior, afirma que as mulheres não sorriem faz um questionamento quanto à razão disso. Podemos a partir do título e do subtítulo inferir que elas não sorriem porque estão tristes, são infelizes. O paradoxo da tristeza é apresentado pela contradição entre o fato de não sorrirem enquanto “há mais empregos, os salários são melhores e os homens, mais respeitosos”.

Nos cinco primeiros parágrafos, é apresentado um panorama geral das melhoras das condições de vida das mulheres. Nesse momento, verificamos o apelo ao *logos* através, principalmente, da utilização de vários dados numéricos que, como já apontado anteriormente, costumam conferir maior objetividade, cientificidade ao texto; como pode ser visto nas seguintes passagens:

Em 1970, apenas 8% das mulheres americanas com 25 anos ou mais haviam completado pelo menos quatro anos de faculdade; em 2008, elas eram 29%. Na verdade, em muitos países desenvolvidos as mulheres obtêm mais educação que os homens. Na Inglaterra, em 2007, 56% dos candidatos a vagas em faculdades eram mulheres.

Na frente doméstica, a pílula anticoncepcional deu às mulheres um controle discreto sobre seu corpo e futuro, e as taxas de fecundidade em grande parte do mundo refletem isso. A taxa total de fecundidade (definida como o número médio de nascimentos por mulher) na Inglaterra caiu de 2,69, em 1960, para 1,9, em 2007.

No Brasil, que tem um movimento feminista particularmente bem organizado, as tendências são semelhantes. Em 1960, a taxa de fecundidade no país era de 6,28; em 2010, é de 1,76.

No fim da década de 80, os homens brasileiros ganhavam 300% a mais por hora do que as mulheres – hoje, essa distância está mais perto dos 30%.

A partir do sexto parágrafo, alguns dados já passam a ser utilizados para comprovar a tese do aumento da infelicidade, ainda que de forma menos objetiva:

As americanas em 1970 tinham mais propensão do que os homens a se dizer "muito felizes", mas essa diferença começou a sumir na década de 80. O mesmo vale para os relatos de infelicidade. Nos anos 70, homens e mulheres tinham a mesma propensão a se considerar "não muito felizes" – hoje, as mulheres mostram uma maior tendência a essa percepção.

Meninas americanas de 17 e 18 anos se declararam ligeiramente menos felizes do que em 1976, enquanto os rapazes dessa faixa afirmam estar mais felizes que seus antecessores. Encontramos uma tendência semelhante na Europa. Na maioria dos países desse continente, homens e mulheres estão mais felizes hoje do que na década de 70. Entretanto, o bem-estar delas em relação ao deles declinou. Nos anos 70, as europeias se declaravam ligeiramente mais satisfeitas com a vida do que os homens; agora, elas se dizem ligeiramente menos satisfeitas do que eles.

Os dados sobre a felicidade no Brasil ecoam os europeus. Tanto as mulheres quanto os homens se tornaram mais felizes no país nos últimos anos, mas as brasileiras hoje são menos felizes que os homens.

Assim como na reportagem anterior, verificamos que informações e estatísticas de outras pesquisas são utilizadas, além do estudo de Stevenson e Wolfers.

A partir do nono parágrafo, a reportagem passa a explorar possíveis explicações para o aumento da infelicidade feminina. A autora declara que “é certamente possível” que algumas tendências advindas da segunda metade do século XX, tais como “mudanças na estrutura familiar, e uma crescente desigualdade”, possam explicar o “declínio no bem estar feminino relativo” e afirma a importância da análise dessas tendências em diferentes grupos demográficos para a compreensão do fenômeno.

Algumas dessas “tendências”, exploradas no texto, que poderiam estar ocasionando a diminuição da felicidade feminina são: mudanças na estrutura do casamento (o texto não deixa claro, mas possivelmente se refere à possibilidade do divórcio e dos “recasamentos”), aumento da participação feminina no mundo do trabalho remunerado e nas universidades e a chamada jornada dupla feminina de trabalho.

No entanto, a autora apresenta essas possíveis premissas para justificar a infelicidade feminina apenas para descartá-las em seguida, já que há uma premissa importante que não

pode ser ignorada: mulheres de diferentes estados civis, trabalhando fora ou somente em casa (“donas de casa”), com e sem filhos, estariam experimentando a queda no bem-estar relativo. Em outras palavras, não haveria um grupo demográfico de mulheres mais infeliz que outro.

Como aponta a autora:

Tanto as casadas quanto as não casadas têm experimentado declínio similar no bem-estar relatado”; “...esperaríamos tendências diferentes no bem-estar das mulheres que trabalham em casa, e não no mercado. Mas as tendências são semelhantes para esses dois grupos.”; “mulheres com e sem filhos (presumivelmente menos vulneráveis ao problema do "segundo turno") exibiram declínio semelhante no bem-estar relativo. O mesmo é verdade para pessoas que são pais/mães solteiros em comparação a pais/mães casados, ou para pais/mães empregados e desempregados.

Identificamos que, ao contrário do que ocorre na reportagem anterior, aqui não há uma negação, mas uma afirmação da existência da segunda jornada de trabalho feminina.

Ao se propor a buscar as explicações para o aumento da infelicidade feminina não mais em possíveis grupos demográficos, mas em “certos domínios da vida (emprego, finanças e casamento)”, a situação se repete, ou seja, possíveis explicações são apresentadas para serem refutadas na sequência.

Em relação ao emprego, afirma-se que o nível de satisfação profissional é o mesmo para mulheres que trabalham e para aquelas que não trabalham fora. Além disso, afirma que o nível de satisfação profissional é o mesmo para ambos os sexos.

Em relação ao casamento, a autora afirma que mesmo que mulheres sejam, em média, menos felizes nos casamentos que os homens, a felicidade de ambos diminuiu desde a década de 1970.

Somente no domínio financeiro, segundo a reportagem, as mulheres teriam se tornado menos satisfeitas que os homens desde a década de 1970. Nesse momento, partindo de uma afirmação que pode ou não ser compreendida como lugar-comum a respeito da figura feminina, a de que mulheres seriam mais avessas a riscos do que os homens, a autora afirma que “a ansiedade financeira pode afetar o bem-estar feminino de modo particularmente negativo”.

Nos últimos parágrafos do texto, são defendidas algumas teses similares à da reportagem anterior: a de que a infelicidade feminina seria ocasionada pela multiplicação de papéis sociais e também pelo aumento das exigências das próprias mulheres. .

Utilizando como exemplo uma pesquisa que indica que meninas de 17 e 18 anos já estariam acumulando várias demandas em suas vidas, a autora afirma que, a partir do movimento feminista, novos fatores se tornaram fundamentais para as mulheres como: "ter sucesso na minha linha de trabalho", "ser capaz de encontrar um trabalho estável", "contribuir para a sociedade" e "ser uma líder na minha comunidade".

No entanto, ao contrário do outro texto, esse aumento de demandas em nenhum momento é tido como algo negativo. Se por um lado os autores afirmam que “se as mulheres hoje estão avaliando sua felicidade sob muitos aspectos (trabalho, casamento, casa, filhos), em comparação a poucos fatores na década de 70, é mais provável que elas sintam que estão fracassando em pelo menos alguns domínios”, e que “as mulheres de hoje podem também esperar mais para si mesmas, e podem exigir mais para se satisfazer. Na década de 70, elas, ao avaliarem seu bem estar, provavelmente se comparavam apenas a outras mulheres, enquanto as de hoje têm um grupo de referência diferente – que inclui os homens”; por outro lado, se conclui que o movimento feminista pode ter tido sucesso em uma de suas metas mais importantes: “permitir que as mulheres acreditem que são tão capazes quanto os homens”. Ou seja, a reportagem coloca o fato de mulheres terem mais domínios na vida para se preocupar e de serem mais exigentes consigo mesmas por se considerarem mais capazes.

Ao contrário da primeira reportagem analisada, consideramos que esta não caracteriza exatamente o que Faludi conceitua como *backlash*, pois, ainda que se defenda a tese de que as condições nunca foram tão boas e as mulheres nunca foram tão infelizes, as conquistas femininas não são colocadas como algo negativo.

Outra explicação apresentada na reportagem em relação à infelicidade feminina, no antepenúltimo parágrafo da reportagem, é de que talvez as mulheres simplesmente se sintam hoje mais confortáveis que nos anos 70, para externarem seus reais sentimentos e admitirem mais a existência da infelicidade, o que também seria algo positivo.

2.2.1. O *ethos*

Em relação ao *ethos* da mulher contemporânea, constatamos que, tal como ocorre na outra matéria, ele é criado a partir de dados que apelam ao *logos*, nesse caso, apresentação de pesquisas, utilização de dados numéricos e a própria argumentação desenvolvida pela autora

da reportagem. Não temos aqui, no entanto, o uso de recursos como a utilização de “personagens” ou citações diretas de mulheres ou especialistas do comportamento.

Temos, portanto, a criação da imagem de uma mulher que possui melhores condições de vida, no geral, se comparada às suas antepassadas. Nos primeiros parágrafos, percebemos, através das estatísticas, que as mulheres hoje possuem mais anos de estudo, melhores salários e um número menor de filhos. A partir dos próximos parágrafos, no entanto, através da apresentação de algumas pesquisas, é apresentada a figura da mulher insatisfeita, infeliz. Tal como na reportagem anterior, apresenta-se também a imagem da mulher sobrecarregada, que vive a dupla jornada, que possui mais papéis sociais, se comparada às suas antecessoras.

Tal como na reportagem anterior, apresenta-se também a imagem da mulher sobrecarregada, que vive a dupla jornada, que possui mais papéis sociais, se comparada as suas antecessoras.

2.2.2. O *pathos*

Quanto ao *pathos*, não encontramos nessa reportagem escritos que poderiam ser entendidos como um apelo explícito ao *pathos*. Pelo contrário, trata-se de uma matéria jornalística “tradicional” que busca a persuasão de seu auditório através de dados objetivos, um apelo mais significativo ao *logos*.

As fotografias utilizadas são duas, uma mulher branca, de cabelos ruivos, sob a água. Na primeira fotografia ela tem os pulsos amarrados por uma fita vermelha e olha para baixo. Na segunda fotografia, ela olha diretamente para o leitor, com uma expressão triste, envolta por flores.

Ao contrário das fotos utilizadas na reportagem anterior, não são fotografias de “personagens” utilizadas no texto. Consideramos que, seriam, portanto, fotos mais artísticas, que poderiam remeter a uma analogia, uma metáfora feita com a mulher moderna, uma vez que essa e sua suposta infelicidade são os principais objetos de discussão dessa reportagem. As metáforas são um tipo de figura retórica. Figuras retóricas são recursos utilizados na construção de um discurso que nos auxiliam na transmissão e aceitação de argumentos. As expressões tristes, os pulsos amarrados como a indicar a privação de liberdade, o estar sob a

água e, portanto, não poder respirar, são elementos que aqui remetem à infelicidade, ao enfrentamento de dificuldades, que são assuntos tratados ao longo da matéria.

Cabe recordar que, em nossa sociedade, a cor vermelha (assim como a cor rosa) e as flores são elementos que tradicionalmente remetem às mulheres, ao feminino. É comum que mulheres sejam presenteadas com flores ou comparadas às mesmas em músicas, poemas e expressões. É também comum que a cor vermelha e as flores sejam utilizadas em propagandas, roupas ou vários objetos direcionados às mulheres. A utilização de tais elementos nas figuras que ilustram essa matéria não é, portanto, aleatória ou irrelevante; mas provavelmente busca reforçar a ideia do feminino, nesse caso específico pode ser a mulher que se sente presa por questões relativas a sua condição de mulher (já que a fita que a prende é vermelha) ou a mulher submersa, mergulhada, em dificuldades (já que as flores estão submersas).

Consideramos que a utilização de tais fotos pode tanto auxiliar na construção da imagem da mulher contemporânea, ou seja, criação do *ethos* da mulher infeliz, insatisfeita, “presa”, quanto a um apelo ao *pathos*, uma vez que pode suscitar algum sentimento no auditório como, por exemplo, a piedade pela triste situação dessa mulher moderna ou mesmo a simples admiração de uma bela imagem que pode levá-lo a atribuir um conceito melhor à matéria ou à própria revista que a apresenta.

2.3. A *TIME* E A REVOLUÇÃO SILENCIOSA DAS MULHERES TRISTES

No dia 22/10/2009, foi divulgada, no *blog* 7X7 da Revista *Época*, a coluna “A *Time* e a revolução silenciosa das mulheres tristes”, de autoria de Martha Mendonça, mesma jornalista responsável pela reportagem “Por que as mulheres são tão tristes?”, que já analisamos.

Nessa curta matéria, a jornalista explica que depois de publicada a já citada pesquisa norte-americana, divulgada primeiro na revista *New York Times*, acerca da queda dos níveis de felicidade femininos, ela já havia escrito uma matéria inicial nesse mesmo *blog*, o 7X7 sobre a já citada matéria.

Optamos, no entanto, em não realizar uma análise dessa primeira matéria, uma vez que as ideias apresentadas na mesma são todas desenvolvidas nesta segunda matéria.

No segundo parágrafo do texto, a jornalista informa que, dessa vez, a revista *Time*, valorada como aquela que é “para muitos a revista semanal mais importante do mundo”, havia publicado sua matéria de capa sobre esse mesmo assunto. Martha Mendonça retoma então, em forma de perguntas, algumas questões já exploradas em sua matéria anterior:

De onde vem esse paradoxo: se as mulheres nunca tiveram tanta liberdade, tantas opções, por que estão tão insatisfeitas? É justamente a complexidade do mundo de hoje – quanto mais expectativas, mais chances de decepção? Ou as duplas, triplas jornadas estão pesando demais sobre nossos ombros?

No terceiro parágrafo, como uma espécie de informação adicional, a jornalista esclarece que a *Time* também dedicara uma edição das mulheres, em maio de 1972, época em que as mulheres seriam mais felizes, de acordo com a pesquisa, e na época da “efervescência de sua emancipação”. A jornalista faz então uma rápida descrição da capa da revista dessa época: uma cabeça de mulher transparente mostrando as várias coisas que estão dentro dela, filhos, casamento, trabalho, feminismo, livros, consumo, troféus e até um *bob* de cabelo que, segundo a jornalista, é “coisa que não se vê mais”.

Além de colocar sua opinião de forma mais explícita, como nesse pequeno comentário acima, identificamos, ao longo do texto, a utilização da primeira pessoa, no singular ou no plural, ou seja, a jornalista “se coloca” na matéria, é quase um personagem de seu próprio texto, como podemos perceber nas seguintes passagens: “Em meados de setembro, fiz um

post aqui no *blog* sobre a pesquisa”; “duplas, triplas jornadas estão pesando demais sobre nossos ombros?”.

No quarto e último parágrafos da matéria, Martha Mendonça continua utilizando um tom mais pessoal ao falar em primeira pessoa, estratégia contrária à utilizada por ela em sua reportagem “Por que elas são tristes?”. Consideramos que a mudança de estratégia se deva, principalmente, à mudança de gênero, no caso a mudança do gênero reportagem jornalística para algo mais próximo ao gênero *blog*.

No entanto, apesar de identificado como *blog*, consideramos o 7X7 como um conjunto de colunas jornalísticas apresentado pela revista *Época*, uma vez que *blogs* têm a peculiaridade de serem extremamente pessoais e não fundados e ligados aos possíveis interesses institucionais de uma grande mídia.

Se, em suas reportagens, os jornalistas costumam optar pela utilização da terceira pessoa, a fim de conferir um certo distanciamento entre autor e leitor, e com isso trazer a ideia de objetividade, e quiçá maior credibilidade em relação ao texto, em *blogs* identificamos que seus autores buscam informar e divulgar suas opiniões criando uma atmosfera de proximidade com seu auditório. Para tanto, o uso da primeira pessoa e/ou de uma escrita mais informal passam a ser utilizados.

Entretanto, mais que utilizar a estratégia da primeira pessoa, Martha Mendonça resolve incluir de forma bastante explícita opiniões suas acerca das questões apresentadas. A jornalista afirma estar “achando bastante estranha essa ideia de infelicidade” e, num parêntese, afirma não se sentir assim de forma alguma. No entanto, afirma sentir essa revolução silenciosa, reforçando a possível argumentação apresentada na revista *Time*: “tenho a sensação de que pode se tratar mesmo da semente de uma revolução silenciosa, como diz a *Time*”.

A autora defende que há algo a ser debatido, modificado, mesmo que isso não signifique uma saída feminina do mercado de trabalho. A proposta apresentada por Martha Mendonça é a de um “ajuste individual” na vida de cada mulher.

Ao contrário do que ocorre em sua reportagem “Por que as mulheres são tão tristes?”, Martha Mendonça trata da questão das expectativas e das cobranças não somente como algo interno à mulher, mas externo, social:

A ideia de que o que é melhor para cada mulher é sabido apenas por ela e deve ser seguido sem medo dos padrões, obrigações e expectativas de quem

está em volta e da sociedade. A certeza de que não há fórmulas para a vida e nem rigidez para o que vem a ser “uma grande mulher.

A autora termina seu texto devolvendo a pergunta para seus leitores, em mais uma estratégia de aproximação.

Identificamos nesse texto a utilização predominante de dois meios retóricos: o *logos* e o *ethos*. E não identificamos um apelo, ao menos explícito, ao *pathos* de seu auditório.

2.3.1. O *ethos*

Se por um lado a autora se apoia em uma pesquisa e em sua divulgação (incluindo também uma foto da capa da edição da revista *Time* na qual a pesquisa foi citada), numa tentativa de utilizar a demonstração na construção de sua argumentação (apelo ao *logos*), por outro, grande parte da argumentação do texto é apoiada na construção da imagem de uma mulher contemporânea, ora através dos próprios dados que fazem um apelo ao *logos*, assim como em sua reportagem anterior (a imagem da mulher emancipada, mas infeliz, ou seja, a imagem difundida pelo *backlash*), ora através da criação da imagem de si feita pela própria autora, que se coloca de forma “não-neutra” nesse texto. Sendo ela própria uma mulher contemporânea, a autora se coloca assim como uma das constituintes dessa imagem geral do sujeito feminino.

A autora, no entanto, nega explicitamente para si a imagem criada anteriormente, nos primeiros parágrafos e na reportagem anterior, da mulher triste e insatisfeita. Porém, o fato de reproduzir a pesquisa em três diferentes matérias (tendo sido duas delas por nós analisadas), evidencia a grande importância dada à pesquisa por parte da autora.

2.4. PENSE EM ALGUÉM INFELIZ: É UMA MULHER

Em nove de setembro de dois mil e onze, no *blog* Mulher 7x7 da edição digital da revista *Época*, foi publicada a coluna “Pense em alguém infeliz: é uma mulher”, de autoria de Marcela Buscato.

Tal como nos textos anteriormente analisados, nessa curta matéria, identificamos que o apelo ao *logos* é feito, principalmente, através da apresentação de uma pesquisa e de seus dados quantitativos, além de algumas tabelas, como elementos para conferir maior veracidade e cientificidade à argumentação apresentada.

Já no primeiro parágrafo, a autora apresenta a pesquisa na qual fundamenta sua coluna, uma pesquisa da *Captive Office Pulse*, empresa norte-americana que desenvolve pesquisas sobre o mercado de trabalho. Segundo a pesquisa, os homens seriam mais capazes de se sentirem felizes que as mulheres, tanto em casa quanto no trabalho. A autora, então, apresenta os seguintes dados numéricos:

“De acordo com o levantamento, eles são 25% mais felizes que as mulheres no trabalho e 8% mais felizes em casa e 75% se dizem capazes de equilibrar a vida pessoal com o trabalho.”

Na sequência, a autora mostra uma tabela, baseada nos dados da pesquisa, que apresentaria um “perfil da pessoa mais feliz e da mais infeliz”:

A pessoa mais feliz	A pessoa mais infeliz
É homem	É mulher
Tem 39 anos	Tem 42 anos
Renda entre US\$ 150 mil e US\$ 200 mil ao ano	Renda de menos de US\$ 100 mil
Cargo administrativo sênior	É profissional liberal (dentista, advogada)
Tem um filho	(não informado)
A mulher trabalha meio período	Não é casada

Tal como nas outras matérias analisadas, também percebemos uma construção do *ethos* da mulher contemporânea através desses dados que apelam ao *logos*. Através dessa tabela, temos uma concepção da mulher como o ser mais infeliz, tendo essa mulher, em média

42 anos, renda anual de 100 mil dólares, sendo uma profissional liberal como dentista ou advogada e solteira; o fato de ter ou não filhos não é mencionado. Já o ser humano mais feliz seria um homem, tendo esse homem, em média 39 anos, renda anual entre 150 mil e 200 mil dólares anuais, cargo administrativo sênior, um filho e uma esposa que trabalha meio período.

Se resolvermos transpor esses dados para algo mais próximo à realidade brasileira (o que não é feito na reportagem), levando em conta as profissões apresentadas, teríamos como pessoa mais infeliz e pessoa mais feliz, provavelmente, uma mulher da classe média ou classe média alta e um homem da classe média alta ou alta, respectivamente. Trata-se exatamente do público-leitor majoritário da revista *Época*.

Relacionando os dados apresentados à conceituação de *backlash* de Susan Faludi, temos aqui exatamente uma imagem que costuma ser das mais vinculadas à questão da infelicidade: a profissional solteira. Como podemos verificar no primeiro capítulo de nosso trabalho, Faludi aponta, desde meados do século XIX, passando pelas sufragistas da década de 1920 e as trabalhadoras do pós Segunda Guerra, as advertências, sempre divulgadas pelas mídias de cada época, acerca da infelicidade e do “esgotamento nervoso” sofrido pelas mulheres que trabalhavam fora, as poucas chances de se casar e as muitas chances de fomentarem divórcios ou tornarem-se mães relapsas.

Já o “homem feliz” apresentado pela pesquisa, por outro lado, é casado, tem um filho e uma esposa que não trabalha em tempo integral. Isso evoca a valoração costumeira de nossa sociedade da questão do casamento e dos filhos (como se não houvesse possibilidade de felicidade fora desse arranjo tradicional, mesmo para homens) e a questão da mulher que trabalha fora, mas apenas em meio período, podendo utilizar seu outro “meio período” para cuidar da casa, do marido e do filho. Na sequência ela apresenta a tabela abaixo:

Quem faz as tarefas em casa		
Atividade	Mulheres	Homens
Lavar a roupa	62%	31%
Cozinhar	56%	29%
Limpar	53%	25%
Fazer compras	61%	33%

A autora justifica os dados apresentados por essa tabela sobre a questão da dupla jornada, vinculando esses dados à possibilidade de discriminação no mercado de trabalho: “as mulheres ainda podem enfrentar discriminação em algumas empresas e tipos de emprego,

acabam ficando com as tarefas domésticas em casa e a mistura das duas coisas, logicamente, não traz felicidade”. É a essa questão da dupla jornada e da discriminação que ela se referiu, ao citar anteriormente os preconceitos e estereótipos de gênero. Segundo os dados apresentados, as mulheres ainda seriam responsáveis por cerca de dois terços das tarefas domésticas.

Afinal, consideramos que tendo ou não já se tornado um estereótipo a imagem da mulher atual sobrecarregada, se desdobrando entre trabalho, estudo, cuidados com a casa e filhos, trata-se de uma imagem que é muitas vezes real, como podemos constatar em algumas pesquisas já citadas anteriormente nesse trabalho.

A autora ainda reforça a argumentação da dupla jornada alegando a menor contribuição masculina nas tarefas domésticas.

Alguns exemplares do sexo masculino juram que fazem tudo em casa e que essa história de que prendas domésticas é coisa de mulher é passado. Mas o resultado da pesquisa da *Captive Office Pulse* mostra que não é bem assim. Dêem uma olhadinha no quadro abaixo:

Ela ainda acrescenta que tal acúmulo de tarefas resultaria em um maior adoecimento por parte das mulheres e utiliza nova tabela de demonstração desses dados:

Quem fica mais doente		
Reclamação	Mulheres	Homens
Stress	67%	58%
Dor de cabeça	54%	43%
Tensão muscular	44%	34%
Ganho de peso	44%	37%
Depressão	29%	28%

Após a apresentação da primeira tabela, que trata do perfil “da pessoa mais feliz e da mais infeliz”, a autora se dirige de forma mais direta aos seus leitores “pedindo licença” para invocar todos os preconceitos e estereótipos de gêneros já vistos por ela em seus 28 anos de vida. A autora também utiliza o recurso da pergunta retórica para se referir mais diretamente aos leitores: “O resultado da pesquisa não é nada surpreendente, não é?”

O recurso da utilização da pergunta retórica já havia sido utilizado em outras matérias analisadas. No entanto, percebemos aqui uma estratégia contrária à das utilizadas

na primeira e na segunda reportagens analisadas, nas quais as autoras parecem buscar um apagamento da própria identidade, uma “não-subjetividade”, recurso comumente utilizado em reportagens jornalísticas visando conferir uma maior objetividade e credibilidade à matéria.

Aqui, constatamos um reforço de identidade da autora, ou seja, a construção de seu próprio *ethos*, tal como na terceira matéria jornalística analisada. Vejamos:

2.4.1. O *ethos*

Marcela Buscato tenta criar então a imagem de uma mulher jovem e ao mesmo tempo bem-informada, ao se declarar ciente de “preconceitos e estereótipos de gênero acumulados em (seus) 28 anos de idade”, e passa a se dirigir de uma forma mais informal ao público-leitor, como podemos ver em algumas expressões: “alguns exemplares do sexo masculino juram que fazem tudo em casa”, “dêem uma olhadinha no quadro abaixo”. Podemos considerar essa escrita mais informal como tentativa de maior proximidade com o público-leitor e até mesmo de identificação com ele. A autora se dirige ao público como se dirigiria a alguém muito próximo, uma amiga, por exemplo. A informação de sua idade também “a aproxima” de boa parte do público-leitor da revista *Época*, como visto anteriormente.

Essa estratégia nos remete a um *ethos* de identificação, expressão utilizada por Patrick Charaudeau (2008) em sua obra “Discurso Político” para se referir a um dos tipos de imagem de si construídas pelos políticos através de seu discurso a fim de conquistar a adesão de seus eleitores. Consideramos que essa construção da imagem de si também pode ser empreendida também por uma jornalista ou por qualquer pessoa que busque criar uma imagem com a qual seu auditório se identifique, se sinta mais confortável.

A autora finaliza o texto apresentando a explicação da pesquisa para o fato de estarem as mulheres mais infelizes que os homens e perguntando a opinião de seus leitores:

Enfim, a explicação dos responsáveis pela pesquisa para os achados é simples: os homens estão há mais tempo no mercado de trabalho e, por isso, já aprenderam a equilibrar a vida pessoal com a profissional e, por isso, conseguem ser mais felizes.

Vocês concordam?

No entanto, apesar de finalizar a coluna com a conclusão da pesquisa e uma pergunta retórica direcionada a seus leitores, passando a questão para eles, o leitor, provavelmente, não deixará de levar em consideração as argumentações da jornalista contrárias à conclusão da pesquisa. Embora, no fim das contas, o público-leitor poderá ou não aderir às argumentações da autora, baseado não somente no texto, mas em sua própria *doxa*.

Em relação ao *pathos*, tal como nas análises das matérias anteriores, não identificamos no texto uma tentativa explícita de apelo às emoções dos leitores.

Já em relação ao *backlash*, consideramos que, ainda que a autora realize uma argumentação que indique que a maior infelicidade feminina possa ser ocasionada exatamente por situações de desigualdade, tal como a discriminação no mundo do trabalho (ainda que ela apenas cite o assunto, sem especificar) e a questão da dupla jornada feminina de trabalho, a pesquisa utilizada e divulgada pode ser relacionada à conceituação de *backlash* de Faludi.

Consideramos, portanto, que se trata de uma matéria com dois tipos de vozes distintas, uma que poderia ser classificada como *backlash* e outra que não. Caberá então a cada leitor (dependendo, sobretudo, de sua *doxa*) aderir ou não à argumentação defendida pela autora do texto ou aos dados da pesquisa apresentados por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do presente trabalho foi analisar a forma como as mulheres contemporâneas vêm sendo retratadas pela mídia atual, tendo em vista a importância da mídia na emissão e na difusão de diferentes opiniões sobre os comportamentos em nossa sociedade.

O objetivo específico e a metodologia de trabalho escolhida, entre possibilidades diversas, foram a busca e a análise de matérias jornalísticas divulgadas em revistas impressas e nos *sites* eletrônicos das revistas *Época* e *Veja* (as duas revistas de maior tiragem no Brasil) que tratassem de uma suposta infelicidade generalizada, sentida por vários sujeitos do sexo feminino, e que pudessem ser relacionadas ao conceito de *backlash*, tratado pela jornalista norte-americana Susan Faludi em seu livro *Backlash: a guerra não declarada contra mulheres*, publicado em 1990.

Como vimos ao final da primeira parte da dissertação, para Faludi, o *backlash* seria uma espécie de reação conservadora em nossa sociedade, que surgiria sempre que as mulheres passassem a conquistar mais direitos e liberdade. Essa reação, divulgada principalmente pela mídia, seria proveniente, muitas vezes, do medo, das inseguranças, das dificuldades de adaptação das pessoas diante do novo ou mesmo de antigos preconceitos e estereótipos internalizados e cristalizados acerca do papel social do sujeito feminino.

Segundo a autora, ao longo da década de 1980, nos Estados Unidos, vários veículos midiáticos divulgaram pesquisas, notícias, opiniões e mesmo peças ficcionais (livros, filmes, séries de tv) que reforçavam (ou criavam?) o curioso estereótipo da mulher emancipada, mas infeliz. Todos esses veículos alardeariam as conquistas femininas na mesma medida em que alardeariam um aumento nos níveis de infelicidade das mulheres, relacionando-os.

Faludi também chamava a atenção para o fato de que a tal igualdade alcançada pelas mulheres seria apenas um mito, uma vez que antigos problemas como a discriminação e a tão discutida jornada dupla de trabalho feminino continuavam sem solução. A autora também se questionava se esses problemas não poderiam ser a real causa da tal infelicidade generalizada, se é que tal crise (ou “epidemia”) realmente existisse em tais proporções.

Ao longo das mais de quatrocentas páginas de sua obra, buscando defender a sua tese, Faludi cita e analisa variadas matérias jornalísticas e pesquisas por elas divulgadas, discursos políticos, leis, entrevistas, seriados e programas de tv, campanhas publicitárias, filmes, livros

de autoajuda e de ficção que fizeram sucesso nos Estados Unidos e em vários lugares do mundo durante a década de 1980.

Devido ao pouco tempo disponibilizado para a pesquisa, optamos por nos concentrar em apenas um tipo de mídia, no caso a mídia jornalística, impressa e/ou digital. A razão dessa nossa escolha se deveu ao fato de termos lido uma reportagem jornalística divulgada na revista *Época*, no ano de 2009, que muito nos motivou, e foi o ponto de partida para a realização deste trabalho.

Rastreamos então, nas edições impressas e digitais das revistas *Época* e *Veja*, publicadas entre 2009 e 2012 (um período equivalente a quatro anos), a existência de outras três matérias jornalísticas que pudessem ser claramente relacionadas ao conceito de *backlash* de Susan Faludi, quanto à atribuição, às mulheres, uma infelicidade generalizada ocasionada pela conquista de direitos e pela emancipação feminina vistas nas últimas décadas. Acabamos por identificar e analisar, então, quatro matérias jornalísticas que julgamos apresentar tais características estabelecendo, portanto, uma média de pelo menos uma reportagem jornalística por ano.

Consideramos que a utilização de conceitos e categorias retóricos utilizados na Análise do Discurso foram de suma importância no nosso trabalho, para a identificação de estratégias argumentativas utilizadas nas matérias analisadas e, a partir daí, relacioná-las ou não à ideia do *backlash*.

Na primeira reportagem analisada, “Por que as mulheres são tão tristes?”, identificamos a utilização de estratégias relacionadas aos três meios persuasivos – *logos*, *ethos* e *pathos* – na construção de uma argumentação, cujas premissas e conclusões, podem ser enquadradas nas considerações de Faludi.

Identificamos um predomínio da utilização do *logos*, ou seja, dados que buscariam demonstrar o que é verdade ou que pareceria ser verdade, tais como a citação de pesquisas, estudos, dados numéricos (datas, número de pessoas, idades, etc), transcrições de falas, raciocínios indutivos (exemplos) e dedutivos.

O *ethos* também é utilizado, mas não para a construção de uma imagem positiva da autora do texto, mas sim para a criação da imagem de uma mulher contemporânea, emancipada, porém infeliz, através dos dados que apelam ao *logos*, já citados acima, e também dos depoimentos e da descrição do dia-a-dia de duas “personagens da vida real”.

Personagens essas com características semelhantes ao do auditório majoritário da revista *Época*.

Também identificamos a utilização do *pathos*, ainda que em menor escala, nas fotos que ilustram a reportagem, principalmente na forma como foram fotografadas as duas personagens apresentadas no texto, de maneira a tentar retratar o próprio sentimento da infelicidade e possivelmente suscitar alguma emoção no auditório: pena, indignação, tristeza, simpatia, empatia, etc.

Na segunda reportagem analisada “O paradoxo da tristeza”, identificamos, tal como na reportagem anterior, um predomínio do apelo ao *logos* utilizando estratégias similares, com exceção do recurso da transcrição de falas. A construção do *ethos* da mulher contemporânea também ocorre de forma semelhante à da reportagem anterior, porém sem a utilização de “personagens”. Consideramos que as imagens utilizadas na reportagem podem ser compreendidas tanto como constituintes do *ethos* da mulher contemporânea quanto como um apelo ao *pathos* do auditório. No entanto, a argumentação da autora, ainda que partindo exatamente do mesmo estudo de Faludi, toma uma direção oposta ao que poderia ser classificado como *backlash*, uma vez que a emancipação feminina não é em momento algum colocada como algo negativo, ainda que se defenda a tese da necessidade de melhora das condições de vida como solução para uma possível crise de infelicidade feminina.

Na terceira e na quarta colunas jornalísticas analisadas, “A *Time* e a revolução silenciosa das mulheres tristes” e “Pense em alguém infeliz: é uma mulher”, identificamos similares estratégias argumentativas de apelo ao *logos*, *ethos* e *pathos*, já vistos nas reportagens anteriores. No entanto, também identificamos uma estratégia diversa que consiste em uma tentativa de não-objetividade, de subjetividade, da criação de um *ethos* por parte das autoras do texto, buscando uma maior proximidade com seu auditório. Atribuímos essa mudança de estratégia a uma tentativa de emulação do gênero *blog*.

Em relação ao *backlash*, consideramos que ambas apresentam argumentos distintos, alguns que defendem a existência desse fenômeno e outros que não. No caso da terceira matéria, identificamos uma argumentação contrária ao *backlash*, quando a autora nega para si a imagem da mulher contemporânea infeliz (o que ela o faz por um apelo ao *ethos*). Já na quarta matéria, identificamos uma argumentação por parte da autora que busca contradizer um argumento apresentado antes por ela, que remete ao *backlash*, cabendo então a cada leitor (dependendo, sobretudo, de sua *doxa*) aderir ou não à argumentação defendida pela autora do texto ou aos dados da pesquisa apresentados por ela.

Em relação ao questionamento levantado na introdução desse trabalho, sobre ser o *backlash* um fenômeno não somente ocorrido nos Estados Unidos, mas também no Brasil, após nossa pesquisa quantitativa e qualitativa em matérias jornalísticas, consideramos que, em relação a esse assunto, vivemos um tempo no qual diversos tipos de vozes e *doxas* têm seu espaço. Assim, além de encontrar, no próprio *corpus* analisado, argumentações que defendem e argumentações que não defendem a existência do fenômeno *backlash*, encontramos nos mesmos veículos (ou seja, nas revistas *Época* e *Veja*) matérias que são exatamente o oposto do *backlash*, ou seja, apresentam as conquistas obtidas nos últimos tempos como algo positivo ou, pelo menos, tratam de problemas relativos à vida contemporânea e da questão da infelicidade sem uma culpabilização dessas conquistas, como podemos identificar em títulos como: “Dá pra ser feliz no trabalho?” (falando igualmente aos dois sexos), “Elas podem trabalhar sem culpa”, “A dupla jornada dos novos pais”, “Trabalhar causa tristeza?” (também falando para os dois sexos), “Empresas apostam na ascensão feminina”, “Elas querem o topo”, entre outros.

Outro aspecto explorado em nosso trabalho foi uma extensa pesquisa acerca da história das mulheres. Consideramos que esse caminho trilhado, na primeira parte de nosso trabalho, teve o objetivo de preencher algumas lacunas em relação à presença do sujeito feminino na história e, a partir daí, compreender melhor alguns aspectos que nos auxiliaram na análise de nosso *corpus*, tais como: uma constituição histórico-social do espaço doméstico como feminino e uma constituição do espaço público como masculino por excelência; a relação das mulheres com o trabalho formal e informal ao longo da história e o mito de que o trabalho feminino seria algo recente; o antigo problema da dupla jornada feminina; a importância do feminismo na conquista e consolidação de vários direitos, concomitante a várias campanhas de difamação do feminismo e das feministas, o que fez com que, até hoje, a ideologia feminista seja considerada como responsável por várias mazelas femininas, como historicamente irrelevante ou como mal vista por um grande número de pessoas.

Para finalizar, gostaríamos ainda de destacar que, realizando pesquisas complementares para o desenvolvimento de nosso trabalho, constatamos (com alegria) o grande número de pesquisas e trabalhos que vêm sendo realizados atualmente, muitos deles dentro do próprio Poslin, acerca da imagem da mulher contemporânea e de problematizações relativas ao seu lugar em nossa sociedade, o que consideramos ser de grande importância social em toda e qualquer área do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. *Argumentação e análise do discurso. Perspectivas teóricas e recortes disciplinares*. Tradução de PIRIS, Eduardo Lopes e FERREIRA, Moisés Olímpio. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Ilhéus, nº 1, p. 129-144, nov.2011. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista1/eideaartigo12.pdf>. Acesso em 01 dez. 2015.

AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Colin, 2006 [2000].

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <http://www.obrasdearistoteles.net/files/volumes/000000030.PDF>. Acesso em : 6 mar.2015.

BARSTED, Leila; PITANGUY, Jacqueline. *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo – 1. Fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CICERO. *De oratore* . 2 vols. Trad. H. Rackham. The Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1942.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c' est mieux. In:Boyer, Henri(Org.). *Stéréotypes, stereotypes : fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Langue(s), discours. Vol. 4. Paris: L' Harmattan, 2007, p. 49-63.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris : Seuil, 2002, p.277-281.

CONLEY, T.M. *Rhetoric in the European Tradition*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.

DAVIS, Natalie Zemon. A mulher na política. IN: DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 3.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. Estudos avançados, São Paulo, 2003, v.17, n.49, p.151-172.

EDITORA GLOBO. Mídia kit revista Época e outras. Disponível em: http://corp.editoraglobo.globo.com/wp-content/themes/corporativo/MKIT_GERAL_EG.pdf. Acesso em: 01 dez. 2015.

FALUDI, Susan. *Backlash: contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FARGE, Arlette. Agitadoras notórias. In: DAVIS, Natalie Zenon; FARGE, Arlette (Org). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 3.

FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. 2010. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>. Acesso em 01 dez. 2015.

GALINARI, Melliandro. Logos, Ethos e Pathos: “três lados” da mesma moeda. *Alfa – Revista de Linguística*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 257-285, 2014. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/alfa/issue/download/497/79. Acesso em 20 set.2015.

GODINEAU, Dominique. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias. In: DUBY, Georg; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 4.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DAVIS, Natalie Zenon; FARGE, Arlette (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 3

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Estatísticas do Registro Civil. 2012.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2012>. Acesso em 01 dez. 2015.

ISOCRATES. *Antidosis*. Trad. George Norlin, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd. 1980.

KAPELLI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: DUBY, Georg; PERROT, Michelle. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 4.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georg; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol 5.

LIMA, Helcira. *Na tessitura do processo penal: a argumentação no tribunal do júri*. 2006. 260f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos* . In: MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo. Editora Contexto, 2008.

MENDES, E.A.M. *A Produção textual: Revitalizando a pedagogia retórica*. Tese de Titular inédita. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

OPTIZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da idade média (1225 - 1500). In: DUBY, Georg; PERROT, Michelle (Org.). *Histórias das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1993. vol. 2.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PLATO. *Phaedrus*. Trad. Harold N. Flower. London: Harvard University Press, 2005 (Loeb Classical Library).

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REVISTA VEJA. Mídia kit da marca.

Disponível em: <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja>. Acesso em 20 out. 2015.

ROUSSELLE, A. Política dos corpos: entre a procriação e continência em Roma. In: DUBY, Georg; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 1.

SALMANN, Jean-Michel. Feiticeira. In: DAVIS, Natalie Zenon; FARGE, Arlette (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 3.

SLEDZIEWSKI, Elisabeth. A Revolução Francesa. A viragem. In: DUBY, Georg; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 4.

SOUZA, Américo de. *A persuasão: estratégias para uma comunicação influente*. 2000. 128f. Tese (tese de mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2000. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-0.html>. Acesso em: 23 set.2015.

WEMPLE, Suzanne Fonnay. As mulheres do século V ao X. In: DUBY Georges; Perrot, Michelle (Org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1993. vol. 2.

ZAIDMAN, Louise Bruit. As filhas de Pandora: mulheres e ritual. In: DUBY, Georg; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. vol. 1.

ANEXOS

Por que as mulheres são tão tristes?

Um estudo americano de 37 anos ilumina um terrível paradoxo: objetivamente, a vida das mulheres jamais foi tão boa. Subjetivamente, nunca foi pior.

Martha Mendonça. Colaborou Fernanda Colavitti



CANSADA

A redatora de TV Claudia, em sua casa, no Rio. “A emancipação feminina é um contrato que tem de ser renegociado”

O ano em que a redatora de televisão carioca Claudia Valli nasceu, 1963, foi marcado pelo lançamento de *A mística feminina*. O livro histórico de Betty Friedan alardeava a frustração feminina por ter apenas os papéis de esposa e mãe e foi um marco no movimento pela emancipação das mulheres. Hoje, prestes a completar 46 anos, Claudia olha sua própria vida e questiona essas conquistas. Ela trabalha oito horas por dia e administra a casa onde mora com os três filhos – um casal de adolescentes, de seu primeiro casamento, e um menino de 9 anos, do segundo. Tem empregada apenas duas vezes por semana e uma ajuda “relativa” dos ex-maridos. Raramente dorme mais que quatro horas por noite, já que muitas vezes precisa adiantar trabalho de madrugada, além de monitorar o caçula, que é diabético. Na mesa de

cabeceira da cama, uma pilha de livros comprados e não lidos. Na mente, a preocupação com os quilos a mais e a falta de tempo para fazer qualquer tipo de exercício. Claudia está sozinha desde a última separação, há cinco anos, e diz que um namorado, agora, seria mais um motivo de estresse. “A emancipação feminina é como um contrato que foi assinado sem ter sido lido direito e que agora precisa ser renegociado”, diz ela. “A vida tornou-se um show que não pode parar.” Antes de dar entrevista a *ÉPOCA*, Claudia passou no supermercado para comprar pão, leite e banana. Depois de feitas as fotografias, preocupou-se em não parecer mais velha do que é: “Dá para melhorar com Photoshop?”.

Longe de ser uma anomalia, a insatisfação de Claudia com a própria vida é a mesma de milhões de outras mulheres mundo afora. Um estudo de Betsey Stevenson e Justin Wolfers, pesquisadores da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, mostra um surpreendente e acentuado declínio da satisfação feminina nas últimas três décadas – período durante o qual cresceram de forma exponencial as oportunidades de trabalho, as possibilidades de educação e, sobretudo, a liberdade da mulher de decidir sobre a própria existência, prática e afetiva. É possível afirmar, sem nenhum traço de dúvida, que as condições objetivas nunca foram tão favoráveis às mulheres desde o início da história humana. Entretanto, entrevistas anuais realizadas com 1.500 pessoas, homens e mulheres, desde 1972, nos Estados Unidos, mostram um cenário de crescente insatisfação subjetiva. A cada ano que passa, menos mulheres se dizem felizes com a própria vida, enquanto um porcentual cada vez maior de homens afirma estar contente. Isso acontece com mulheres casadas e solteiras, com e sem filhos, bem ou mal empregadas, brancas ou negras, pobres e ricas. A insatisfação atinge todos os grupos e se torna pior à medida que as mulheres envelhecem. Quando jovens, elas se dizem mais realizadas que os homens. Pouco depois dos 40, isso já se inverteu. “A tendência é clara, se manifesta em pesquisas realizadas no mundo inteiro, e vai na direção contrária à que nós poderíamos imaginar”, afirma Marcus Buckingham, especialista em pesquisas e autor de diversos livros sobre macrotendências sociais.

As razões dessa melancolia de gênero são difíceis de apontar com precisão. O estudo, assim como Claudia, tende a enxergar no acúmulo de velhas tarefas e novas responsabilidades a causa dos dissabores femininos. “A vida das mulheres ficou mais complexa e sua infelicidade atual reflete a necessidade de realização em mais aspectos da vida, se comparados aos das gerações anteriores”, dizem Stevenson e Wolfers. “As mulheres foram para a rua, mas

mantiveram a responsabilidade emocional pela casa e pela família.” É o pesadelo da dupla jornada, física e emocional, que exaure as mulheres e destrói casamentos.

O problema com essa explicação, bastante óbvia, é que ela ignora a realidade estatística: nos países desenvolvidos, homens e mulheres trabalham o mesmo número total de horas diárias, cerca de 7,9. Os homens fazem 5,2 horas de trabalho pago e 2,7 horas de trabalho doméstico, em média. As mulheres fazem 3,4 horas de trabalho externo e 4,5 horas de trabalho doméstico. Uma pesquisa realizada em 25 países sugere que apenas em locais como Benin e África do Sul as mulheres trabalham muito mais horas por dia.

Grandes expectativas

A mulher exige demais dela mesma - e do mundo

-  **Maternidade** Quer ter cuidado, atenção e intimidade com os filhos
-  **Casa** Detém a responsabilidade última por organização, compras, refeições e administração das empregadas domésticas
-  **Trabalho** Quer mostrar eficiência e igualar-se aos homens no que diz respeito a salário e dedicação
-  **Marido** Luta por relacionamento emocionalmente equilibrado e divisão das tarefas domésticas
-  **Sexo** Busca a sedução e o prazer, quantidade e qualidade
-  **Beleza** Está tomada pelos ideais de juventude e magreza

Outro fator que não ajuda a tese da sobrecarga é que a divisão das tarefas domésticas melhorou sensivelmente nas últimas décadas. Entre 1975 e 2008, o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico pelas mulheres caiu de 21 para 17 por semana, enquanto a participação masculina cresceu de seis horas para 13 horas semanais. A mesma tendência se revela nas horas que pais e mães passam com as crianças. Logo, se a divisão de tarefas não é perfeita, ela vem melhorando ano a ano, ao contrário do estado de espírito das mulheres, que só piora. Diz Buckingham: “A infelicidade não parece ser uma questão de horas de trabalho ou de atitude. E a desigualdade em relação ao trabalho doméstico está desaparecendo. Onde está a explicação?”.

Na tentativa de entender, o estudo americano ressalta a extrema valorização da beleza e da juventude em nosso tempo, que afeta mais as mulheres que os homens. Enquanto elas aumentam seu nível de estresse com cosméticos e tratamentos estéticos e cirúrgicos, os homens muitas vezes ficam atraentes com a maturidade. Aos 50, quando as mulheres já deixaram para trás a possibilidade de reprodução, homens grisalhos começam novas famílias e viram pais. Eles podem ser charmosos à maneira de Sean Connery ou bonitos ao estilo José Mayer. Mas das mulheres se espera que continuem depois dos 40 com a aparência que tinham aos 20 anos. “Não adianta mostrar fotos de Sofia Loren maravilhosa aos 75 anos. O fato é que as mulheres envelhecem mais rápido que os homens, e a maioria de nós se incomoda com isso”, escreveu a articulista Penny Vincenzi, do jornal britânico *Daily Mail*, comentando as angústias femininas captadas pelo estudo. “Eu sou uma mulher abençoada com uma família grande e feliz, mas, ainda assim, me preocupo diariamente com as pelancas do braço e as rugas do rosto, que se multiplicam à velocidade da luz.”



CONTRADIÇÃO

Olga, terapeuta corporal paulistana, no parque ao lado de sua casa. Casada, queria a carreira. Separada, deseja uma família

O publicitário paulistano Jaime Troiano faz pesquisas periódicas sobre a mulher brasileira e diz não se surpreender com o crescimento da insatisfação. A multiplicação dos papéis que elas encarnam, ele afirma, pode ser vista claramente na propaganda. “Ao longo do tempo, a mulher tem se tornado alvo de mais mercados. Isso quer dizer que ocupa cada vez mais espaços na sociedade”, diz. Um estudo recente de sua empresa de consultoria mostrou o abismo entre a forma como ela se vê e a mulher que ela idealiza ser. “A maioria se diz simpática, confiável, sincera ou carinhosa, mas gostaria de ser informada, decidida, criativa ou corajosa”, afirma. “Elas querem ser poderosas, criam expectativas de todo tipo, mas ainda veem seu eu real ligado a características historicamente femininas. Isso causa angústia.”

Não se trata, aparentemente, de uma crise objetiva, que demande medidas concretas para sua reversão. Parece, antes, uma crise existencial das mulheres. Depois de quatro décadas de mudanças trepidantes, elas talvez precisem resolver que mundo desejam para si mesmas e que papel gostariam de exercer nesse mundo. Enquanto isso não se esclarece, testam, experimentam e, como mostram as pesquisas, sofrem. “O feminismo funciona em ondas”, diz a psicanalista gaúcha Diana Corso, estudiosa do universo feminino e autora do livro *A fada no divã*. Diana diz que vivemos o “refluxo” da euforia das décadas de 70 e 80, quando as mulheres se libertaram sexualmente e ingressaram com força no mercado de trabalho. “A mulher que emerge desse momento almeja muita coisa: quer ser a melhor mãe, ter uma carreira maravilhosa e um corpo belo e jovem que produza muitos orgasmos”, afirma a psicanalista. “A mulher emancipada ainda é uma novidade social. Como todo novato, exagera na cobrança das realizações. Não se pode estar plenamente satisfeita em tudo.”

A terapeuta corporal paulistana Olga Torres é bom exemplo das ambiguidades do mundo feminino. Aos 35 anos, ela admite que não descobriu os caminhos que a farão feliz. Casou-se aos 20 anos e, por uma década, preferiu cuidar apenas da casa. Com o tempo, sentiu que precisava trabalhar. Arrumou um emprego e voltou a estudar. A mudança na vida a dois acabou minando seu casamento. Agora vive a experiência inversa: realizada no trabalho, sente falta de ter uma família. E filhos. “Sei que eu não me contento com pouco. Não quero um homem qualquer, mas alguém que seja companheiro e, desta vez, entenda que minha carreira é fator de realização”, diz. Ela admite, também, que as mulheres ainda não sabem o que fazer com tantas opções. “A liberdade de escolha traz um peso enorme.”

Os homens sabem disso há muito tempo. A liberdade masculina, através dos séculos, sempre teve como contrapartida uma carga elevada de responsabilidade e angústia. Isso talvez explique por que os homens brasileiros vivem, em média, sete anos a menos que as mulheres. Ser dono de si, chefe da família, chefe no trabalho ou líder do país são tarefas estressantes – às quais se somam angústias e insatisfações íntimas, que têm de ser relegadas em nome do resto. Essas são contradições e dificuldades que as mulheres começaram a vivenciar apenas nas últimas décadas.

Será que os conservadores, que sempre atacaram o feminismo como antinatural, teriam razão?

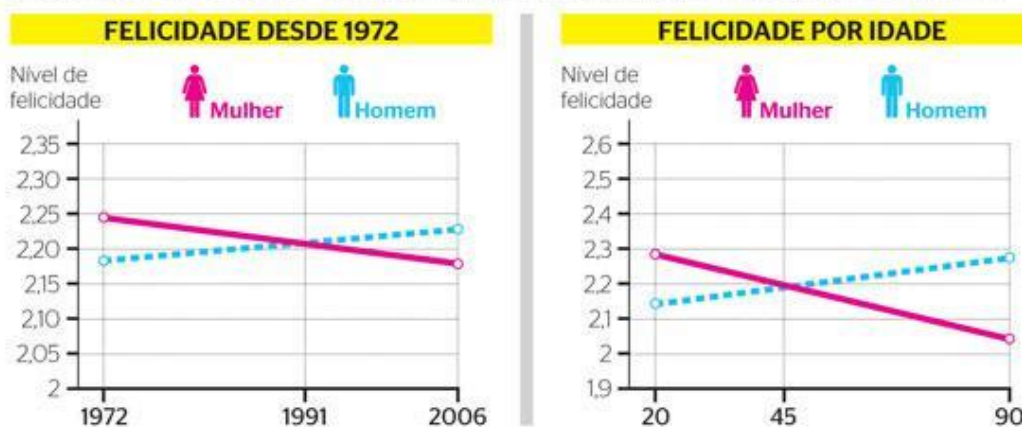
Tema de reportagem do *New York Times* no dia 20 do mês passado, o paradoxo da infelicidade feminina ficou semanas entre as mais lidas e comentadas da versão on-line do jornal americano. “Será que a emancipação feminina beneficiou mais os homens que as mulheres?”, escreveu a colunista Maureen Dowd, conhecida por suas posições antifeministas. Indo mais longe, se poderia perguntar: será que os conservadores, que sempre denegriram o feminismo como antinatural, teriam razão? Será que as mulheres seriam mais felizes se retornassem ao papel tradicional de mãe e esposa? O assunto dividiu opiniões no blog de ÉPOCA Mulher 7x7. “Estou cansada? Culpada pela pouca atenção aos filhos? Sim. Sempre querendo ser a melhor no trabalho e também cuidar da beleza? Sim. Mas ainda assim prefiro a liberdade”, escreveu a leitora Carolina. Outra leitora, Andréa, pensa diferente: “Ao mesmo tempo que nossos direitos se multiplicaram, como acesso à educação, voto, mercado de trabalho, nossas responsabilidades cresceram exponencialmente. Temos de gerenciar casa, carreira, filhos, marido e ainda ser magras, cultas e sexy. Isso é irreal”.

Outros estudos recentes mostram sob outro ângulo o “cansaço” feminino. Na semana passada, o Centro de Estudos Políticos da Grã-Bretanha apresentou uma pesquisa sobre mulheres e trabalho: apenas 12% das 4.600 entrevistadas disseram querer trabalhar o dia todo; 31% declararam que não gostariam de trabalhar fora; 49% das mulheres com filhos de menos de 5 anos disseram que, se o marido trabalha, elas gostariam de ficar em casa. Essa é apenas mais uma de dezenas de pesquisas que apontam para um desejo de “volta ao lar”. De acordo com o censo americano, a participação de mulheres casadas, com filhos, na força de trabalho do país caiu de 59% em 1998 para 55% em 2004, quando vinha em linha crescente nos 22 anos

anteriores. Cerca de 5,6 milhões de mulheres ficaram em casa com seus filhos em 2005 – 1,2 milhão a mais que em 1995.

No livro *The feminine mistake* (*O erro feminino*, no original uma alusão a *The feminine mystique*, de Betty Friedan), a jornalista americana Leslie Bennetts, editora da revista *Vanity Fair*, conclama as mulheres a fugir do que considera um retrocesso histórico. Apresentando argumentos e pesquisas, além de relatos, ela defende a importância do desenvolvimento da mulher como indivíduo à parte da vida doméstica, algo que só se consegue por meio do trabalho e da independência financeira. “Se as novas gerações não acreditam que as mães que trabalham são bons modelos, devem rever seu julgamento”, afirma. “Ter uma família e trabalhar não dará um resultado perfeito, mas é o melhor que se pode ter.” Equilibrar papéis sociais e expectativas parece ser a chave para que as mulheres possam retornar ao caminho da felicidade. Para isso, no entanto, é preciso aceitar a imperfeição. Da vida e da condição humana.

Linhas opostas A satisfação feminina cai. A do homem só cresce





ÍNDICE

• Carta ao leitor

IMPRENSA

• A apreensão de REALIDADE

IDEIA

• As mulheres fizeram história porque nunca tiveram medo do ridículo

TRABALHO E MATERNIDADE

• Filhos e carreira, opção sem drama
• O perfil de uma executiva pioneira
• Artigo: Meu bebê é como um vício, por Katie Roiphe
• Tecnologia para mães

CASAMENTO E SOCIEDADE

• As brasileiras se casam mais tarde
• Artigo: A novidade é o respeito entre os cônjuges, por Betty Milan
• O perfil de Ittala Nandi
• A bolsa em 1967 e em 2010
• O paradoxo da tristeza feminina
• Leitura para as supermães
• O matriarcado digital

EXCLUSIVO ON-LINE

• O matriarcado digital

SEXO E SAÚDE

• Os cinquenta anos da pílula
• Artigo: A sexualidade da mulher virou tema obrigatório (e entediante), por Mary Del Priore
• É tudo culpa dos hormônios?
• O paradoxo da tristeza feminina
• Reprogramação do DNA da pele
• Cultura: Sexo nãliteratura deixou de ser espaço de rebeldia masculina, por Sérgio Rodrigues

POLÍTICA E ECONOMIA

• Abolicionismo de saias
• A nova mulher da nova classe C

ENSAIO - MODA

• As transformações por meio da tela do cinema

veja

EDIÇÃO ESPECIAL MAIO DE 2010
MULHER

Casamento e sociedade • Comportamento

O paradoxo da tristeza

Há mais empregos, os salários são melhores e os homens, mais respeitosos – mas por que, afinal, as mulheres não sorriem?

Dwyer Gunn, Betsey Stevenson e Justin Wolfers

Fotos Elena Kalisphoto.com



"As mulheres de hoje vivem uma vida enormemente diferente daquela das mulheres de quarenta ou cinquenta anos atrás. Graças ao movimento feminista internacional, as mulheres, antes limitadas à esfera doméstica, agora fazem faculdade e pós-graduação e seguem as mesmas carreiras dos homens. Avanços na ciência e na medicina aumentaram a expectativa de vida tanto para eles quanto para elas. A mortalidade infantil diminuiu significativamente. Mesmo a tecnologia, na forma de invenções como lavadoras de louça e aspiradores de pó, conspirou para liberar as mulheres.

Em geral, as estatísticas refletem esse progresso – a participação feminina na força de trabalho, na renda e na escolarização aumenta rapidamente. Em 1970, apenas 8% das mulheres americanas com 25 anos ou mais haviam completado pelo menos quatro anos de faculdade; em 2008, elas eram 29%. Na verdade, em muitos países desenvolvidos as mulheres obtêm mais educação que os homens. Na Inglaterra, em 2007, 56% dos candidatos a vagas em faculdades eram mulheres. Quando os governos de hoje falam em corrigir a disparidade de acesso ao ensino superior, estão preocupados em estimular os homens a ir à universidade.

Atualmente, as mulheres também encaram um mercado de trabalho muito mais amigável que o experimentado por gerações anteriores. A maioria dos países desenvolvidos proíbe a discriminação por gênero na contratação e nos salários, e a disparidade de renda entre homens e mulheres continua se reduzindo. Todos os países da União Europeia oferecem licença-maternidade paga e garantida. Em várias nações desenvolvidas, as mães que voltam ao trabalho mais cedo já podem transferir para os pais a licença-maternidade não utilizada, permitindo assim que os casais dividam de forma mais equilibrada as responsabilidades parentais.

6/4/2010

Mulher - VEJA Edição Especial

Na frente doméstica, a pílula anticoncepcional deu às mulheres um controle discreto sobre seu corpo e futuro, e as taxas de fecundidade em grande parte do mundo refletem isso. A taxa total de fecundidade (definida como o número médio de nascimentos por mulher) na Inglaterra caiu de 2,69, em 1960, para 1,9, em 2007.

No Brasil, que tem um movimento feminista particularmente bem organizado, as tendências são semelhantes. Em 1960, a taxa de fecundidade no país era de 6,28; em 2010, é de 1,76. Embora no país as mulheres tenham pouca participação na política e lutem para alcançar os escalões superiores das corporações, as brasileiras conseguiram enormes avanços em termos de renda e educação. No fim da década de 80, os homens brasileiros ganhavam 300% a mais por hora do que as mulheres – hoje, essa distância está mais perto dos 30%. Como na Europa, as mulheres agora superam os homens quanto a número de matrículas em vários níveis de ensino.

Essas estatísticas, no entanto, mascaram um fato perturbador: embora o status das mulheres em relação aos homens tenha certamente melhorado em muitas partes do mundo, o mesmo não aconteceu com o bem-estar relatado por elas. Nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres se tornaram menos felizes em termos absolutos e também em relação aos homens. As americanas em 1970 tinham mais propensão do que os homens a se dizer "muito felizes", mas essa diferença começou a sumir na década de 80. O mesmo vale para os relatos de infelicidade. Nos anos 70, homens e mulheres tinham a mesma propensão a se considerar "não muito felizes" – hoje, as mulheres mostram uma maior tendência a essa percepção.

Há inclusive evidências de que a desigualdade na felicidade começa antes da idade adulta. Meninas americanas de 17 e 18 anos se declararam ligeiramente menos felizes do que em 1976, enquanto os rapazes dessa faixa afirmam estar mais felizes que seus antecessores. Encontramos uma tendência semelhante na Europa. Na maioria dos países desse continente, homens e mulheres estão mais felizes hoje do que na década de 70. Entretanto, o bem-estar delas em relação ao deles declinou. Nos anos 70, as europeias se declaravam ligeiramente mais satisfeitas com a vida do que os homens; agora, elas se dizem ligeiramente menos satisfeitas do que eles.

Os dados sobre a felicidade no Brasil ecoam os europeus. Tanto as mulheres quanto os homens se tornaram mais felizes no país nos últimos anos, mas as brasileiras hoje são menos felizes que os homens. Parece que, em todo o mundo desenvolvido, do ponto de vista do bem-estar declarado, os beneficiários primários do movimento feminista foram os homens.



O que está provocando essa desigualdade de gêneros na felicidade? Recorramos aos Estados Unidos, que têm os mais amplos dados sobre o bem-estar subjetivo, para tratar desse tema. A segunda metade do século XX trouxe questões além daquelas inspiradas pelo movimento feminista, como as mudanças na estrutura familiar, e uma crescente desigualdade. É certamente possível que uma (ou muitas) dessas outras tendências possa explicar o declínio no bem-estar feminino relativo. Todas essas tendências afetam

...abril.com.br/.../paradoxo-tristeza-fem...

6/4/2010

Mulher - VEJA Edição Especial

diferentes grupos demográficos de diferentes maneiras, então examinar o bem-estar relatado nesses grupos pode jogar alguma luz sobre o quebra-cabeça.

Por exemplo, se as mudanças no casamento estivessem promovendo a desigualdade na felicidade, mulheres casadas e não casadas deveriam exibir tendências diferentes para o bem-estar. Na verdade, não exibem. Tanto as casadas quanto as não casadas têm experimentado declínio similar no bem-estar relatado.

Será o movimento feminista de alguma forma responsável pelo declínio no bem-estar relativo das mulheres? Talvez ir todo dia para o trabalho e a universidade esteja na realidade deixando que se sintam péssimas? Se fosse esse o caso, esperaríamos tendências diferentes no bem-estar das mulheres que trabalham em casa, e não no mercado. Mas as tendências são semelhantes para esses dois grupos.

Outra explicação comumente oferecida para o declínio no bem-estar relativo das mulheres é a hipótese do "segundo turno" de trabalho, cunhada por Arlie Hochschild em 1989: embora cada vez mais trabalhem fora de casa, elas também continuam a ser as responsáveis primárias por cuidar dos filhos e pelas tarefas domésticas. A Organização Internacional do Trabalho afirma que "ainda são as mulheres que fazem uma parcela desproporcional do trabalho em casa" e que elas "estão trabalhando mais duro do que nunca, e muitas agora estão trabalhando em um 'segundo turno'".

Mas tais dados contrariam essa hipótese aparentemente plausível. Mulheres com e sem filhos (presumivelmente menos vulneráveis ao problema do "segundo turno") exibiram declínio semelhante no bem-estar relativo. O mesmo é verdade para pessoas que são pais/mães solteiros em comparação a pais/mães casados, ou para pais/mães empregados e desempregados.

O fato mais notável e perturbador sobre o declínio no bem-estar relativo das mulheres nos Estados Unidos é que ele transpassa brutalmente variados grupos demográficos. Mulheres com idade, faixa de renda, nível educacional e estado civil diferentes simplesmente se tornaram menos felizes em relação a homens em situação equivalente.

Já que a desigualdade na felicidade não pode ser explicada por fatores demográficos, talvez ela se deva a um declínio na satisfação das mulheres quanto a certos domínios da vida (emprego, finanças e casamento). Por exemplo, se a felicidade conjugal diminuiu mais para as mulheres do que para os homens desde a década de 70, a diferença pode explicar parte da desigualdade na felicidade.

Apesar das alterações significativas na participação feminina na força de trabalho, a mudança na satisfação profissional não explica o declínio no bem-estar feminino relativo. Independentemente de trabalharem fora de casa ou não, as mulheres manifestam uma satisfação profissional comparável tanto ao patamar histórico de satisfação profissional quanto à satisfação profissional masculina.

A satisfação conjugal também não explica a desigualdade. As mulheres em geral são menos felizes que os homens no casamento, mas tanto os homens quanto as mulheres se tornaram menos felizes no casamento desde a década de 70.

Há um domínio em que as mulheres têm tido uma experiência diferente da dos homens. Em comparação com os homens, as mulheres se tornaram menos satisfeitas com a situação financeira da família. No começo dos anos 70, as mulheres eram tão felizes quanto os homens com relação à condição financeira familiar. Hoje, elas estão substancialmente menos satisfeitas com a situação financeira do lar. Se as mulheres são mais avessas a riscos do que os homens, a ansiedade financeira pode afetar o bem-estar feminino de modo particularmente negativo.

Pesquisas com meninas de 17 e 18 anos indicam que elas estão dando importância a um número maior de domínios da vida. Refletindo os avanços no movimento feminista, fatores como "ter sucesso na minha linha de trabalho", "ser capaz de encontrar um trabalho estável", "contribuir para a sociedade" e "ser uma líder na minha comunidade" se tornaram fundamentais. E, algo relevante, outros pilares não perderam importância. As jovens simplesmente acrescentaram demandas à sua vida, uma mudança que resulta em um refrão familiar: essas meninas relatam uma crescente falta de tempo ao tentar o malabarismo de conciliar seus muitos compromissos.

Se as mulheres hoje estão avaliando sua felicidade sob muitos aspectos (trabalho, casamento, casa, filhos), em comparação a poucos fatores na década de 70, é mais provável que elas sintam que estão fracassando em pelo menos alguns domínios. O movimento feminista pode também ter mudado o bem-estar declarado, de um modo que afinal seja bom para as mulheres. Talvez o que tenha mudado não seja o bem-estar, e sim o bem-estar declarado. As mulheres podem estar mais confortáveis em admitir a infelicidade hoje do que na década de 70. O problema não é o que aconteceu com a felicidade efetivamente vivida pelas mulheres; o problema é que os

6/4/2010

Mulher - VEJA Edição Especial

dados não refletem as reais melhorias que ocorreram na vida delas.

As mulheres de hoje podem também esperar mais para si mesmas, e podem exigir mais para se satisfazer. Na década de 70, elas, ao avaliarem seu bem-estar, provavelmente se comparavam apenas a outras mulheres, enquanto as de hoje têm um grupo de referência diferente – que inclui os homens. Se for esse o caso, então o movimento feminista teve sucesso em uma das suas metas mais importantes: permitir que as mulheres acreditem que são tão capazes quanto os homens.

Talvez, acima de tudo, levantamentos recentes demonstrem que o bem-estar das mulheres é simplesmente complicado. Elas hoje consideram uma variedade de fatores ao determinar sua satisfação geral da vida. Obter e agregar felicidade em todos esses diferentes domínios pode ser mais difícil do que era quando os esforços das mulheres tinham um foco mais fechado.

Dwyer Gunn é editora do blog *Freakonomics*, do *The New York Times*; Betsey Stevenson e Justin Wolfers são professoras da Wharton School da Universidade da Pensilvânia

COPYRIGHT © EDITORA ABRIL S.A. - Todos os direitos reservados

[A Time e a revolução silenciosa das mulheres tristes](#)

22/10/2009 | 14:35 | [Martha Mendonça](#) | [Atualidades](#), [Saúde](#) | [felicidade](#), [mulher](#), [pesquisa](#)



Em meados de setembro, fiz um [post](#) aqui no blog sobre a pesquisa americana que eu havia lido no [New York Times](#) e mostrava o crescimento da insatisfação das mulheres em relação à vida. De acordo com os dados do estudo *O Paradoxo do Declínio da Felicidade Feminina*, elas estavam menos felizes do que as mulheres da década de 70, quando a série de pesquisas começou a ser feita. O post causou debate e acabei fazendo uma matéria na ÉPOCA – [Por que as mulheres são tão tristes?](#) –, que também está rendendo muita leitura e comentários em nosso site.

Esta semana, a *Time*, para muitos a revista semanal mais importante do mundo, dedicou sua capa ao assunto. De onde vem esse paradoxo: se as mulheres nunca tiveram tanta liberdade, tantas opções, por que estão tão insatisfeitas? É justamente a complexidade do mundo de hoje – quanto mais expectativas, mais chances de decepção? Ou as duplas, triplas jornadas estão pesando demais sobre nossos ombros? “[Uma revolução silenciosa mudou o status da mulher americana](#)“, diz a *Time*.

Em maio de 1972 – tempo em que, segundo a pesquisa, as mulheres eram mais felizes -, a revista também dedicou uma edição às mulheres, que estavam na efervescência de sua emancipação. “[Onde ela está e para onde vai?](#)”, pergunta a matéria principal. Na capa, uma cabeça de mulher transparente mostra o que há por dentro: filhos, casamento, trabalho, feminismo, livros, consumo, troféus (e até um bob de cabelo, coisa que não se vê mais). Ou seja: muita coisa.

Mesmo achando bastante estranha essa ideia da infelicidade (e não me sentindo assim de forma alguma), tenho a sensação de que pode se tratar mesmo da semente de uma revolução silenciosa, como diz a *Time*. Alguma coisa está fora da ordem. Isso não significa que tenhamos que esvaziar nossas gavetas do trabalho e passar a ficar em casa com as crianças. Mas certamente há algo a ser debatido e, talvez, modificado. Talvez não seja algo em bloco, mas um ajuste individual, de cada uma. A ideia de que o que é melhor para cada mulher é sabido apenas por ela e deve ser seguido sem medo dos padrões, obrigações e expectativas de quem está em volta e da sociedade. A certeza de que não há fórmulas para a vida e nem rigidez para o que vem a ser “uma grande mulher”.

Você concorda?



[Martha Mendonça](#) é editora-assistente de ÉPOCA no Rio de Janeiro

[Pense em alguém infeliz: é uma mulher](#)

09/09/2011 | 11:29 | [Marcela Buscato](#) | [Trabalho](#) | [EMPREGO](#), [felicidade](#), [mercado de trabalho](#), [profissão](#)

Uma pesquisa da Captive Office Pulse, uma empresa americana de pesquisa sobre mercado de trabalho, traçou o estado de ânimo de homens e mulheres em casa e no trabalho. Descobriu que os homens são mais capazes de se sentirem felizes do que as mulheres em ambos os lugares. De acordo com o levantamento, eles são 25% mais felizes que as mulheres no trabalho e 8% mais felizes em casa e 75% se dizem capazes de equilibrar a vida pessoal com o trabalho. Com base nos dados da pesquisa, a empresa conseguiu montar o perfil da pessoa mais feliz e da mais infeliz:

A pessoa mais feliz	A pessoa mais infeliz
É homem	É mulher
Tem 39 anos	Tem 42 anos
Renda entre US\$ 150 mil e US\$ 200 mil ao ano	Renda de menos de US\$ 100 mil
Cargo administrativo sênior	É profissional liberal (dentista, advogada)
Tem um filho	(não informado)
A mulher trabalha meio período	Não é casada

Com licença, mas vou invocar todos os preconceitos e estereótipos de gênero acumulados em 28 anos de idade. O resultado da pesquisa não é nada surpreendente, não é? Afinal, as mulheres ainda podem enfrentar discriminação em algumas empresas e tipos de emprego, acabam ficando com as tarefas domésticas em casa e a mistura das duas coisas, logicamente, não traz felicidade.

Alguns exemplares do sexo masculino juram que fazem tudo em casa e que essa história de que prendas domésticas é coisa de mulher é passado. Mas o resultado da pesquisa da Captive Office Pulse mostra que não é bem assim. Dêem uma olhadinha no quadro abaixo:

Quem faz as tarefas em casa		
Atividade	Mulheres	Homens
Lavar a roupa	62%	31%
Cozinhar	56%	29%
Limpar	53%	25%
Fazer compras	61%	33%

O resultado do acúmulo de tarefas e da infelicidade manifesta-se fisicamente, segundo a pesquisa:

Quem fica mais doente		
Reclamação	Mulheres	Homens
Stress	67%	58%
Dor de cabeça	54%	43%
Tensão muscular	44%	34%
Ganho de peso	44%	37%
Depressão	29%	28%

Enfim, a explicação dos responsáveis pela pesquisa para os achados é simples: os homens estão há mais tempo no mercado de trabalho e, por isso, já aprenderam a equilibrar a vida pessoal com a profissional e, por isso, conseguem ser mais felizes.

Vocês concordam?



[Marcela Buscato](#) é editora de ÉPOCA em São

